Autorizado pelo CTT a circular em invólucro fechado de plástico. Pode ser aberto por ac. do PTT Portugal para inspecção. Autorização - DGCI 7130/2001. Não é NIF. - Pode abrir-se para verificação postal

PORTE PAGO

Publicações Periódicas

O MIRANTE

SEMANÁRIO REGIONAL

Director: António Palmeiro | **16/11/2026 • ANO XXXIX • N.º 1797 • 1,90 €** • R. 31 de Janeiro, 22 , 2005-188 Santarém | 243 30 50 80 *(Chamada para a rede fixa nacional)*



O MIRANTE assinala o 39º aniversário nesta edição especial dedicada ao tema da regionalização. Os 39 testemunhos que recolhemos junto de personalidades da vida associativa, política e económica da região são um excelente contributo que ajuda a perceber a importância do tema. Estamos muito longe da unanimidade, mas no essencial todos defendemos a região onde vivemos e queremos contribuir para o desenvolvimento de um país com mais cidadania.

PUBLICIDADE

5 MILHÕES DE EUROS

INVESTIDOS NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
DO PEQUENO COMÉRCIO E SERVIÇOS DA
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

3 960
EMPRESAS ADERENTES

13 292
VOUCHERS ATRIBUÍDOS

Digital Biz
Aceleradora de Comércio Digital da Área Metropolitana de Lisboa

AIP Associação Industrial Portuguesa

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

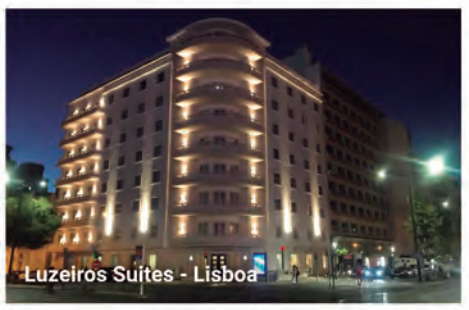
GRUPO TECNORÉM

HÁ MAIS DE 37 ANOS A CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR


Hospital de Sintra


ETA de Alcantarilha


Cabeço da Bola - Lisboa


Luzeiros Suites - Lisboa


Quinta das Bicas - Coimbra


Casa das Artes de Miranda de Corvo


Biblioteca de Alcântara


Centro de Saúde Algueirão Mem-Martins


Microlime - Fátima


ETAR de Vilamoura


Supremo Tribunal de Justiça - Lisboa

TECNORÉM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. · INOVAQUA ENGENHARIA E AMBIENTE, Lda. · ECOMET WATER TREATMENT Solutions · TIE INSTALAÇÕES ESPECIAIS · CIB SAÚDE

TECNOLame · Habiplan Engenharia e Construções, Lda. · A. M. Oureense Oficina Autorizada Mercedes-Benz · TMG Residência para Seniores, Lda · TMG saúde · GTPetro

EZEN Soluções de Manutenção · EnergiHotel · Barquinha River house · Nature house · Museu Interativo Milagre de Fátima · PLANPROJECT PLANEAMENTO, ARQUITECTURA E ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO ▪ ENGENHARIA ▪ AMBIENTE ▪ ENERGIA ▪ CLIMATIZAÇÃO ▪ MANUTENÇÃO ▪ INDÚSTRIA ▪ SAÚDE ▪ INVESTIGAÇÃO ▪ PROJETO ▪ TURISMO ▪ AUTO

www.tecnorem.pt

Estrada Nacional 113, Moinho da Areia • 2490-444 Ourém

Tel: 249 540 480 • Email: geral@tecnorem.pt • Alvará nº23656

PUBLICIDADE



Editorial

O MIRANTE: os 39 anos de um jornal global

O MIRANTE edita-se há 39 anos sem interrupções. De jornal local passámos, em poucos anos, para um jornal global. A proximidade foi sempre o nosso lema, mas a força do nosso trabalho ultrapassa fronteiras. Ao longo de quatro décadas aprendemos como se desenvolve a arte da comunicação social de proximidade, que no nosso caso se tornou igualmente global com o advento das novas tecnologias, reforçado agora com a inteligência artificial (IA) que está a revolucionar a indústria a todos os níveis.

Chegar aqui não foi fácil. Ao longo de quatro décadas aprendemos muito sobre o papel da comunicação, como ocupar um território a servir causas, a ficar sempre do lado dos que precisam da nossa ajuda, mesmo que nunca a tenham pedido. Esta resistência de quase 40 anos não tem momentos de fraqueza. Temos vindo sempre em crescendo. As equipas foram mudando, mas a capacidade de recrutamento nunca falhou. As pessoas que ficaram pelo caminho deixaram o seu legado a que outros deram continuidade. O MIRANTE é um caso de estudo na comunicação social regional. O facto deve-se acima de tudo à necessidade de mudança que, infelizmente, não se generalizou pelo país. Ao contrário: a generalidade da imprensa de proximidade está moribunda, e isso deve-se tanto à gestão das empresas como à falta de bons profissionais.

Cinquenta anos depois do 25 de Abril ainda há quem pense que os jornais de proximidade podem ser editados por jornalistas sentados à secretária, com horários de trabalho de escriturários e servindo os velhos senhores de antigamente. Há mais de meio século já não era assim no resto do mundo desenvolvido. Portugal não aprendeu a lição. Até hoje. E a culpa não é só dos governos. É de muita gente responsável por serem tão actuais os textos de Eça de Queirós que já mostravam, há mais de um século, que "em Portugal ninguém se respeita, não há solidariedade entre os cidadãos, ninguém crê na honestidade dos homens públicos, a intriga política alastra-se, alguns agiotas felizes exploram, a classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia, os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente", só para citar parte de um texto que devia ser gravado na pedra no cimo das escadarias do edifício da Assembleia da República.

Poucos anos depois da sua fundação, O MIRANTE foi crescendo quase sempre em contraciclo, quando a generalidade da comunicação social passa e passava dificuldades. Fomo-nos renovando como jornal, mas também como parceiro de instituições e de organizações de proximidade. As nossas iniciativas que premeiam empresas e dirigentes associativos e políticos são disso um bom exemplo. Os trabalhos editorais sobre a nossa gente, valorizando os melhores de nós, correm mundo, são lidos e comentados com o orgulho de quem se revê no trabalho editorial que nos distingue.

O tema que escolhemos para esta edição do 39ª aniversario não é inocente. Apesar da Revolução dos Cravos que fez cair o regime de Salazar, Portugal nunca fez uma reforma do Estado em mais de meio século de democracia. Há poucos anos começou uma descentralização que vai dando os seus resultados, mas que não é suficiente. Regredimos em muitos sectores que põem a descoberto as fragilidades do regime onde os agiotas se movimentam como peixes na água, com a agravante de os mais influentes serem os cabecilhas dos partidos que estão sempre no Governo, mesmo que em determinados períodos não estejam nos órgãos decisores.

Os trabalhos editorais sobre a nossa gente, valorizando os melhores de nós, correm mundo, são lidos e comentados com o orgulho de quem se revê no trabalho editorial que nos distingue.

* * *

Poucos anos depois da sua fundação, O MIRANTE foi crescendo quase sempre em contraciclo, quando a generalidade da comunicação social passa e passava dificuldades.

Quem se interessa pela vida pública sabe que um presidente de uma grande instituição do Estado tem mais poder que qualquer ministro. Uma delegada regional a trabalhar em Lisboa manda mais nas políticas de proximidade que qualquer eleito do poder local. Há muitos exemplos que nos fazem cair de borco quando temos a oportunidade de conhecer os meandros da política e de quem manda realmente nas instituições do Estado. Toda a gente conhece a realidade; o problema é a falta de capacidade para derrubar os muros, destronar os pequenos poderes que, aliados uns dos outros, fazem com que a nossa democracia esteja em risco de falhar, a confiar no crescimento dos partidos de direita. Ver o exemplo do Chega que, mesmo sem quadros, sem massa cinzenta, com uma militância que junta os antigos votantes no PCP aos eleitores da extrema-direita, pode vir a ser o partido mais votado numas das próximas eleições legislativas.

Nada disto parece preocupar o PS e o PSD que continuam a digladiar-se pelo poder sem reformarem os organismos do Estado que permitem a falência do SNS, a inoperância dos organismos da Protecção Civil, a reforma do sector da habitação, o caos na justiça, a falta de meios nas polícias, a corrupção no uso dos dinheiros públicos, enfim, nada que não saibamos e já esteja escrito.

O MIRANTE não toma posição sobre o tema da regionalização, mas não somos parvos nem cegos. Aquilo a que nos sujeitam a partir dos gabinetes fechados nos labirínticos edifícios onde verdadeiramente se governa o país, não é admissível nestes tempos em que começamos a esquecer os nossos pais e avós que sofreram as agruras dos tempos do antigo regime ●

Universidade Politécnica de Tomar
Polytechnic University

Novas Competências Novas Oportunidades

Microcredenciações em áreas como:
› Engenharia
› Gestão
› Património e Tecnologias Digitais

Formações de curta duração
Pensadas para responder
às exigências do mercado.

www.univpt.pt

KreativEU
Knowledge & Creativity European University

Há um curso que se identifica contigo

Atualiza **conhecimentos**
Desenvolve **novas competências**
Prepara **novos desafios profissionais**

+info
e inscrições

PUBLICIDADE

CERTIFICADOS DE AFORRO - SÉRIE F

É CERTINHO, DIREITINHO E SEM ASTERISCOS



- INVESTIMENTO MÍNIMO INICIAL DE 100€
- REFORÇOS A PARTIR DE 10€
- JUROS SOMADOS DE 3 EM 3 MESES
- CAPITAL GARANTIDO
- SEM ENCARGOS

Simule já ou agende visita à loja em **ctt.pt**
Se já é cliente, **subscreva** na App CTT
Ligue grátis 800 201 800
Dias úteis das 8h30 às 19h30

IGCP E.P.E.

ctt ENTREGA TOTAL

O Ribatejo não precisa de ser maior no mapa, precisa de ser maior na ambição

"Na Trivalor trabalhamos com uma visão integrada, adaptando as soluções às realidades de cada território. O mesmo princípio deveria orientar a administração pública.".

foto O MIRANTE



Joaquim Cabaço

Não precisamos de enfraquecer Lisboa para fortalecer o Ribatejo. Precisamos de um país mais equilibrado, competitivo e coeso.

Não considero que a regionalização seja uma prioridade. Temos problemas mais urgentes e não estou convencido de que criar mais um nível de poder político seja a solução. Portugal precisa de menos burocracia, decisões mais rápidas e maior responsabilização. Um novo referendo só faria sentido perante um modelo concreto, com vantagens demonstráveis para os cidadãos.

Não sou contra a regionalização por princípio. Sou exigente quanto à utilidade das soluções. A experiência empresarial ensinou-me que, quando uma organização não funciona bem, a resposta não deve ser criar mais estruturas, mas melhorar as existentes. Como defendia Peter Drucker, importa distinguir entre fazer bem as coisas e fazer as coisas certas.

Portugal é excessivamente centralizado. Mas não acredito que a criação de regiões administrativas resolva, por si só, as assimetrias territoriais. Defendo uma verdadeira descentralização de competências, recursos e responsabilidades, sem multiplicar estruturas políticas. O meu princípio é simples: pensar globalmente e agir localmente.

Na Trivalor trabalhamos com uma visão integrada, adaptando as soluções às realidades de cada território. O mesmo princípio deveria orientar a administração pública. Não precisamos de enfraquecer Lisboa para fortalecer o Ribatejo. Precisamos de um país mais equilibrado, competitivo e coeso.

Sou lisboeta de origem, mas tenho uma forte ligação ao Ribatejo, onde vivi e com cuja identidade me identifico. Valorizo a autenticidade das suas gentes, as tradições, a cultura do trabalho, a palavra dada e o espírito de comunidade. Mas não confundo orgulho regional com regionalismo político. A melhor forma de defender uma região é criar oportunidades, atrair investimento, preservar a identidade e dar aos jovens razões para nela construírem o futuro.

Entre as fragilidades do Ribatejo, destacaria a dificuldade em atrair e reter talento. E também algumas carências de infraestruturas, as assimetrias no acesso a serviços e a insuficiente cooperação entre municípios. O Ribatejo não precisa de ser maior no mapa. Precisa de ser maior na ambição.

A discussão sobre os nomes das regiões parece-me secundária. O essencial é perceber para que serviria um governo regional, quanto custaria e que melhorias concretas proporcionaria. Na gestão empresarial, cada estrutura deve acrescentar valor. Se apenas acrescenta burocracia e complexidade, devemos questioná-la.

A proximidade é importante, mas não garante competência nem melhores decisões. Não precisamos de mais pessoas a mandar. Precisamos de pessoas capazes de decidir, assumir responsabilidades e apresentar resultados. As empresas não pedem privilégios. Pedem regras claras, estabilidade e respostas em tempo útil.

Na Trivalor conhecemos a importância de conciliar uma estratégia global com respostas locais. Mas a experiência também demonstra que acrescentar estruturas nem sempre facilita as decisões. Prefiro competências claras, processos simples e prazos de resposta exigentes.

A política não pode viver exclusivamente condicionada pelos ciclos eleitorais. Precisamos de estabilidade, continuidade e avaliação de resultados. Reconheço competência e dedicação em muitos responsáveis políticos, mas considero que falta, frequentemente, maior conhecimento da realidade económica, capacidade de ouvir e visão de longo prazo.

O MIRANTE tem desempenhado um papel relevante na afirmação da identidade regional. Fá-lo, dando voz às pessoas, empresas e instituições e aproximando municípios e comunidades. Num país centralizado, o jornalismo de proximidade é fundamental para informar, escrutinar o poder e valorizar o território. Parabéns ao jornal pelos seus 39 anos de persistência, proximidade e serviço à região. Nas pessoas do Joaquim e da Joana Emídio felicito todos aqueles que ao longo dos anos construíram e afirmaram O MIRANTE!

De 1 a 10, diria que o meu interesse pela política local e pelo associativismo é 7. E pela política nacional e internacional, 9. Acompanho todas estas dimensões porque estão profundamente interligadas. As decisões internacionais influenciam a economia nacional e têm consequências directas nas empresas e nas comunidades. Valorizo especialmente o associativismo e a sociedade civil, fundamentais para uma cidadania activa e para o desenvolvimento das comunidades.

Portugal precisa de discutir menos a forma como distribui o poder e mais a forma como cria valor. Somos um país de dimensão relativamente pequena, mas com talento, capacidade empresarial e uma extraordinária ligação ao mundo.

Precisamos de combater a burocracia, valorizar o mérito, investir na educação, aumentar a produtividade e criar condições para atrair investimento e reter talento. Não sou contra a mudança. Sou contra mudar sem objectivos claros e sem avaliar os resultados. Defendo uma administração pública mais próxima e eficiente, autarquias com iniciativa, empresas fortes e cidadãos participativos ●

Joaquim Cabaço
- CEO da Trivalor, 67 anos







Tenho uma visão muito positiva da identidade ribatejana e da importância de valorizar aquilo que caracteriza esta região

"As instituições de ensino superior deveriam ter uma participação mais regular na reflexão e definição das estratégias regionais, contribuindo com conhecimento, capacidade de análise e propostas fundamentadas."

foto DR



Domingos Martinho

Existe uma percepção de concentração de decisões, recursos e oportunidades nos principais centros urbanos, particularmente em Lisboa. Contudo, isso não se resolve apenas através da criação de novas estruturas administrativas. É necessário aproximar os centros de decisão dos territórios, valorizar as suas especificidades e garantir que as políticas públicas respondem efectivamente às necessidades das populações e das organizações. Uma maior capacidade de decisão regional, acompanhada dos recursos e das competências adequadas, poderá contribuir significativamente para esse objectivo.

É importante voltar a colocar a criação de regiões administrativas na agenda do debate público. Mas deve existir previamente uma reflexão aprofundada sobre o modelo de regionalização que se pretende implementar. Mais do que repetir um referendo, importa esclarecer os cidadãos sobre as competências, os meios, as responsabilidades e as vantagens concretas de uma eventual organização administrativa regional. A regionalização deve ser entendida como um instrumento de melhoria da governação e de promoção de um desenvolvimento mais equilibrado do território, e não como um fim em si mesmo.

Tenho uma visão muito positiva da identidade ribatejana e da importância de valorizar aquilo que caracteriza esta região. Valorizar a sua história, cultura, património, diversidade económica, capacidade empreendedora e, sobretudo, as suas pessoas. A identidade regional não deve ser encarada como um elemento de separação, mas como um factor de afirmação e valorização do território. Defendo que as regiões devem ter uma voz activa na definição das suas prioridades e no desenho das estratégias que condicionam o seu desenvolvimento, em articulação com as políticas nacionais.

O Ribatejo beneficia de uma localização estratégica, de uma importante rede de acessibilidades e de recursos naturais e patrimoniais relevantes. E beneficia também de uma diversidade de actividades económicas que lhe conferem uma identidade própria. Destacaria também a capacidade empreendedora, a tradição agrícola e agro-alimentar, o potencial turístico, a actividade industrial e logística e a riqueza cultural e associativa.

É necessário aproximar os centros de decisão dos territórios, valorizar as suas especificidades e garantir que as políticas públicas respondem efectivamente às necessidades das populações e das organizações.

Importa salientar o potencial associado à presença de instituições de ensino superior. Elas constituem activos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento regional. Para além da formação de profissionais qualificados, estas instituições são agentes de produção e transferência de conhecimento, investigação aplicada, inovação e empreendedorismo. A sua ligação às empresas, às organizações públicas e à comunidade permite transformar conhecimento em valor económico e social. O Ribatejo tem condições para afirmar uma rede de instituições de ensino superior mais articulada, capaz de atrair talento, promover a inovação e contribuir para a fixação de jovens qualificados na região.

No ensino superior existe espaço para reforçar a articulação entre as políticas nacionais e as necessidades específicas dos territórios. Existem desafios que exigem uma visão supramunicipal e uma capacidade de coordenação que ultrapassa a actuação individual de cada autarquia, nomeadamente nas áreas da educação, da qualificação, da inovação e do desenvolvimento económico.

É importante reforçar a proximidade dos decisores políticos às instituições e aos agentes que conhecem a realidade dos territórios. Mais do que ouvir, é fundamental acompanhar os problemas, compreender as suas especificidades e transformar esse conhecimento em medidas concretas. As instituições de ensino superior deveriam ter uma participação mais regular na reflexão e definição das estratégias regionais, contribuindo com conhecimento, capacidade de análise e propostas fundamentadas. Essa participação permitiria aproximar as decisões políticas da realidade e das necessidades efectivas das populações e das organizações.

O MIRANTE tem dado visibilidade às instituições, às pessoas, às iniciativas e aos desafios dos diferentes territórios. É importante que continue a estimular o diálogo entre municípios, instituições de ensino, empresas e organizações da sociedade civil, dando espaço à divulgação de projectos de cooperação, iniciativas inovadoras e boas práticas. Aprofundar o jornalismo de análise, promover debates sobre o futuro da região e dar maior visibilidade aos projectos que contribuem para o seu desenvolvimento serão caminhos interessantes para continuar a reforçar esse papel.

Domingos Martinho
- Presidente do ISLA Santarém – Universidade Politécnica, 72 anos

central park
ClaudiRui Restauração, Lda
Santa Margarida da Coutada
+351 249 736 910 (chamada rede fixa nacional) / 938 544 779 (chamada rede móvel nacional)
central_park@sapo.pt



ANDRÉ NEVES DIAS & FILHOS, LDA.
COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - ALUGUER DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO - AMPLIAÇÃO TRANSFORMAÇÃO - REPARAÇÃO E DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS - ATERROS E DESATERROS
ZONA INDUSTRIAL, LOTE 24 | ALMEIRIM | 964 647 824/5
(chamada para a rede móvel nacional)

FREGUESIA DE CORUCHE
JUNTA DE FREGUESIA DE CORUCHE
Rua 25 de Abril – Quinta do Lago – 2100-126 Coruche
243675622 geral@jf-coruche.pt
A Junta de Freguesia de Coruche felicita o **Jornal "O MIRANTE"** pela celebração do seu 39.º aniversário.
São 39 anos de dedicação ao jornalismo, de proximidade às populações e de um contributo fundamental para a informação, divulgação e valorização da nossa região.
Ao longo de quase quatro décadas, O MIRANTE tem desempenhado um papel importante na defesa da informação de proximidade, dando voz às comunidades, acompanhando os acontecimentos e contribuindo para a preservação da identidade e da memória coletiva do nosso território.
Neste dia especial, queremos reconhecer o trabalho de todos os profissionais que fazem parte deste projeto e desejar que continuem a exercer a sua missão com rigor, independência e compromisso com a verdade.
Parabéns ao Jornal O MIRANTE pelos seus 39 anos!
Com votos de muitos mais anos de sucesso.
O Presidente da Junta de Freguesia de Coruche
Filipe Lascas

PUBLICIDADE



As associações são a essência das regiões promovendo-as e envolvendo as suas gentes

"O conceito de serviço público tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos. O político deixou de ser encarado como uma figura despojada de interesses próprios, ao serviço do seu país. Com a alteração dessa percepção, o distanciamento entre a classe política e os eleitores, agudizou-se."

foto O MIRANTE



Carlos Batista

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
O afastamento entre a classe política e os eleitores deve-se desde logo à alteração do perfil da primeira: o conceito de serviço público tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos. O político deixou encarado como uma figura despojada de interesses próprios, ao serviço do seu país. Com a alteração dessa percepção, o distanciamento agudizou-se. Por outro lado, o aumento da carga burocrática que cada tomada de decisão implica também dificulta esse canal de comunicação e de transmissão de ensejos.

● **A criação de regiões administrativas não foi aprovada no referendo de 1998. É altura de voltar a fazer outro?**
A regionalização 'per se' é um processo complexo. Em 1998 não passou no referendo por vários motivos, muitos dos quais subsistem até à actualidade. Uma análise prévia do momento nacional (e internacional) é fundamental. É necessário que exista um compromisso político entre os vários partidos, talvez mesmo um pacto de regime, para a definição de um modelo de regionalização viável e sustentável e posterior implementação sensata e consistente. De outra forma, a possibilidade de agudização de assimetrias poderá aumentar o que, em tudo, contraria o princípio da Regionalização.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
Tal como referi, o modelo de regionalização é determinante, a sua aplicabilidade, financiamento, organização administrativa de cada região, etc. Se existem regiões que já têm orgânicas e capacidade financeira que as tornariam auto-suficientes, outras terão realidades bem diferentes. Com a tomada de decisões irreflectidas poderemos estar a condená-las a um isolamento ainda maior.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Orgulhoso em ser ribatejano e, acima de tudo, oureense. A identidade de uma região é independente de um processo administrativo como é a regionalização. Temos o dever de proteger, manter e proporcionar a continuidade do nosso legado.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
Cada região tem as suas especificidades culturais, humanas, históricas, etc. O conjunto das regiões e suas características próprias é que constituem este moisaico único que é Portugal. A individualização de uma riqueza ou outra poderá ser discriminatória. É sobejamente conhecido que o património do Ribatejo é de extrema riqueza, sendo constituído por

A identidade de uma região é independente de um processo administrativo como é a regionalização. Temos o dever de proteger, manter e proporcionar a continuidade do nosso legado.

características únicas no que se refere ao património histórico, cultural, humano, fauna, flora…

● **E quais são as nossas debilidades?**
As debilidades do Ribatejo estão associadas às questões conjunturais do país, afinal é sua parte integrante. Por outro lado, a dispersão geográfica também poderá ser um constrangimento.

● **As questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, pode ser um obstáculo?**
Se houver um plano estratégico eficaz, considero que não. Deve existir um modelo macro de forma a homogeneizar a implementação e funcionamento democrático das regiões que possam vir a ser determinadas – das maiores às mais pequenas.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho?**
O MIRANTE tem revelado um papel meritório na promoção da nossa região e tem evoluído a par do desenvolvimento da mesma. Com a sua capacidade de cobertura informativa constitui uma ferramenta efectiva de ligação entre os diversos pontos da sociedade. Nesse sentido, é manter os níveis de qualidade a que estamos habituados.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, nacional e internacional?**
De um modo geral, o meu interesse na política é 9. Naturalmente que a política local tem um impacto mais imediato e visível no nosso dia a dia. No entanto, a política nacional é fundamental para todos nós uma vez que determina as linhas mestras do país. Com a globalização e o nosso enquadramento em várias organizações internacionais, a situação política internacional tem um cariz de extrema relevância porque é impactante na nossa realidade – veja-se a crise dos combustíveis.

● **E qual é o seu interesse pela actividade associativa?**
Desde sempre estive envolvido em várias actividades associativas. Essas são a essência das regiões promovendo-as, envolvendo as suas gentes. O meu interesse na actividade associativa é 10.

Carlos Batista - *Presidente do Conselho de Administração da Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A., 72 anos*









PUBLICIDADE



Actividade associativa é uma escola de cidadania e uma forma importante do exercício da cidadania

"Num processo de regionalização o Ribatejo deveria agregar-se a outros territórios para aumentar escala, a sua capacidade e a sua importância num contexto nacional, nomeadamente à região Oeste."

foto O MIRANTE



José Trincão Marques

Uma ambição possível seria afirmar o Ribatejo como uma das principais plataformas nacionais de produção agro-alimentar, indústria, logística e inovação sustentável, aproveitando a sua centralidade, posição geográfica e a proximidade a Lisboa.

Concordo com a regionalização tal como vem prevista na Constituição da República Portuguesa. A regionalização é um factor de democratização do país porque os seus órgãos serão eleitos directamente pelo povo. Por outro lado, a regionalização é um instrumento que favorece a democracia participativa, que aproximará os eleitos aos eleitores.

A regionalização favorece o desenvolvimento. Tal acontece, na medida em que estimula o envolvimento alargado de todas as entidades e territórios abrangidos por determinada decisão, criando uma visão holística e de conjunto. Para além disso, a regionalização é condição de uma reforma administrativa democrática, que dê coerência à administração periférica do Estado e permita descentralizar e desburocratizar.

Gosto muito da região em que vivo. Tenho orgulho em ser ribatejano e tenho vontade e empenho em defender esta identidade, porque acredito nas enormes potencialidades de desenvolvimento do nosso território e das nossas gentes. Considero que num processo de regionalização o Ribatejo deveria agregar-se a outros territórios para aumentar escala, a sua capacidade e a sua importância num contexto nacional, nomeadamente à região Oeste.

O Ribatejo possui um conjunto de vantagens económicas, territoriais, agrícolas, ambientais e culturais. É isso que confere uma posição estratégica no contexto nacional. No entanto, enfrenta também problemas estruturais que condicionam o seu desenvolvimento e a sua capacidade de atrair população, investimento e emprego qualificado.

Como pontos fortes do Ribatejo destaco: a localização geográfica e acessibilidades; o potencial agrícola e agro-alimentar; o potencial industrial e logístico; o património natural e ambiental; o património histórico e cultural, e o capital humano e conhecimento.

Como pontos mais fracos do Ribatejo podemos apontar: as fragilidades demográficas; insuficiente desenvolvimento económico; deficiências nas acessibilidades e mobilidade nalguns locais; insuficiente articulação regional; problemas ambientais e climáticos nalguns locais, e fragilidades na oferta de serviços.

O grande desafio do Ribatejo não é a falta de recursos. É conseguir transformar os recursos existentes em investimento, emprego, conhecimento, população e qualidade de vida, através de uma estratégia regional articulada. Uma ambição possível seria afirmar o Ribatejo como uma das principais plataformas nacionais de produção agro-alimentar, indústria, logística e inovação sustentável, aproveitando a sua centralidade, posição geográfica e a proximidade a Lisboa.

Existem hoje dezenas de divisões "regionais" com âmbitos geográficos diferentes consoante os diversos serviços públicos. São dependentes verticalmente dos respectivos ministérios e sem coordenação entre si nas regiões em que actuam, com evidentes perdas de eficácia e prejuízos para os cidadãos que solicitam esses serviços, obrigando-os a encaminhar-se para cidades diferentes consoante os problemas que têm a tratar.

É fundamental para os eleitos, um conhecimento directo, próximo e real das potencialidades, problemas e anseios dos cidadãos. Devem ter uma ligação estreita e próxima com os territórios, as pessoas que neles habitam e trabalham, bem como com as várias instituições e empresas.

Sem um jornalismo livre não existe democracia. Desejo um feliz aniversário a O MIRANTE nestes seus 39 anos de publicação. E que continue a prática de um jornalismo livre e de proximidade com a nossa região. Com o seu trabalho tem criado pontes entre municípios e regiões.

De 1 a 10 o meu interesse pela actividade política local, nacional e internacional é muito. Tem sido sempre assim ao longo da minha vida, pelo que, o posso classificar em 10. O mesmo posso afirmar do meu interesse e valorização da actividade associativa, que é não apenas uma escola de cidadania, mas também uma forma importante do exercício da cidadania.

José Trincão Marques - *Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, 60 anos*









Quem exerce funções políticas tem de saber ouvir, decidir, explicar as decisões e prestar contas

"O debate sobre a organização do Estado deve começar pelas necessidades das pessoas. Uma família que procura casa, um jovem que deseja trabalhar na sua terra ou uma pessoa que aguarda uma consulta esperam respostas concretas."

foto O MIRANTE



João Teixeira Leite

● **É altura de voltar a fazer outro referendo sobre a Regionalização?**
Não considero que esta seja a discussão prioritária para o país neste momento. Portugal enfrenta desafios urgentes na saúde, na habitação, na educação e na melhoria dos rendimentos. É nessas respostas que devemos concentrar a nossa energia. Tendo em conta a dimensão territorial do país, não estou convencido de que criar mais um nível de poder político e administrativo seja a melhor solução. Defendo que se reforcem as estruturas existentes, com competências claras, meios adequados e responsabilidade pelos resultados.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
O centralismo é um problema real e prejudica o desenvolvimento equilibrado do país. Mas não considero que a regionalização seja, por si só, a resposta. Podemos descentralizar decisões, serviços e investimento, reforçando os municípios e a cooperação intermunicipal. Portugal precisa de mais cidades médias fortes, capazes de atrair empresas, fixar famílias e criar oportunidades. Essa deve ser uma prioridade nacional, com consequências concretas na distribuição dos recursos públicos.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Tenho muito orgulho em ser ribatejano. O Ribatejo tem uma identidade forte, feita do Tejo, da lezíria, do cavalo, da tradição tauromáquica, da agricultura e de uma maneira própria de estar. Essa identidade defende-se todos os dias, com trabalho e com ambição, e não depende de um mapa administrativo. Defendo o direito de decidirmos o nosso futuro, e é precisamente por isso que defendo municípios fortes e uma comunidade intermunicipal capaz de falar a uma só voz.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
A localização é a nossa maior vantagem. Estamos a meia hora de Lisboa, no cruzamento da linha do Norte, das auto-estradas e do eixo do Tejo, perto do futuro aeroporto. Temos um dos solos agrícolas mais férteis da Europa, uma agroindústria com peso exportador, um centro histórico de enorme valor e uma qualidade de vida que poucas cidades conseguem oferecer.

Tendo em conta a dimensão territorial do país, não estou convencido de que criar mais um nível de poder político e administrativo seja a melhor solução.

● **E quais são os maiores desafios?**
Precisamos de fixar mais emprego qualificado e de dar aos jovens razões para ficar. E não podemos aceitar que Santarém seja vista como zona de passagem ou dormitório.

● **O que está a ser feito?**
Temos um caminho traçado para os próximos dez anos, com o Campus Tejo Science & Technology, o Centro Vivo, um programa de investimento até 2035 no Centro Histórico e na Ribeira de Santarém, a Plataforma Logística, Empresarial e Industrial de Santarém (PLEIS) e a requalificação da frente ribeirinha. Somos hoje cerca de 70 mil e seremos mais nos próximos anos. Estamos a preparar o concelho para receber quem chega, com habitação, emprego e serviços à altura, e para melhorar a vida de quem cá vive. Santarém está a ganhar escala e confiança, e isso nota-se.

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
Como presidente de câmara e da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, sinto sobretudo necessidade de maior capacidade de decisão, melhor articulação e previsibilidade no financiamento. Já existem estruturas de coordenação e cooperação que devem ser valorizadas. Os transportes são um bom exemplo: as deslocações das pessoas ultrapassam as fronteiras dos concelhos e exigem respostas conjuntas. É precisamente aí que as comunidades intermunicipais podem fazer a diferença. Defendo o reforço dessa capacidade, com os meios necessários para cumprir as responsabilidades assumidas.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
A quem exerce funções políticas exige-se disponibilidade para ouvir e conhecer o território. O contacto com as famílias, empresas, associações e instituições sociais é insubstituível. Depois, é necessário dar seguimento ao que ouvimos, explicar as decisões e prestar contas. A confiança constrói-se com presença, coerência e trabalho.

● **Como avalia o trabalho feito por O MIRANTE?**
O MIRANTE tem um papel relevante na informação de proximidade, na divulgação da vida dos nossos concelhos e no escrutínio de quem exerce responsabilidades públicas. Ao longo destes 39 anos, tem contribuído para dar visibilidade a pessoas, instituições e problemas que nem sempre encontram espaço na comunicação social nacional. Como contributo, destacaria a importância de acompanhar os assuntos para além da notícia inicial: perceber o que foi resolvido, o que continua por fazer e porquê. E continuar a dar espaço aos jovens, à inovação e aos projectos que aproximam os municípios.

João Teixeira Leite
- Presidente da Câmara Municipal de Santarém e presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo













PUBLICIDADE



CÂMARA MUNICIPAL

Ligações Fortes
cm-vfxira.pt

TURISMO LISBOA E VALE DO TEJO

Turismo de Lisboa

Reforma da administração local seria mais importante do que criar órgãos intermédios que irão padecer do mesmo mal

"Infelizmente, parece-me que os Pedidos de Informação Prévia são muito mais para construção urbana do que para fábricas e outras unidades produtivas. Aliás em Portugal constroem-se mais hospitais, data centers e parques eólicos do que fábricas."

foto O MIRANTE



José Eduardo Carvalho

Sou um adepto da descentralização e desconcentração de competências do poder central para o local. E muito pouco entusiasta da criação de governos regionais. O desencanto com a evolução do país é grande. É possível que as populações possam aderir a qualquer coisa que actualmente não exista pensando que é solução para os seus problemas. Não creio que essa solução seja a criação de regiões. Se ocorrer algum referendo o meu sentido de voto será o mesmo que assumi em 1998.

Há quem diga que um país que tem 200 km's de largura, é todo ele litoral. Como é óbvio é uma caricatura. Mas temos de aprofundar as causas que estão na origem da concentração urbana nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e da falta de coesão territorial que ocorre no país. É muito redutor atribuir as responsabilidades somente à atractividade dessas áreas metropolitanas. Acho que governos regionais não provocariam por si só acréscimos à competitividade territorial nas regiões de baixa densidade.

Tenho muito orgulho em ser ribatejano e sou um defensor das suas tradições. Mas o nosso futuro será decidido por uma cultura que valorize o trabalho, pela redução da burocracia, pela reforma e redução do peso do Estado, por uma economia de mercado competitiva, por uma educação empreendedora e pela defesa da democracia liberal. Estes são os valores que decidirão o nosso futuro e não as identidades regionalistas.

A região de Santarém está a passar por uma fase de transição e a receber as primeiras ondas da expansão demográfica da Área Metropolitana de Lisboa. Com tudo o que ela acarreta de positivo e negativo. Se se fizer o levantamento das intenções de construção que estão sinalizadas nas Câmaras de Benavente, Santarém, Cartaxo e Almeirim concluiremos pela elevada pressão urbanística que já está a ocorrer.

Infelizmente, parece-me que os Pedidos de Informação Prévia são muito mais para construção urbana do que para fábricas e outras unidades produtivas. Aliás em Portugal constroem-se mais hospitais, data centers e parques eólicos do que fábricas. O desafio na nossa região é conseguirmos evitar que se transforme em áreas residenciais com fluxos pendulares de população para Lisboa e que não se consiga atrair e localizar empresas.

Na actual conjuntura política, é de enaltecer e respeitar quem está disposto a exercer funções governativas.

Já temos governos e executivos municipais para gerirem e bem, o desenvolvimento das regiões e as condições de vida das populações. Mas a grande reforma da administração local está por fazer: alterar a legislação permitindo que o executivo camarário seja composto pelo partido mais votado; reforçar as competências do parlamento municipal; aumentar as remunerações dos membros dos executivos camarários; impor uma cultura de gestão de objectivos nos serviços; reforçar o poder do executivo municipal em detrimento dos directores; introduzir a avaliação de desempenho dos trabalhadores das autarquias e diferenciar remunerações. Tudo isto seria mais importante do que criar órgãos intermédios que irão padecer do mesmo mal e dos mesmos défices de governação.

Tenho relação com ministros e secretários de Estado, nomeadamente nas áreas da economia, energia, emprego e ambiente. Acho que conhecem os problemas e têm vontade e desejo de os resolver. Na actual conjuntura política, é de enaltecer e respeitar quem está disposto a exercer funções governativas. O escrutínio individual e familiar, a quebra de privacidade, a crítica mordaz do comentariado que não se sujeita ao sufrágio eleitoral, e a contrapartida financeira de tudo isto, acaba por não atrair nem recompensar.

Uma assembleia regional não funcionaria melhor que a Assembleia da República. Ocorreria a mimetização do parlamento nacional, mas com pior qualidade. Basta assistir a uma sessão de uma assembleia municipal para concluirmos o que se iria passar.

Acho que O MIRANTE tem trabalhado bem. É um canal de divulgação do bom e do positivo que se faz nos diversos concelhos e também monitoriza o que de negativo ocorre. Dificilmente sem um jornal com a sua influência e cobertura mediática, eu saberia o que se está a fazer em Coruche ou Mação. Não tenho por hábito opinar sobre a política editorial dos media. Sobre o que poderia melhorar, não me arrisco a dar opinião. Lembro-me sempre daquele comentário que se faz sobre os consultores: "são excelentes a dar conselhos e opiniões sobre a melhor forma de gerir uma empresa, mas nunca criaram ou geriram alguma".

No que diz respeito aos media nacionais interesso-me pelos assuntos económicos, geopolíticos, política nacional e desporto. A nível nacional leio com atenção a actividade municipal, alguma informação económica e a actividade desportiva.

José Eduardo Carvalho
- Presidente da AIP

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ROMEIRA E VÁRZEA
MUNICÍPIO DE SANTARÉM
Sede: Rua Casal Novo, nº 3, 2005-016 Várzea Tel.: 243469080 (chamada rede fixa nacional) email: uf.romeiravarzea@outlook.pt
Delegação Romeira: Largo Santa Catarina, nº 2, 2005-076 Romeira Telefone: 243 469 758 (chamada rede fixa nacional)
email: uf.romeiravarzea@outlook.pt - web: www.romeiraevarzea.freguesias.pt





PUBLICIDADE

OFERTA FORMATIVA 2026/2027

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCANENA
Escola Secundária de Alcanena - escola sede
Tel: 249 887 390 | Fax: 249 887 399 | direcao@aealcanena.edu.gov.pt

Pré-escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Secundário

agrupamento de escolas alcanena

Garantimos qualidade, projetamos o Futuro!

Cofinanciado por
PESSOAS 2030 | PORTUGAL 2030 | Cofinanciado pela União Europeia

http://aealcanena.pt

Plano de Inovação Ensino Secundário

Todas as áreas

Multiplas opções

Iniciação ao Espanhol (3º Ciclo e Secundário)

Sala do Futuro (mesa interativa tablets)

Artes & Espetáculo

Clube de Robótica

Educação de Adultos

EFA Escolar
Nível Secundário (12º ano)

QUALIFICA
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - Básico e Secundário (RVCC) - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC PRO)

Português Língua de Acolhimento

Formações Modulares

Laboratório de Criatividade Makers`Lab

Ensino Artístico Especializado de Música (2º e 3º Ciclos)

Pré-Escolar: J.I.de Alcanena | J.I. de Bugalhos | J.I. do Covão do Coelho | J.I. da Gouxaria | J.I. do Castelo | J.I do Malhou | J.I. de Minde | J.I. de Monsanto | J.I. de Moitas Venda | J.I. da S.S. António | J.I. de Vila Moreira - E. B. I. c/ 1º e 2º Ciclos Dr. Anastácio Gonçalves | EB1 de Covão do Coelho | EB1 de Malhou | EB1 de Minde | EB1 S.S. António | EB1 de Vila Moreira

2º, 3º Ciclo e Secundário: Escola Básica Prof. Abílio Madeira Martins 2º e 3º Ciclo | Escola Sec. c/ 3º Ciclo de Alcanena

A proximidade de Lisboa não pode servir de desculpa para uma ambição curta

"Uma pessoa que sai de um gabinete bem recebida, mas continua meses sem resposta, não teve o seu problema resolvido. É preciso acompanhar, dar a cara e ter a honestidade de dizer 'não consigo' quando for esse o caso."

foto O MIRANTE



Ramiro Matos

Ainda nos custa aceitar que um bom investimento no concelho vizinho também nos pode beneficiar. E a proximidade de Lisboa, tão cómoda para tantas coisas, não pode servir de desculpa para uma ambição curta.

Trabalho em Lisboa e em Santarém e vivo em Santarém. Conheço bem essa proximidade geográfica e, ao mesmo tempo, a distância que pode existir quando precisamos de uma decisão. O centralismo não se mede em quilómetros. Mede-se na dependência de um despacho, na espera por uma autorização e na dificuldade em explicar uma realidade a quem a conhece sobretudo através de um processo.

A regionalização pode ajudar, se trouxer autonomia efectiva. Se acabarmos com uma pequena Lisboa em cada capital de região, cheia de portas onde bater, teremos feito uma reforma cara e bastante decepcionante.

Gostava de uma discussão adulta sobre a regionalização, com menos certezas de ocasião e propostas suficientemente claras para poderem ser discutidas a sério. Estou disponível para ser convencido por um bom modelo e para criticar um mau, mesmo que venha embrulhado num discurso simpático sobre a nossa identidade. E não aceito que fiquemos à espera da regionalização para fazer aquilo que já depende de nós.

É altura de voltar a fazer um referendo sobre a regionalização, desde que se saiba exactamente o que vai a votos. Como advogado, tenho alguma dificuldade em recomendar a assinatura de um contrato com as cláusulas essenciais em branco. Com a regionalização passa-se um pouco o mesmo: quero conhecer as competências, os recursos, os custos e a forma de responsabilizar quem decide. Voltar a perguntar às pessoas se querem regiões, sem lhes explicar o que muda na segunda-feira seguinte, parece-me uma oportunidade desperdiçada.

Sou muito ligado a Santarém e ao Ribatejo, com um orgulho que não fica reservado aos dias de festa. Gosto desta terra e, precisamente por isso, sou exigente com ela. Tenho a minha casa aqui, sou pai e preocupa-me o futuro que estamos a preparar para os nossos filhos. Gostava que ficar na região fosse uma escolha entusiasmante, com boas oportunidades profissionais e qualidade de vida. E que quem sai para estudar ou trabalhar tenha razões para querer voltar. É aí que o meu regionalismo se torna mais concreto.

A debilidade que mais me incomoda na região é uma certa facilidade em pensar pequeno quando o assunto exige escala. Ainda nos custa aceitar que um bom investimento no concelho vizinho também nos pode beneficiar. E a proximidade de Lisboa, tão cómoda para tantas coisas, não pode servir de desculpa para uma ambição curta. Gostava de ver o Ribatejo mais confiante e menos dependente de reconhecimento vindo de fora.

Não sou indiferente ao nome Ribatejo para uma futura região. Tem história, carácter e um significado afectivo que nenhum desenho administrativo deve tratar com ligeireza. Também não faria depender o meu apoio a uma reforma apenas da placa colocada à entrada de um edifício. Preocupa-me mais que se comece a disputar a sede e os lugares antes de se discutir o que a região vai fazer. Seria um péssimo começo.

O que exijo, a começar por mim, é que não se perca o assunto depois da reunião. Uma pessoa que sai de um gabinete bem recebida, mas continua meses sem resposta, não teve o seu problema resolvido. É preciso acompanhar, dar a cara e ter a honestidade de dizer "não consigo" quando for esse o caso. A simpatia não pode servir para adiar indefinidamente uma resposta.

Uma Assembleia Regional poderá funcionar melhor que a Assembleia da República, mas não por ser mais pequena ou ficar mais perto de casa. Não há uma virtude automática na proximidade. As pressões locais e os interesses instalados também existem e exigem escrutínio. Se se limitar a reproduzir, em versão regional, as querelas partidárias nacionais, será uma desilusão. Dispenso mais um palco onde toda a gente fala para o seu partido e quase ninguém responde pelo resultado.

O MIRANTE ajuda a que a região se conheça melhor. Põe no mesmo espaço pessoas, empresas e instituições que, apesar de próximas, muitas vezes pouco sabem umas das outras. E dá importância a assuntos que, vistos de Lisboa, dificilmente chegariam a notícia.

Gostava de ver, no trabalho do jornal, ainda mais insistência de O MIRANTE no "e depois?". A obra anunciada avançou? O problema denunciado foi resolvido? A promessa ficou pelo caminho? Esse acompanhamento persistente é exigente, mas faz muita falta. E merece o mesmo cuidado reconhecer o trabalho bem feito, sobretudo aquele que acontece discretamente e sem uma assessoria de comunicação a promovê-lo.

De 1 a 10, dou 9 ao meu interesse pela actividade política local e nacional, e 8 ao interesse pela política internacional. À actividade associativa dou 10, sem grande hesitação. A ligação às instituições sociais ensinou-me a respeitar profundamente quem assume responsabilidades difíceis, dá o seu tempo e ainda tem de procurar meios para manter as portas abertas. Há uma dedicação discreta e teimosa nesse trabalho que merece muito mais reconhecimento.

Ramiro Matos - *Presidente do Conselho de Administração da Águas de Santarém, E.M., S.A., 51 anos*







Não faria sentido substituir o centralismo de Lisboa por novos centralismos regionais

"É difícil aceitar que investimentos essenciais para o desenvolvimento de uma região estejam anos, por vezes décadas, à espera de decisões da administração central."

foto O MIRANTE



Manuel Jorge Valamatos

Sempre defendi que Portugal precisa de aprofundar a descentralização e dar maior capacidade de decisão aos seus territórios. Não faz sentido continuarmos a ter um país onde tantas decisões que condicionam o desenvolvimento das regiões dependem exclusivamente de Lisboa. Mas não basta convocar um referendo sobre a criação de regiões administrativas. É fundamental explicar aos portugueses que regiões queremos criar, quais serão as suas competências, como serão financiadas e que vantagens concretas terão para a vida das pessoas.

Portugal continua a ser um país excessivamente centralizado. Mas o problema não é Lisboa. O problema é um modelo de organização do Estado que concentra demasiado poder de decisão e investimento no litoral e que, muitas vezes, não compreende suficientemente as necessidades e as particularidades dos diferentes territórios. É difícil aceitar que investimentos essenciais para o desenvolvimento de uma região estejam anos, por vezes décadas, à espera de decisões da administração central.

Um exemplo muito concreto é o das acessibilidades. Há quantos anos discutimos a conclusão do IC9, uma ligação fundamental para o desenvolvimento económico e para a mobilidade da nossa região? O mesmo acontece com a Estrada Nacional 118, na zona do Tramagal, ou com a necessidade de intervir na Estrada Nacional 2, em Abrantes. São problemas identificados há muito tempo, com impacto directo na vida das pessoas e das empresas, mas continuamos dependentes de decisões, autorizações e investimentos da administração central, num processo que se arrasta demasiado no tempo. Mas a regionalização não pode ser uma simples mudança de localização do poder. Não faria sentido substituir o centralismo de Lisboa por novos centralismos regionais.

Tenho muito orgulho nas minhas origens e na minha identidade. Nasci no Tramagal, cresci e vivi em diferentes freguesias do concelho de Abrantes e mantenho uma ligação muito forte às nossas pessoas, às nossas tradições e à nossa maneira de estar. Sou um homem profundamente ligado à minha terra. E talvez por isso tenha uma convicção tão forte de que somos nós, que aqui vivemos, trabalhamos e conhecemos os nossos problemas, que devemos ter uma palavra decisiva na construção do nosso futuro. Mas defender a nossa identidade não significa fechar-nos sobre nós próprios.

Portugal continua a ser um país excessivamente centralizado. Mas o problema não é Lisboa. O problema é um modelo de organização do Estado que concentra demasiado poder de decisão e investimento no litoral

Acredito na cooperação entre municípios. Na valorização da diversidade dos nossos territórios e na capacidade que temos de construir projectos comuns. É precisamente esse espírito que procuro desenvolver enquanto presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Temos muito mais a ganhar quando trabalhamos juntos, respeitando aquilo que distingue cada concelho e colocando os interesses da região acima das diferenças políticas ou das fronteiras administrativas.

A discussão sobre os nomes e os limites territoriais é importante, porque envolve a identidade das comunidades e o seu sentimento de pertença. Mas não podemos permitir que essa discussão nos faça perder de vista o essencial. O que verdadeiramente importa é saber que competências terão essas regiões, que recursos estarão disponíveis e de que forma poderão responder melhor às necessidades das populações. Não podemos passar mais anos a discutir mapas e designações e continuar sem resolver os problemas concretos das pessoas.

O MIRANTE tem acompanhado a vida dos municípios, das empresas, das instituições e das pessoas. Tem dado visibilidade a realidades que nem sempre encontram espaço nos grandes órgãos de comunicação social nacionais. É importante reconhecer o contributo que tem dado para o debate público, para o escrutínio dos responsáveis políticos e para a valorização da nossa identidade regional. Nem sempre concordamos com tudo o que é publicado, naturalmente. Mas faz parte da democracia termos uma comunicação social livre, independente e capaz de questionar quem exerce responsabilidades públicas.

Numa escala de 1 a 10, o meu interesse pela política local é 10. É a minha vida há muitos anos. É onde sinto que posso contribuir de forma mais directa para melhorar a vida das pessoas. Também acompanho, naturalmente, a política nacional (9) e internacional (8). As decisões nacionais têm uma influência directa na vida dos municípios e das populações. E vivemos num mundo cada vez mais interdependente e aquilo que acontece fora das nossas fronteiras tem consequências económicas, sociais e políticas no nosso país.

Dou a máxima atenção à actividade associativa. Faz parte da minha história pessoal. Fui atleta, treinador, professor e dirigente associativo. Sei bem a importância que as associações têm na formação das pessoas, na dinamização das comunidades e na construção de uma sociedade mais participativa ●

Manuel Jorge Valamatos - *Presidente da Câmara Municipal de Abrantes e presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, 61 anos*







PUBLICIDADE



TeSP's Cursos Técnicos Superiores Profissionais

- Análise de Dados e Sistemas de Apoio à Decisão
- Contabilidade e Gestão
- Gestão Administrativa de Recursos Humanos
- Gestão Comercial e Vendas
- Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança
- Gestão de PME
- Gestão de Turismo
- Gestão dos Negócios Internacionais
- Inteligência Artificial
- Logística
- Marketing Digital e Comércio Eletrónico
- Organização e Gestão Industrial
- Redes e Sistemas Informáticos
- Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação
- Turismo e Transporte Aéreo
- Turismo Equestre

Licenciaturas

- Engenharia da Segurança do Trabalho
- Engenharia Informática
- Gestão Comercial
- Gestão de Dados e Tecnologias em Saúde
- Gestão de Processos e Operações Empresariais
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Turística
- Informática de Gestão
- Marketing

Mestrado

- Engenharia de Tecnologias e Sistemas Web
- Gestão de Empresas
- Gestão de Projetos
- Gestão de Recursos Humanos

Pós-Graduações

- Advanced Change Management, Inovação e Liderança Estratégica
- Competitive Intelligence e Gestão Internacional
- Data Science
- Design Educacional: Conceção Conteúdos Digitais de Aprendizagem
- Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor
- Educação Especial - Domínio Intervenção Precoce na Infância
- Gestor de Bem-Estar e Felicidade
- Gestão de Bibliotecas Escolares
- Gestão e Administração de Unidades de Saúde
- Gestão e Dinamização de Tecnologias e Metodologias E-learning
- Inteligência Artificial Aplicada
- Inteligência Artificial e Tecnologias Emergentes na Aprendizagem
- Intervenção em Trauma, Emergência e Catástrofe
- Redes - Cisco Networking
- Técnico Superior de Segurança no Trabalho
- Tour Guiding
- Segurança Informática e Ethical Hacking

MBA's

- Administração Pública
- Assessoria Executiva, Protocolo & Eventos
- Diplomacia e Gestão Económico-Financeira
- Gestão Comercial e Marketing
- Gestão da Qualidade
- Gestão de Pessoas
- Logística e Distribuição
- Marketing Digital e Ecommerce
- Sucessão em Empresas Familiares

Rua Dr. Teixeira Guedes, 31
2000-029 Santarém

www.islasantarem.pt

Não precisamos de mais burocracia mas de aproximar as decisões das pessoas

"Decidir a partir de relatórios ou de números não é suficiente. É fundamental perceber como vivem as pessoas, quais são as suas dificuldades e o impacto que cada decisão tem no seu quotidiano."

foto O MIRANTE



Joaquim Manuel de Deus Catalão

Sinto a falta de um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias. A extinção dos governos civis deixou um vazio na articulação entre a administração central e o poder local. O governador civil era uma figura de proximidade, que conhecia os municípios, mantinha contacto directo com os autarcas e podia ajudar a encontrar soluções para problemas que envolviam diferentes serviços do Estado. Não defendo o regresso ao passado, mas considero que uma estrutura regional democraticamente legitimada, com competências claras, poderia desempenhar esse papel de articulação de forma mais eficaz.

Portugal continua a ser um país excessivamente centralizado. Há muitas decisões tomadas em Lisboa por quem nem sempre conhece a realidade dos territórios. Quem decide a partir de um gabinete, sem contacto regular com as populações e com os autarcas, dificilmente consegue compreender todas as dificuldades que enfrentamos diariamente. A criação de regiões administrativas, com autonomia e capacidade de decisão, permitiria corrigir parte desse afastamento.

O interior continua a enfrentar grandes desigualdades. Quem conhece o território, as suas potencialidades e as dificuldades das populações está em melhores condições para definir prioridades nas áreas das obras públicas, da economia, da educação, da saúde e dos transportes. Considero que chegou o momento de voltar a discutir seriamente a regionalização e de dar aos portugueses uma nova oportunidade de se pronunciarem.

Tenho um enorme orgulho em ser ribatejano, nas nossas tradições, na nossa cultura, na nossa história, e nas nossas gentes. Mas ser regionalista não significa apenas defender as nossas potencialidades. Significa também querer que a nossa região tenha condições para crescer, criar emprego, atrair investimento e proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas. Devemos ter uma palavra decisiva na definição do nosso futuro. E isso só será possível com maior autonomia, capacidade de decisão e responsabilidade política.

Considero que chegou o momento de voltar a discutir seriamente a regionalização e de dar aos portugueses uma nova oportunidade de se pronunciarem.

Temos uma enorme riqueza agrícola, solos férteis e o rio Tejo. Temos uma gastronomia de excelência, património cultural, associativismo e uma localização geográfica privilegiada, próxima de Lisboa e dos principais eixos de comunicação do país. Precisamos de maior capacidade de decisão e de investimentos que permitam transformar o que temos em oportunidades reais para as populações.

A designação e a delimitação das regiões são questões importantes. Estão relacionadas com a identidade e o sentimento de pertença das populações, mas não devem transformar-se num obstáculo à regionalização. Não podemos deixar que a discussão sobre os nomes se sobreponha ao verdadeiro objectivo da regionalização: aproximar o poder das pessoas e promover um desenvolvimento mais equilibrado do país.

Quem exerce funções políticas deve ouvir as populações, visitar os locais, conhecer os problemas. E deve manter um diálogo permanente com os autarcas e as instituições. Não basta decidir a partir de relatórios ou de números. É fundamental perceber como vivem as pessoas, quais são as suas dificuldades e o impacto que cada decisão tem no seu quotidiano. A política deve ser feita com as pessoas e para as pessoas.

Ao longo destes 39 anos, O MIRANTE tem desempenhado um papel importante na informação e na valorização da nossa região. A imprensa regional é fundamental para dar voz às populações, divulgar o trabalho das instituições, acompanhar os problemas dos territórios e promover a identidade das nossas comunidades. Reconheço ao jornal o mérito de contribuir para o debate público e de aproximar municípios, instituições e cidadãos.

Como autarca, interesso-me ao máximo pela actividade política local. Um 10, numa escala de 1 a 10. Atribuo 9 à política nacional e 8 à política internacional, porque as decisões tomadas nesses níveis têm consequências importantes para os municípios e para o quotidiano das populações. Quanto à actividade associativa, atribuo-lhe também um 10. As associações culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade social fazem um trabalho extraordinário, muitas vezes assente no voluntariado e na dedicação de pessoas que dão muito de si em benefício dos outros ●

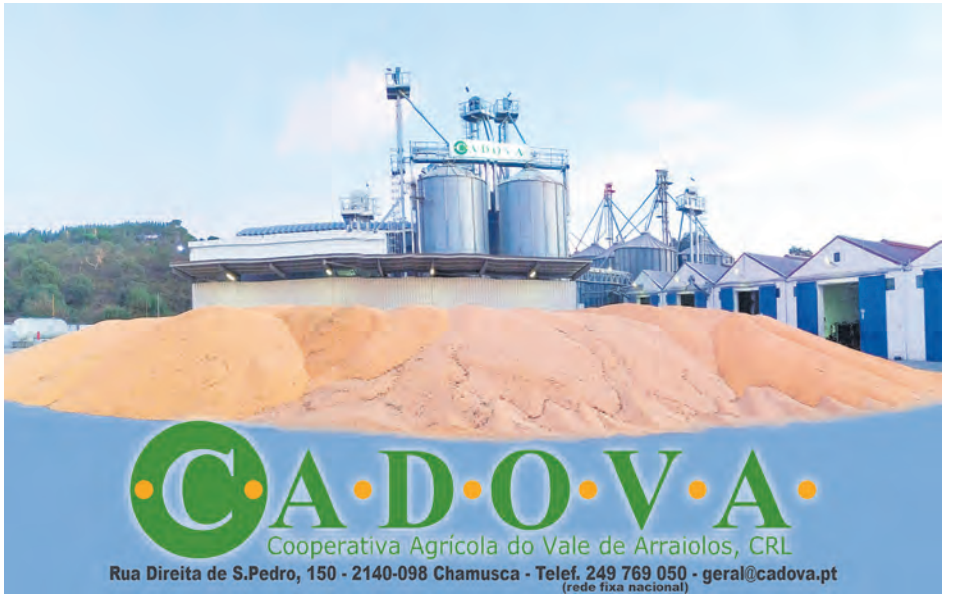
Joaquim Manuel de Deus Catalão
- Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, 62 anos











PUBLICIDADE

ESTAÇÃO NATAL

01 A 30 DEZ 2026 TOMAR VÁRZEA GRANDE



TOMAR
CIDADE TEMPLÁRIA

CALENDÁRIO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
	F	02	03	04	05	06
07	F	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	N	26	27
28	29	30	31			

WWW.CM-TOMAR.PT

HORÁRIOS

- **01 · 06 · 08 · 13 · 20 · 23 · 28 · 29 · 30 dezembro** | 11:00 › 20:00
- **04 · 05 · 11 · 12 · 18 · 19 · 26 · 27 dezembro** | 11:00 › 23:00
- **07 · 25 dezembro** | 16:00 › 23:00
- **Encerrado**

PULSEIRA DE ACESSO DIÁRIA

5 € [idade mínima 3 anos]
Inclui Acesso
- Casa do Pai Natal
- Pista de Gelo
- Comboio
- Insuflável
- Pista Bumper Cars
- Carrossel Francês

LOCAL DE VENDA

Bilheteiras do recinto, no dia

ACESSO LIVRE

Mercado de Natal e Street Food

Nota: A utilização de cada um dos divertimentos está condicionado a regras específicas devidamente afixadas no local.

A escola afirma-se cada vez mais como o verdadeiro coração da sociedade

"Acredito que a proposta de criação de regiões, referendada a nível nacional, seria, uma vez mais, rejeitada. Pelo receio do aumento da despesa pública e burocracia; o risco de reprodução do "centralismo" à escala regional; a fragmentação e rivalidades identitárias, e a própria dimensão do país."

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem e que a criação de regiões poderia resolver o problema? Tem esse entendimento?**
A visão de que " o resto é paisagem", afigurasse-me algo simplista, contudo reconheço o centralismo histórico de Lisboa. Embora regiões com autonomia e poder de decisão pudessem planear o desenvolvimento local com maior eficácia, a regionalização política não garante a resolução do problema por si só: arriscaria criar novos centralismos nas capitais regionais e aumentar os custos burocráticos sem assegurar uma distribuição equitativa de recursos.

● **A criação de regiões administrativas não foi aprovada no referendo de 1998. É altura de voltar a fazer outro?**
Acredito que a proposta de criação de regiões administrativas, referendada a nível nacional, seria, uma vez mais, rejeitada. Na base desta rejeição pesará o receio do aumento da despesa pública e burocracia, o risco de reprodução do "centralismo" à escala regional; a fragmentação e rivalidades identitárias e ainda, a própria dimensão do país.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Residindo em Mação, um concelho emblemático pela forma como cruza a identidade ribatejana, as vivências da Beira Baixa e a integração funcional no Médio Tejo e no Centro, a vontade de defender o território e exigir capacidade de decisão local é um pilar da cidadania, independentemente do veículo para essa decisão ser o município, a comunidade intermunicipal ou uma futura região.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
Falando, especificamente do concelho de Mação, que se distingue pela encruzilhada cultural entre o Ribatejo e a Beira, aliada a um património arqueológico e paleontológico de projecção internacional, a maior riqueza do território reside nas suas gentes e no seu profundo apego à terra. Em contrapartida, a região enfrenta o desafio crítico da baixa densidade populacional e do envelhecimento demográfico. A fixação de novas gerações é actualmente condicionada pela escassez de habitação e por um tecido industrial ainda pouco atractivo para a população jovem qualificada.

foto DR



Rufina Costa

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
Esse poder intermédio já existe e tem demonstrado eficácia operacional no território. Entidades como as comunidades iIntermunicipais (CIM) e as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) desempenham, precisamente, esse papel de articulação. São responsáveis por desenhar e executar políticas municipais e intermunicipais, gerindo fundos comunitários e coordenando investimentos estratégicos. Actualmente, constituem-se como parceiros imprescindíveis.

A região enfrenta o desafio crítico da baixa densidade populacional e do envelhecimento demográfico. A fixação de novas gerações é actualmente condicionada pela escassez de habitação e por um tecido industrial ainda pouco atractivo para a população jovem qualificada.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse trabalho?**
O trabalho do jornal O MIRANTE, ao longo destes 39 anos, tem-se revelado muito interessante criando pontes reais e dinamizando a coesão entre os municípios e as regiões. Pessoalmente, considero a sua missão muito importante, sendo a edição impressa aguardada com enorme expectativa pela comunidade escolar do Agrupamento de Escolas de Mação. A vertente digital e a versão online revelam-se igualmente muito interessantes e ágeis na aproximação aos leitores. Continuar a apostar em conteúdos multimédia e interactivos consolidará ainda mais a ligação com o público e as novas gerações.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, naciomal e internacional? E pela actividade associativa?**
Como directora é impossível manter-me alheada de decisões com impacto directo na gestão escolar e no futuro dos alunos. No entanto, não me canso de sublinhar que a escola é rigorosamente apolítica, pautando-se pela neutralidade e tratando todos os cidadãos de igual forma. Quanto à actividade associativa, também o meu interesse é máximo, traduzindo-se numa política educativa activa de articulação e estabelecimento de relações estreitas com as associações locais, pilares essenciais para o enriquecimento comunitário e formação integral dos nossos jovens.

● **O que gostaria de acrescentar?**
Reafirmo que, cada vez mais, a escola se afirma como o verdadeiro coração da sociedade. Para que cumpra plenamente a sua missão, é fundamental que o poder central, o poder local, a direção da escola, o pessoal docente e não docente, os alunos, os pais e encarregados de educação e os parceiros caminhem lado a lado, assumindo cada um, com rigor e empenho, o seu papel e a sua quota-parte de responsabilidade no futuro das nossas crianças e jovens ●

Rufina Costa
- Directora do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte - Mação, 57 anos





O Tejo não deve ser encarado como uma fronteira entre territórios, mas como um elemento de ligação, coesão e desenvolvimento

"O essencial é garantir que as decisões públicas contribuem para aproximar comunidades, reduzir assimetrias territoriais e criar novas oportunidades, privilegiando sempre a qualidade, a acessibilidade e a eficiência do serviço público."

foto O MIRANTE



Rui Rei

A regionalização constitui uma matéria de relevante interesse para a organização territorial e para o desenvolvimento equilibrado do país. Mais do que discutir a oportunidade de um novo referendo, importa assegurar que existe uma reflexão aprofundada sobre as competências, os recursos e as responsabilidades a atribuir às futuras regiões.

Na perspectiva da mobilidade, qualquer modelo de organização territorial deverá contribuir para melhorar a articulação entre os diferentes níveis de decisão. E promover investimentos estruturantes e responder de forma mais eficaz às necessidades das populações, privilegiando a qualidade, a eficiência e a acessibilidade do serviço público.

A concentração de recursos e de decisões nos principais centros urbanos constitui um desafio para a coesão territorial. Contudo, o desenvolvimento equilibrado do país exige mais do que uma alteração da organização administrativa. A experiência da TTSL demonstra que os territórios são interdependentes e que a mobilidade desempenha um papel fundamental na aproximação entre municípios, na dinamização económica e no acesso a oportunidades. A valorização dos diferentes territórios passa por uma maior capacidade de articulação institucional, pelo investimento em infra-estruturas e pela existência de respostas ajustadas às necessidades específicas de cada região.

A TTSL desenvolve a sua actividade numa região marcada por fortes relações entre as comunidades das duas margens do Tejo. Com a sua actividade contribui diariamente para a sua aproximação. Defender a identidade e o desenvolvimento de um território significa também criar condições para que as populações tenham acesso a melhores serviços públicos, maior mobilidade e novas oportunidades, promovendo a coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida.

Defender a identidade e o desenvolvimento de um território significa também criar condições para que as populações tenham acesso a melhores serviços públicos, maior mobilidade e novas oportunidades

O transporte fluvial assume particular importância, constituindo uma das formas mais directas e sustentáveis de ligar os territórios das duas margens. Reduz a dependência do transporte rodoviário e promove a coesão territorial. O Tejo, que ao longo da história contribuiu para o desenvolvimento de Portugal, deve continuar a ser encarado não como uma barreira que separa, mas como um elemento que une territórios, aproxima populações e cria oportunidades para o futuro.

Entre as principais debilidades do transporte fluvial, destacam-se os desafios associados às características naturais do rio. Nomeadamente as correntes, as marés, as condições de navegabilidade e a exposição a condições meteorológicas adversas, que podem condicionar o aproveitamento do seu potencial e a operação do transporte fluvial, exigindo investimentos contínuos em infraestruturas e soluções operacionais adaptadas.

A actividade da TTSL evidencia a importância de uma articulação permanente entre diferentes entidades. O desenvolvimento de novas ligações fluviais constitui um exemplo concreto da necessidade dessa articulação, uma vez que envolve estudos de procura, avaliação de infraestruturas, planeamento operacional e integração com outros modos de transporte. Neste âmbito, a TTSL tem vindo a desenvolver estudos de procura e a avaliar novas oportunidades de ligação fluvial, com particular destaque para o potencial de ligação ao Parque das Nações, um importante pólo de desenvolvimento económico, empresarial e de serviços da Área Metropolitana de Lisboa.

O planeamento dos transportes exige uma visão estratégica de médio e longo prazo. Essa visão tem de assentar no conhecimento da realidade operacional, na antecipação das necessidades futuras e numa articulação institucional eficaz, que permita transformar os desafios identificados em soluções concretas, privilegiando sempre a qualidade, a acessibilidade e a eficiência do serviço público. Considerando que a nossa operação abrange diferentes municípios e serve diariamente milhares de passageiros, é fundamental assegurar uma visão integrada da mobilidade, capaz de conciliar as necessidades específicas de cada território com os interesses e objectivos comuns da região.

Entre Janeiro e Outubro de 2026, a empresa realizou cerca de 107 mil viagens. Tal representa um crescimento de 7,9% face ao período homólogo, alcançando níveis de fiabilidade próximos dos 99%. Destaca-se, igualmente, a redução de 87% nas supressões de serviço no conjunto das ligações fluviais, com especial expressão nas ligações do Seixal e de Cacilhas, onde as reduções atingiram cerca de 67% e 95%, respectivamente. Estes resultados reflectem um esforço contínuo de melhoria operacional, acompanhado pelo reforço da oferta de transporte, pela aposta na limpeza, no conforto e na manutenção dos navios e das infraestruturas, bem como por uma comunicação mais próxima, transparente e eficaz com os passageiros.

Nos seus 39 anos de edição, que se assinalam, O MIRANTE tem contribuído para dar visibilidade às realidades locais e regionais. E com isso tem ajudado a promover o debate sobre questões relevantes para o desenvolvimento dos territórios. É importante que o jornal continue a aprofundar temas relacionados com a mobilidade, a sustentabilidade, as infraestruturas e a coesão territorial, dando destaque a projectos que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações.

Rui Rei - *Presidente do conselho de administração da Transtejo Soflusa*













PUBLICIDADE

LAC

REMODELAÇÃO E PINTURAS EM GERAL

PINTURAS EM GERAL
REMODELAÇÃO GERAL
IMPERMEABILIZAÇÃO GERAL
ISOLAMENTO TÉRMICO
LIMPEZA, TROCA E IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADO

965 645 606





Antes



Depois



Nomes e limites territoriais das regiões são importantes porque envolvem identidade e sentido de pertença

"A regionalização deve ser vista como uma oportunidade para aproximar decisões, valorizar os territórios e garantir que as populações têm uma palavra mais efectiva sobre o seu futuro."

foto O MIRANTE



Nuno Mira

A regionalização, por si só, não resolve todos os problemas. Mas pode ser uma ferramenta importante para que o desenvolvimento do país não fique excessivamente dependente das decisões tomadas a partir de Lisboa.

Faz falta um poder intermédio entre o poder central e as autarquias. Na minha actividade diária, sinto que existe, por vezes, um distanciamento significativo entre quem toma as decisões e quem conhece verdadeiramente a realidade no terreno. Precisamos de mais proximidade ao território e às populações, de decisões mais rápidas e de respostas mais ajustadas às necessidades e especificidades de cada região.

Sou favorável à regionalização. O referendo de 1998 deve ser respeitado, mas passaram quase três décadas e Portugal continua a enfrentar profundas assimetrias territoriais e uma excessiva concentração de decisões em Lisboa. Acredito que a regionalização pode contribuir para aproximar o poder de decisão das populações, valorizar os territórios e promover um desenvolvimento mais equilibrado do país. Defendo, por isso, um novo referendo, desde que exista uma proposta concreta, clara e devidamente explicada aos portugueses.

Portugal continua a ter uma forte concentração de poder político, económico e administrativo em Lisboa. Essa situação contribui para acentuar as desigualdades entre territórios. Acredito que regiões com autonomia, competências próprias, meios financeiros e capacidade efectiva de decisão poderiam ajudar a corrigir esse desequilíbrio. Naturalmente, a regionalização, por si só, não resolve todos os problemas. Mas pode ser uma ferramenta importante para que o desenvolvimento do país não fique excessivamente dependente das decisões tomadas a partir de Lisboa.

A minha costela regionalista está bem presente. Tenho muito orgulho em ser ribatejano e em pertencer a uma região com esta identidade, história e cultura. Acredito que defender o Ribatejo é também defender a nossa capacidade de decidir, definir prioridades e encontrar soluções ajustadas à nossa realidade. Não se trata apenas de preservar uma identidade, mas de garantir que a região tem voz, capacidade de decisão e condições para construir o seu próprio futuro.

O Ribatejo distingue-se pela identidade, pela diversidade do território e pela ligação muito própria à terra, ao Tejo e às suas tradições. Temos uma riqueza cultural e histórica muito significativa, uma forte tradição agrícola e uma localização geográfica que nos confere importantes vantagens. As nossas maiores debilidades estão relacionadas com o envelhecimento, a dificuldade em fixar jovens e investimento, as acessibilidades e a necessidade de reforçar serviços e oportunidades nos territórios de menor densidade.

A questão fundamental deve ser a existência de uma região com legitimidade democrática. Com órgãos eleitos pelas populações, competências próprias, meios financeiros, e uma verdadeira capacidade de decisão. Mas a discussão sobre os nomes e os limites territoriais é importante, porque envolve identidade e sentido de pertença.

Reconheço a importância do trabalho que O MIRANTE tem desenvolvido na valorização da região e na divulgação da realidade dos nossos concelhos. A comunicação social regional tem um papel insubstituível na aproximação das comunidades, na defesa dos territórios e na criação de uma identidade regional. Precisamos olhar o território para além das fronteiras de cada concelho e perceber que, em muitas matérias, temos mais a ganhar se trabalharmos em conjunto.

Numa escala de 1 a 10, o meu interesse pela actividade política local é naturalmente 10, pelas funções que exerço. A actividade política nacional também merece um interesse de 10, porque muitas das decisões tomadas a esse nível têm consequências directas nos municípios e nas populações. A política internacional, embora tenha uma influência mais indirecta, é igualmente importante, pelo impacto que tem na economia, na segurança e no futuro do país. Quanto à actividade associativa, atribuo-lhe igualmente um 10. O movimento associativo é fundamental para a dinâmica das comunidades, para a participação cívica e para a preservação da identidade local e regional ●

Nuno Mira - *Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, 35 anos*











PUBLICIDADE

21 a 29
novembro
2026

42.ª edição

FEIRA DO LIVRO

À CONVERSA COM AUTORES
ANIMAÇÃO DA LEITURA
POESIA
ANIMAÇÃO MUSICAL
TEATRO
ESCRITA CRIATIVA
EXPOSIÇÕES

CORUCHE
PAVILHÃO MULTIUSOS

coruche município
www.cm-coruche.pt
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CORUCHE
RIBLT

PELARIGO
A Crescer Consigo

www.pelarigo.pt

25 anos
ao serviço dos Agricultores

Almeirim, Azinhaga,
Salvaterra de Magos
Valada do Ribatejo

Precisamos de discutir mais políticas e menos politiquice

"Antes de um novo referendo sobre a regionalização, devemos discutir melhor o modelo de organização territorial que queremos. Não considero que a solução passe necessariamente pela criação de governos regionais."

foto O MIRANTE



João Ferreira Heitor

Temos uma localização geográfica privilegiada, uma forte capacidade produtiva e recursos naturais importantes. E temos uma relação de proximidade com a Área Metropolitana de Lisboa, que representa uma oportunidade em termos de investimento, logística, emprego e atracção de pessoas.

Portugal já dispõe de estruturas intermédias, como as Comunidades Intermunicipais e as CCDR. E elas podem assumir um papel muito mais relevante na definição e execução de políticas públicas. Parece-me importante aprofundar esse caminho, reforçando competências, meios e autonomia, e ponderando também alterações à composição dos respectivos órgãos de decisão.

Reconheço que ainda existe uma excessiva concentração de decisões, investimento e oportunidades nos grandes centros urbanos. Mas não acho que a solução passe por criar uma oposição entre Lisboa e o resto do país.

Portugal precisa de grandes centros urbanos fortes, competitivos e capazes de projectar o país. Mas precisa igualmente de territórios do interior e de regiões com características próprias, capazes de atrair investimento, criar emprego e fixar população.

O verdadeiro desafio é promover a coesão territorial, através de políticas que valorizem as potencialidades e a identidade de cada região. Não devemos querer que todos os territórios sejam iguais. Devemos criar condições para que cada um possa desenvolver aquilo que tem de melhor, com oportunidades e qualidade de vida para quem aí vive.

Tenho muito orgulho em ser ribatejano. Considero que temos uma identidade muito própria, construída em torno do Tejo, da agricultura, da nossa cultura, das nossas tradições e, acima de tudo, das nossas pessoas.

O Ribatejo é um território com uma enorme diversidade e com potencialidades que nem sempre conseguimos valorizar devidamente.

Defendo que devemos ter mais capacidade para decidir sobre o nosso futuro. Mas essa capacidade não depende obrigatoriamente da criação de um governo regional. Depende, sobretudo, de termos estruturas regionais e intermunicipais mais fortes, com competências, meios e autonomia para responder aos desafios do território. O importante é que as decisões sejam tomadas tão próximo quanto possível das pessoas e da realidade de cada região. Não considero que a criação de um governo regional seja uma condição indispensável para aprofundarmos a descentralização.

Temos uma localização geográfica privilegiada, uma forte capacidade produtiva e recursos naturais importantes. E temos uma relação de proximidade com a Área Metropolitana de Lisboa, que representa uma oportunidade em termos de investimento, logística, emprego e atracção de pessoas. Temos também uma enorme diversidade entre os nossos concelhos, que deve ser encarada como uma vantagem e não como uma dificuldade.

Temos debilidades que não podemos ignorar. A necessidade de melhorar as acessibilidades e os transportes, reforçar a oferta de serviços públicos, atrair investimento qualificado e criar condições para fixar os mais jovens.

Quem assume responsabilidades políticas deve ter um propósito claro relativamente à missão que se propôs desempenhar. E deve manter a motivação, o compromisso com a causa pública e um foco permanente na resolução dos problemas das populações. Isso exige proximidade, capacidade de ouvir e disponibilidade para dialogar, porque só conhecendo verdadeiramente as pessoas e os territórios conseguimos compreender as suas necessidades e encontrar as melhores respostas.

Precisamos de discutir mais políticas e menos politiquice. Precisamos de dedicar mais tempo e energia à preparação e implementação das reformas estruturais de que o país precisa e menos às polémicas e à espuma dos dias. A política deve estar sobretudo centrada naquilo que verdadeiramente importa: melhorar a vida das pessoas e construir soluções para o futuro.

O MIRANTE tem desempenhado um papel importante na afirmação da região e na aproximação entre os diferentes municípios e as suas comunidades. Tem dado visibilidade aos territórios, às suas instituições, às suas pessoas e aos seus problemas, apresentando diferentes perspectivas e contribuindo para que muitas realidades que poderiam ficar circunscritas a um determinado concelho tenham uma dimensão regional.

É um trabalho que merece reconhecimento e que espero que continue a desenvolver, com profissionalismo e rigor jornalístico, mantendo essa ligação de proximidade às comunidades e dando voz às pessoas e às instituições que fazem diariamente a nossa região e procuram contribuir para o seu desenvolvimento.

De 1 a 10, o meu interesse pela política local, nacional e internacional é sempre 10. Mas a actividade política local é aquela a que dedico mais atenção e energia, pela responsabilidade que tenho e pela proximidade às pessoas e aos problemas concretos do território. Quanto à actividade associativa, considero-a absolutamente fundamental. Uma comunidade com um movimento associativo forte é uma comunidade mais participativa, dinâmica e solidária.

João Ferreira Heitor - *Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, 47 anos*







O sucesso dos territórios dependerá sempre da capacidade de colaboração entre cidadãos, empresas, autarquias e instituições

"Existe hoje uma maior proximidade entre decisores e cidadãos, mas, por vezes, parece que estamos em tempos em que as posições extremam com maior facilidade e é mais difícil chegar a consensos".

foto DR



Marta Neves

● **Deve ser feito um novo referendo sobre a regionalização?**
Enquanto gestora, o que considero importante é que o país continue a reflectir sobre os modelos de organização territorial que melhor respondam às necessidades das populações e promovam um desenvolvimento do país mais equilibrado. O essencial é garantir que qualquer solução contribua para uma maior eficácia das políticas públicas, proximidade na decisão e criação de valor para os territórios e para as populações que neles vivem. Em áreas como a gestão de resíduos, verificamos diariamente a importância de uma visão territorial integrada e da cooperação entre municípios para responder a desafios comuns.

● **Costuma dizer-se que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Concorda?**
Portugal evoluiu muito nas últimas décadas, mas continua a existir uma percepção de concentração de recursos e de decisão em torno da Área Metropolitana de Lisboa. Mais do que discutir geografia, importa assegurar que todas as regiões dispõem de condições para criar valor, captar investimento e responder aos seus desafios específicos. A proximidade à realidade local tende a favorecer decisões mais ajustadas e eficazes.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Tenho muito orgulho nas minhas raízes e considero que as identidades regionais representam um património cultural, social e económico que deve ser valorizado. Defender uma região não significa fechar-se sobre si própria, mas contribuir para o seu desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que nela vivem e trabalham.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
A região ribatejana distingue-se pela sua localização estratégica, pela diversidade do seu tecido económico, pela forte tradição agrícola e pela riqueza do seu património cultural e natural, profundamente ligado ao rio Tejo. É um território com identidade própria, marcado pela capacidade de adaptação, pelo espírito empreendedor e pela resiliência das suas pessoas e instituições.

● **E quais as maiores debilidades?**
Entre os principais desafios, destaco a necessidade de continuar a reforçar as infraestruturas, atrair e fixar talento, promover a inovação e assegurar uma maior articulação entre as políticas de desenvolvimento económico, ambiental e territorial. A experiência na gestão de resíduos demonstra que muitos dos desafios actuais ultrapassam as fronteiras administrativas e exigem uma forte cooperação intermunicipal.

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
Mais do que a existência de novos níveis de poder, é fundamental garantir mecanismos eficazes de coordenação, planeamento e decisão, especialmente em áreas que implicam investimentos de longo prazo e forte cooperação intermunicipal.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
Existe hoje uma maior proximidade entre decisores e cidadãos do que no passado. No entanto, por vezes, parece que estamos em tempos em que as posições extremam com maior facilidade e é mais difícil chegar a consensos, que são necessários para que trabalhe para os grandes desafios que a país atravessa: segurança, habitação, saúde, educação, desenvolvimento regional e ambiente.

● **Como avalia o trabalho de O MIRANTE?**
O MIRANTE tem desempenhado um papel relevante na valorização dos temas regionais, na promoção do debate público e na divulgação de realidades que muitas vezes não encontram destaque nos meios de comunicação de âmbito nacional. Esse contributo é importante para reforçar a identidade dos territórios e aproximar comunidades. O desafio permanente é continuar a promover um jornalismo rigoroso, plural e próximo dos cidadãos.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, nacional e internacional, e pela actividade associativa?**

Tenho muito orgulho nas minhas raízes e considero que as identidades regionais representam um património cultural, social e económico que deve ser valorizado.

Acompanho com interesse as três dimensões, embora enquanto gestora esteja naturalmente mais focada nos impactos das políticas públicas sobre os territórios e os serviços essenciais. Não atribuiria uma classificação numérica, mas diria que considero importante acompanhar a actividade política local, nacional e internacional, bem como a actividade associativa, porque todas contribuem para compreender melhor os desafios da sociedade.

● **O que gostaria de acrescentar?**
Vivemos um período de transformação, marcado por desafios ambientais, económicos e sociais. Independentemente dos modelos de organização administrativa, acredito que o sucesso dos territórios dependerá sempre da capacidade de colaboração entre cidadãos, empresas, autarquias e instituições públicas ●

Marta Neves - *Presidente da Comissão Executiva da Valorsul, 54 anos*







O MIRANTE
SEMANÁRIO REGIONAL | DIÁRIO ONLINE

Fundado em 16/11/1987; Preço assinatura anual edição impressa Portugal 25€; Europa 70€; Resto do Mundo 110€; Edição online 12€; consulte lojaomirante.com. Inscrito E.R.C. (sob o nº 112.570) Depósito Legal nº. 24646/88

Administração: Director Geral Joaquim António Emídio; **Directora Executiva** Joana Salgado Emídio / **Director Editorial**: António Palmeiro - Cart. Prof.: 2010; (palmeiro@omirante.pt); **Chefe de Redacção**: João Calhaz - Cart. Prof.: 2131 (jcalhaz@omirante.pt); **Redacção:** (redaccao@omirante.pt); **Coordenador Editorial:** Bernardo Emídio - Cart. Prof.: 8076; (bernardoemidio@omirante.pt); **Coordenador de Economia:** Alberto Bastos - Cart. Prof.: 1490; (albertobastos@omirante.pt); **Jornalistas:** Filipe Matias - Cart. Prof.: 5160; Marta Carvalhal - Cart. Prof.: 5175; Pedro Trindade Sena - Cart. Prof.: 5852; Joana Gradíssimo - Cart. Prof.: 7738; Sofia Caramelo - Cart. Prof.: 8963; **Dep. Comercial**: (dcomercial@omirante.pt); **Dep. Gráfico:** Fábio Oliveira; Mário Cotovio; (graficos@omirante.pt); **Dep. Admin. e Financeiro:** (dadministrativo@omirante.pt); **Dep. Assinaturas:** (assinaturas@omirante.pt); **Redacção Santarém**: Rua 31 de Janeiro, n.º 22 - Ap. 389 • 2005-188 SANTARÉM • Telef.: 243305080 (Chamada para a rede fixa nacional) Fax: 243305081 omirante@omirante.pt; **Editor/Proprietário**: Valedotejo - Comunicação Social, Lda., Rua 31 de Janeiro, 22, 2005-188 Santarém • Telef.: 243305080 (Chamada para a rede fixa nacional) • Contribuinte 504 968 483; Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima F. S. Emídio - Sócios-Gerentes detentores cada um de 50% do Capital Social; **Sede do editor**: Rua 31 de Janeiro, 22, 2005-188 Santarém; **Impressão**: Lusoibéria • Avenida da República, nº 6 • 1050-191 Lisboa • 914 605 117 • comercial@lusoiberia.eu; **Tiragem desta edição:** 11.000 exemplares; **Distribuição**: VASP - Distribuição e Logística, S.A. • **Estatuto Editorial:** disponível em https://omirante.pt/editorial

A Valedotejo - Comunicação Social, Lda. não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exactidão das características e propriedades dos produtos anunciados. A respectiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias.

PUBLICIDADE

A TUA PORTA DE ENTRADA PARA O MUNDO POLARIS

POLARIS

TRABALHO

AVENTURA

DESPORTO



SANTAG MOTORS
BY POLARIS

R. Sociedade Musical Mindense 201
2395-187 Minde
T. 910274662
E. motors@santag.pt

MOTORS.SANTAG.PT

SANTAG
GRUPO

Ainda existe uma parte de Lisboa que olha para os habitantes do interior como provincianos

Muitas vezes confunde-se moderação com falta de determinação. É um erro muito grande. A moderação e o bom senso não retiram determinação a ninguém. Os radicalismos e o extremar de posições fecham portas e retiram capacidade interventiva.

foto O MIRANTE



Sérgio Oliveira

Não tenho aquele pensamento anti-Lisboa. Entendo que existem muitas decisões que beneficiam os grandes centros urbanos em detrimento dos territórios mais pequenos. Por outro lado, ainda existe uma parte de Lisboa que olha para o resto do país como provincianos. Tenho muito orgulho em ser da província. O grande problema de Lisboa é, muitas vezes, a falta de conhecimento do território, das suas especificidades. O descer ao Portugal real e às dificuldades que os cidadãos comuns enfrentam no dia-a-dia.

Tenho orgulho genuíno em ser do Ribatejo, mas de um Ribatejo moderno. Que olha para as oportunidades da região como um todo e não em capelinhas. Muito mais do que a identidade, que é efectivamente muito importante, precisamos de diálogo, precisamos de pontes, precisamos de ter uma visão para além das nossas capelinhas. Precisamos de introduzir moderação no debate público. Muitas vezes confunde-se moderação com falta de determinação. É um erro muito grande. A moderação e o bom senso não retiram determinação a ninguém. Os radicalismos e o extremar de posições fecham portas e retiram capacidade interventiva.

Temos uma localização privilegiada no país. Estamos perto de Lisboa e de Espanha, que é a entrada para a Europa. Somos a região com as terras mais férteis para a actividade agrícola e temos a presença do Exército bem vincada no nosso território, o que foi e será uma das grandes oportunidades para o incremento do desenvolvimento da nossa região. Somos servidos por boas acessibilidades, retirando desta constatação a mão estendida há mais de 30 anos para a construção de novas travessias sobre o rio Tejo.

Temos uma identidade cultural diversa, o que nos enriquece enquanto região. Acho que o principal desafio é criar o pensamento de região, algo que se entranha na nossa vida e na vida das instituições. E mais importante do que a designação formal da região é a qualidade da liderança, a capacidade de diálogo e a atribuição de competências reais. Quem faz as instituições são as pessoas que as lideram. Se as pessoas que no futuro ficarem à frente da região tiverem proximidade e capacidade de diálogo, acho que a região ganhará com isso e as decisões serão mais céleres e adequadas às características e necessidades dos territórios.

O centralismo existente atrasa decisões. Apesar de todas as reformas que permitiram fazer alguma descentralização do Estado central para as CCDR, bem como para os municípios, ainda é assim. Por outro lado, o poder central olha, muitas vezes, para o território nacional como se fosse homogéneo, sem ter em linha de conta as diferenças que existem.

Sou daquelas pessoas que passam a noite acordadas, com o computador ligado, a seguir a contagem de votos no Brasil e nos EUA quando existem eleições. O gosto pela política e pela vida pública faz parte da minha personalidade.

Antes de se avançar com um referendo sobre a regionalização, o Estado central tem de arrumar a casa primeiro. Fazer previamente um conjunto alargado de reformas. Não podemos partir para a criação de regiões com o nível de desestruturação que temos actualmente. Na minha opinião, seria colocar em cima dos problemas que temos mais um, que não traria ganhos de eficiência aos olhos dos cidadãos.

A criação das regiões deve ser alvo de um debate alargado na sociedade. Um debate que envolva todos os actores, nomeadamente os políticos, o tecido económico e a academia. Sem este debate sério e transparente aos olhos das pessoas que servimos, a imagem que passará é que se estão a criar mais uns lugares para este e para aquele. E é de relevante importância dotar as regiões de meios humanos e financeiros; sem isto, será um fracasso.

Numa escala de 1 a 10, o meu interesse pela política local, nacional e internacional está nos 10. Sou daquelas pessoas que passam a noite acordadas, com o computador ligado, a seguir a contagem de votos no Brasil e nos EUA quando existem eleições. O gosto pela política e pela vida pública faz parte da minha personalidade. E admiro e valorizo igualmente o trabalho associativo, que merece da minha parte a mesma nota máxima pelo papel insubstituível que desempenha na coesão das nossas comunidades.

Devemos acreditar no futuro, criar pontes, e sermos gratos uns com os outros, com empatia e compreensão. A nossa sociedade está polarizada e, algumas vezes, radicalizada. É fundamental contrariar esse caminho através do diálogo e do respeito mútuo.

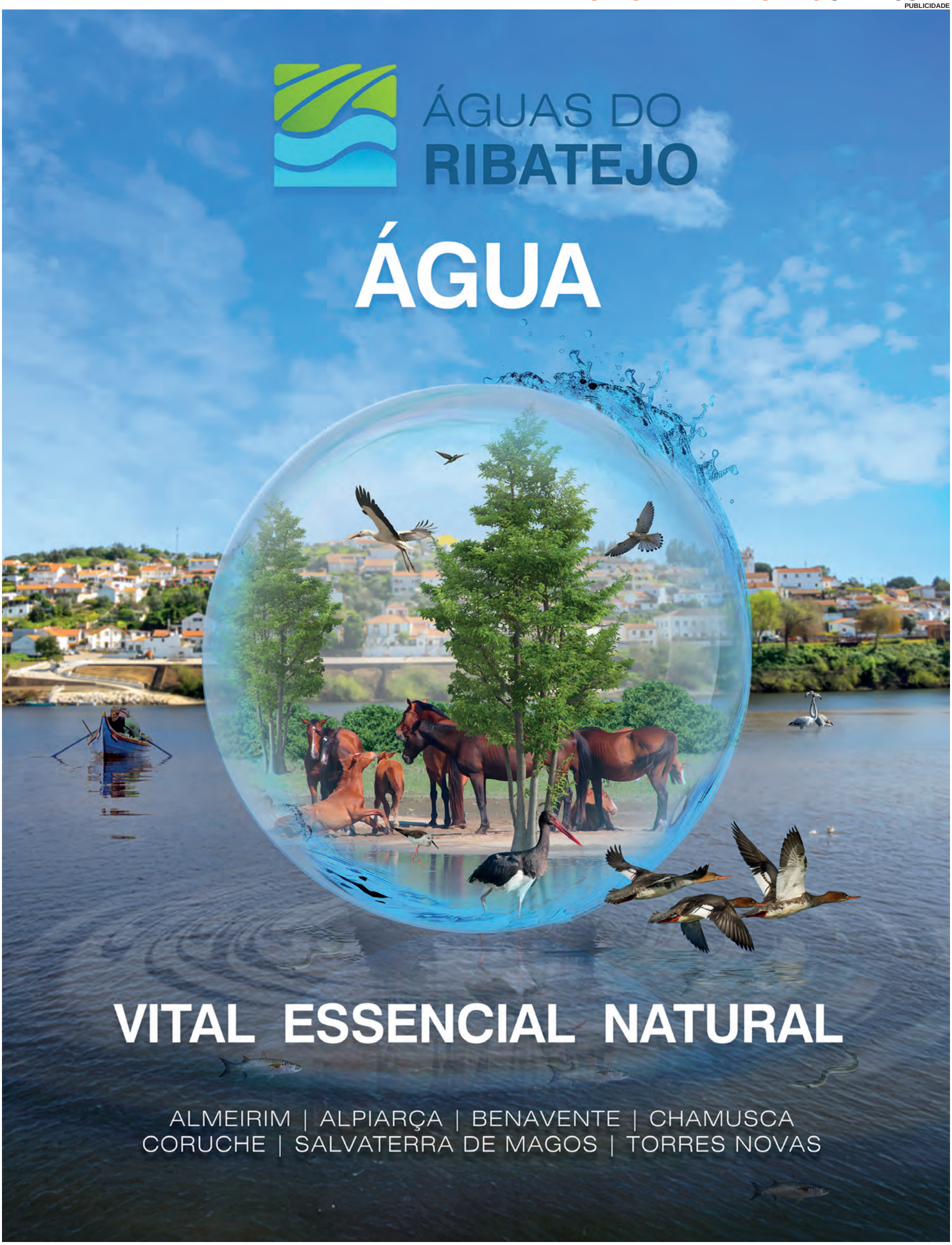
O MIRANTE tem feito um caminho duro, mas assertivo na defesa das nossas tradições e das nossas regiões. Está de parabéns.

Sérgio Oliveira - *Presidente da Câmara Municipal de Constância, 41 anos*





PUBLICIDADE



Identidade sem capacidade de decisão é apenas memória, mas capacidade de decisão sem projecto é só poder

"O MIRANTE tem feito, há 39 anos, aquilo que a regionalização ainda não fez: olhar para este território como um todo. Fá-lo com independência e, muitas vezes, com incómodo, e ainda bem."

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, nacional e internacional? E pela actividade associativa?**
Política local: 8. Nacional: 6. Internacional: 8. Coordenar uma aliança de universidades de nove países europeus obriga-me a acompanhar a Europa com atenção. Explico a ordem: interessa-me mais a política que decide do que a política que comenta - e, nessa escala, a local e a europeia têm hoje mais consequências na vida das pessoas desta região do que muitos debates nacionais. Quanto à actividade associativa classifico com 8.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem orgulho em ser ribatejano e tem vontade de defender esta identidade e o direito a decidirmos o nosso futuro?**
Está bem viva, e exerce-se todos os dias. Faço a minha vida profissional no Ribatejo há mais de 26 anos e dirijo uma instituição que decidiu assumir-se, por vocação e por escolha, como a universidade do Ribatejo. Ter orgulho na identidade ribatejana é fácil: é uma das identidades regionais mais fortes do país. O que me interessa mais é a segunda parte da pergunta: o direito a decidirmos o nosso futuro. Identidade sem capacidade de decisão é apenas memória; capacidade de decisão sem projecto é só poder. O que defendo é que o Ribatejo tenha as duas coisas ao mesmo tempo: a consciência do que é e os instrumentos para escolher o que quer ser.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
O que nos distingue é uma combinação rara de três coisas: uma identidade cultural fortíssima e reconhecível em todo o país; um território produtivo — a Lezíria é um dos territórios agro-alimentares mais importantes do país; e uma centralidade que nenhuma outra região fora das áreas metropolitanas tem, a meia hora de Lisboa e no corredor das grandes infraestruturas que aí vêm.

● **Quais são as maiores debilidades?**
Uma economia demasiado dependente de um só sector e exposta, como vimos nas tempestades deste ano, aos fenómenos climáticos; níveis de qualificação ainda abaixo da média; e uma proximidade a Lisboa que tanto nos abre portas como nos esvazia - de jovens, de quadros, de centros de decisão.

foto DR



João Moutão

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
Tenho. As grandes conquistas e progresso da nossa Instituição e na região não resultaram de uma decisão pensada em Lisboa; resultam da nossa insistência. É esse o problema de um país centralizado: o que não se faz ouvir em Lisboa não existe. Mas também não acredito que a regionalização, sozinha, resolva o que quer que seja. Regiões sem instituições fortes são mais uma camada de administração.

● **É altura de ser feito um novo referendo sobre a criação de regiões administrativas?**

Prefiro uma região com nome discutível e competências reais a uma região com nome perfeito e poder nenhum.

Sim, é altura. Passaram quase trinta anos sobre o referendo de 1998 e o país que temos hoje é outro: as comunidades intermunicipais ganharam escala e a descentralização de competências para os municípios fez-se. O que ficou a meio foi precisamente o patamar regional com legitimidade democrática própria. Mas aprendi com 1998 que um referendo não se ganha com a ideia — ganha-se com a proposta. Mapa, competências e financiamento têm de estar claros antes de se perguntar aos portugueses; senão, votam contra a incerteza e não contra a regionalização.

● **As questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, podem ser um obstáculo?**
Não desvalorizo a identidade: a marca Ribatejo tem um capital de reconhecimento que poucas regiões têm, e seria estranho desperdiçá-lo. Mas prefiro uma região com nome discutível e competências reais a uma região com nome perfeito e poder nenhum.

● **Na sua actividade habitual, sente que falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
Sinto, e com frequência. Temos desmultiplicado a nossa actividade com os vários presidentes de câmara e com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, com quem a relação é excelente. Mas fazemo-lo numa óptica de cooperação com o território, não de articulação com um poder regional a quem isso compita.

● **O que tem faltado aos políticos que elegemos para cargos em Lisboa?**
Quem elegemos para a Assembleia da República representa, pela Constituição, o país inteiro; mas foi eleito aqui, e contamos com eles para fazer chegar a Lisboa as nossas preocupações.

● **Como avalia o trabalho de O MIRANTE? O que podemos melhorar?**
O MIRANTE tem feito, há 39 anos, aquilo que a regionalização ainda não fez: olhar para este território como um todo. Fá-lo com independência e, muitas vezes, com incómodo, e ainda bem. Quanto ao futuro, deixo duas sugestões. Dar mais espaço ao que se faz nas instituições de ensino superior da região — a ciência que aqui se produz é notícia tão legítima como a política municipal, e chega menos às pessoas. E ajudar a construir uma agenda regional comum: o que é que a Lezíria, o Médio Tejo e o Oeste querem fazer juntos? Há poucas instituições capazes de fazer essa pergunta a toda a gente ao mesmo tempo. O MIRANTE é uma delas.

João Moutão - *Reitor da Universidade Politécnica de Santarém, 49 anos*







O debate sobre a criação de regiões não pode ser uma conversa de políticos para políticos

"No referendo sobre a regionalização, em 1998, os portugueses votaram um mapa mal explicado e um modelo que ninguém percebeu bem. Repetir esse erro seria perder mais 30 anos."

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
É um assunto que merece reflexão. As comunidades intermunicipais fazem um trabalho notável, mas não têm legitimidade eleita directa nem competências à medida dos problemas. E os serviços do Estado na região executam, mas raramente decidem. Quando um assunto que diz respeito a um concelho precisa de subir a Lisboa para ser decidido, perde-se tempo, e muitas vezes perde-se a oportunidade.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
O que falta, muitas vezes, não é boa vontade. É tempo no terreno. Quem decide a partir de um gabinete em Lisboa vê estatísticas e mapas. Quem cá está vê a estrada, o centro de saúde, a escola. Falta também continuidade às políticas públicas, reféns dos ciclos eleitorais e, portanto, curtas para resolver problemas estruturais.

● **É altura de voltar a fazer outro sobre a criação de regiões administrativas?**
É altura de voltar a discutir o tema a sério, e isso é diferente de marcar uma data. Em 1998 os portugueses votaram um mapa mal explicado e um modelo que ninguém percebeu bem. Repetir esse erro seria perder mais 30 anos. Primeiro, é importante reflectir sobre o modelo, competências, meios, mapa, quanto custa e o que deixa de existir. Uma reforma destas só se faz com consenso alargado e contas feitas.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
A frase é injusta para Lisboa e para a paisagem, mas descreve um problema real, Portugal é um dos países mais centralizados da Europa. As regiões não são uma varinha mágica. Se servirem apenas para criar mais cargos e mais uma camada de burocracia, não resolvem nada.

foto O MIRANTE



Tiago Carrão

Se trouxerem poder de decisão, orçamento e responsabilização perante quem cá vive, podem mudar muito.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Sou, em primeiro lugar, tomarense e Tomar sempre viveu num cruzamento de identidades e de regiões: o Médio Tejo, o Ribatejo, a Beira que começa logo ali, o Zêzere e o Nabão. Não vejo nisso uma fraqueza, vejo uma riqueza. Tenho orgulho nesta terra e nesta região, e defender a nossa identidade é, para mim, defender o direito de decidir cá o que cá se vive.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
Convento de Cristo, a herança templária, o Tejo, o Zêzere e Castelo do Bode, Fátima, a ferrovia no Entroncamento, ensino superior, indústria e uma agricultura forte. E estamos no centro do país, a pouco mais de uma hora de Lisboa. As debilidades também são conhecidas: perdemos população, envelhecemos, os jovens qualificados saem, e a mobilidade entre os nossos concelhos continua aquém do que devia.

● **Ter um Governo próprio, eleito por nós, supera as questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, ou pode ser um obstáculo?**
O nome conta, porque a identidade conta.

O que falta, muitas vezes, não é boa vontade. É tempo no terreno. Quem decide a partir de um gabinete em Lisboa vê estatísticas e mapas. Quem cá está vê a estrada, o centro de saúde, a escola.

Mas não pode ser o nome a travar a substância. Em 1998 discutiu-se muito o mapa e pouco o que as regiões iam fazer, e o resultado todos conhecemos. Nós sabemos bem o que é viver entre fronteiras administrativas: já fomos Ribatejo, Lisboa e Vale do Tejo, Centro para umas coisas e Vale do Tejo para outras. O que as pessoas querem saber é simples: quem decide, com que meios e a quem prestam contas. Resolvido isso, o nome encontra-se.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho?**
O MIRANTE é capaz de pôr os concelhos da região a lerem-se uns aos outros, isso também é construir região. Nem sempre concordamos, e ainda bem, porque um jornal não existe para agradar a quem governa. O que pode melhorar? Mais espaço para o que corre bem e para o debate de fundo sobre o futuro da região, a par do escrutínio, que é indispensável. E continuar a olhar para o norte do distrito com a mesma atenção que dedica ao sul.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade politica local, nacional, internacional e pela actividade associativa?**
Quatro realidades que não vivem separadas. A política local é, actualmente, a minha vida de todos os dias, e é onde a política muda mesmo o dia das pessoas. Mas muito do que acontece em Tomar decide-se em Lisboa ou em Bruxelas, e um concelho com um Património Mundial e ambição de atrair investimento não pode viver de costas para o mundo. Quanto às associações, fazem todos os dias, na cultura, no desporto e no apoio social, aquilo que nenhuma câmara conseguiria fazer sozinha.

● **O que gostaria de acrescentar?**
Que o debate sobre regiões não pode ser uma conversa de políticos para políticos. O que está em causa é saber se um jovem de Tomar, de Abrantes ou de Santarém pode construir aqui a sua vida com as mesmas oportunidades que teria em Lisboa. Mas não podemos ficar à espera desse debate, enquanto com os municípios vizinhos, com a comunidade intermunicipal e com o Governo. A região constrói-se antes do referendo, e constrói-se todos os dias ●

Tiago Carrão
- Presidente da Câmara de Tomar









PUBLICIDADE

Ordem dos Economistas nº 16331

VIOLANTE CARVALHO

contabilista certificada

- Serviços de contabilidade IRS, IRC e IVA
- Processamento Salarial
- Aconselhamento Fiscal
- Constituição de Empresas
- Apoio Jurídico
- Workshops de Contabilidade

Rua Professor António Salvado Pires, 1
2130-064 BENAVENTE

911 744 752
violantecarvalho@sapo.pt

borrego leonor & irmão, S.A.

Tudo para a Agricultura

ADUBOS · SEMENTES · AGROQUÍMICOS · NUTRIÇÃO ANIMAL · MATERIAL DE REGA

ALMEIRIM - SEDE
+351 243 570 840
borrego@borregoleonor.com.pt

ALMEIRIM - ARMAZÉM
+351 243 570 800
geral@borregoleonor.com.pt

SALVATERRA DE MAGOS
+351 263 508 081
borrego.leonor.salvaterra@gmail.com

ADP FERTILIZANTES · Alltech CROP SCIENCE · ASCENZA · Bayer CropScience · CADUBAL · DEIBA · DEKALB · epagro · FERTIPRADO · genvsn · Haifa · JOVAGRO · Koppert · Nufarm · Nutrofertil · PIONEER · Servagronis · SIPCAM · syngenta · TECNIFERTI · UBYFOL · VITAS

A cultura ligada ao Campo e à Lezíria é uma vantagem competitiva e distintiva da região

"O desinvestimento do Estado Central nos serviços desconcentrados, originou uma descentralização encapotada e forçada, uma vez que os municípios são obrigados a exceder as suas competências e a financiar o funcionamento de serviços que não tutelam."

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?**
Não. É necessário, primeiro, criar melhores condições políticas para a realização de um novo referendo.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem e que a criação de regiões com autonomia, meios e poder de decisão poderia resolver o problema? Tem esse entendimento?**
A própria região de Lisboa teria tudo a ganhar com o reforço das competências e da legitimidade democrática dos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa e a revolução operada na mobilidade das Pessoas com o Passe Navegante e a criação da Carris Metropolitana comprovam-no.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem orgulho em ser ribatejano e tem vontade de defender essa identidade e o direito a decidirmos o nosso futuro?**
No caso específico de Vila Franca de Xira, a nossa presença na Área Metropolitana de Lisboa garante a diversidade cultural da capital, com elementos próprios do Ribatejo, que valorizamos constantemente.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
A Cultura ligada ao Campo e à Lezíria é uma vantagem competitiva e distintiva da região, que cada vez mais são importantes para responder à procura crescente de

foto O MIRANTE



Fernando Paulo Ferreira

diversidade quer para o turismo interno quer para o estrangeiro que visita Portugal.

● **Ter um governo próprio, eleito por nós, com competências próprias, na região onde habitamos, supera as questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, ou pode ser um obstáculo?**
Mais uma vez o caso de Vila Franca de Xira é particular, pela forte ligação à capital. Não vejo qualquer dificuldade na adopção – aliás

No caso específico de Vila Franca de Xira, a nossa presença na Área Metropolitana de Lisboa garante a diversidade cultural da capital, com elementos próprios do Ribatejo, que valorizamos constantemente.

evidente – do nome «Região de Lisboa».

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
A principal preocupação diz mesmo respeito ao desinvestimento que o Estado Central tem feito nos seus serviços desconcentrados (da saúde aos serviços públicos de toda a ordem), com efeitos perniciosos na qualidade e rapidez com que serve as populações. Nesse aspecto tem-se vivido uma descentralização encapotada e forçada, uma vez que os municípios são obrigados a exceder as suas competências e financiar o funcionamento de serviços que não tutelam.

● **Quem são os seus habituais interlocutores políticos e o que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, seja para a Assembleia da República ou para as autarquias, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
Nas autarquias, pelo que tenho visto, a proximidade é muito grande às nossas comunidades. Quanto ao resto, creio que seria bom reforçar a consciência que têm dos problemas reais dos cidadãos, empresas e associações que vivem no terreno.

● **Uma Assembleia de uma futura região poderá funcionar melhor que a Assembleia da República?**
São realidades muito distintas, mas a discussão em torno de problemas concretos regionais melhoraria de certeza.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho? O que podemos melhorar?**
A luta que O MIRANTE faz para se manter vivo e activo no contexto difícil da comunicação social (regional sobretudo) é louvável.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local e, já agora, a mesma pergunta para a actividade política nacional e internacional e actividade associativa?**
10, 10, 10. Tudo está interligado.

● **O que gostaria de acrescentar?**
Feliz aniversário, e muita força para as batalhas que há-de ter de continuar a travar.

Fernando Paulo Ferreira - *Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 53 anos*









PUBLICIDADE



foto O MIRANTE

SANTARÉM

CIÊNCIA E INOVAÇÃO

CAMPUS TEJO
SCIENCE & TECHNOLOGY

De Santarém para o futuro.

Onde a ciência encontra as empresas.
Onde o talento encontra oportunidades.



Conhecimento que cria valor.

Unimos investigação, empresas e talento para desenvolver soluções para a água, a produção alimentar e a saúde.

Criar emprego. Fixar talento. Atrair investimento.

Produzir mais e melhor, para uma vida com mais qualidade.

ENTIDADES FUNDADORAS

Município de Santarém • Universidade Politécnica de Santarém

INIAV • CAP/CNEMA • CIMLT • ISLA Santarém

As soluções para os problemas dos territórios devem ser construídas perto de quem neles vive e trabalha

"O país é territorialmente diverso, com realidades, necessidades e potencialidades muito diferentes. E estas nem sempre são devidamente consideradas quando as decisões são tomadas a partir de Lisboa."

foto O MIRANTE



António Torres

Sou lisboeta, mas trabalho há muitos anos no Ribatejo. Posso dizer que tenho orgulho na região onde trabalho, na sua identidade e na sua capacidade de realização. O Ribatejo tem características muito próprias e uma identidade que importa preservar e valorizar. É uma região de trabalho, de empreendedorismo e de grande capacidade de adaptação e inovação. Defendo a região e tal significa, acima de tudo, defender as suas pessoas e criar condições para que possam aqui viver, trabalhar, investir e concretizar os seus projectos de vida.

A Lezíria do Tejo tem uma localização estratégica nas ligações entre Lisboa e o interior do país. Tem também uma forte tradição agrícola, um tecido empresarial diversificado, património histórico e cultural relevante e uma população com grande capacidade de trabalho e iniciativa. E tem uma vantagem muito importante: os 11 municípios que integram a CIMLT têm vindo a consolidar uma cultura de cooperação e de trabalho conjunto, demonstrando que é possível ultrapassar fronteiras administrativas e construir respostas à escala sub-regional e nacional.

A experiência de trabalho na CIMLT demonstra a importância de existir uma dimensão intermédia de articulação, planeamento e coordenação entre os municípios e a administração central. As comunidades intermunicipais têm desempenhado um papel fundamental na construção de respostas conjuntas para problemas que ultrapassam os limites de cada município. Como exemplos refiro a constituição das empresas intermunicipais: Águas do Ribatejo e Transportes da Lezíria.

O Ribatejo tem características muito próprias e uma identidade que importa preservar e valorizar. É uma região de trabalho, de empreendedorismo e de grande capacidade de adaptação e inovação.

As Comunidades Intermunicipais já demonstraram que existe capacidade para trabalhar à escala sub-regional. Contudo falta o poder regional para realizar grande parte dos investimentos que hoje são realizados pelo Governo central em áreas como, por exemplo, a saúde, infra-estruturas rodoviárias, etc.

Considero que deverá ser altura de voltar a colocar a regionalização na agenda política nacional. Com sentido de responsabilidade e uma visão clara sobre o modelo que queremos para o país. Mas é, acima de tudo, fundamental que qualquer novo processo seja precedido de um debate esclarecedor, que explique às pessoas as vantagens, as competências, os recursos e as responsabilidades da criação de autarquias regionais.

O país é territorialmente diverso, com realidades, necessidades e potencialidades muito diferentes. E estas nem sempre são devidamente consideradas quando as decisões são tomadas a partir de Lisboa.

A criação de regiões administrativas, com legitimidade democrática, competências próprias e recursos adequados, poderá contribuir para corrigir este desequilíbrio. Não se trata de retirar importância ao poder central, mas de reconhecer que muitas das soluções para os problemas dos territórios devem ser construídas e decididas mais perto de quem neles vive e trabalha.

O MIRANTE tem desempenhado um papel fundamental na informação e valorização da região. Acompanhando a actividade dos municípios, das instituições, das empresas e das comunidades locais, tem dado visibilidade ao território, aos seus protagonistas, aos seus problemas e às suas conquistas. Esse trabalho é particularmente relevante numa região onde importa reforçar a identidade colectiva e o sentimento de pertença.

A actividade política, em qualquer escala, tem uma influência directa na vida das pessoas e no futuro dos territórios. A dimensão local assume, naturalmente, uma importância muito particular, porque é onde os problemas são mais próximos e onde as decisões têm um impacto mais imediato. A actividade associativa merece igualmente uma atenção, pelo papel insubstituível que desempenha na participação cívica, na dinamização das comunidades e na construção de uma sociedade mais participativa e solidária.

Gostaria de lembrar o papel determinante que a CIMLT tem tido, ao longo dos anos, na região. Nomeadamente através do trabalho desenvolvido em conjunto com os seus 11 municípios associados. A cooperação territorial produz, de facto, resultados e permite concretizar projectos que dificilmente seriam possíveis através de uma actuação isolada

António Torres

- Primeiro-secretário do Secretariado Intermunicipal, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), 63 anos









PUBLICIDADE

PUB

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.
Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.
Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.

Montepio
Associação Mutualista

Saiba mais em
montepio.org

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa

Uma das nossas debilidades resulta de estarmos simultaneamente próximos e distantes de Lisboa

A Águas do Ribatejo é um exemplo genuíno das vantagens da cooperação e coesão territorial. São sete municípios, com diferentes realidades, unidos para encontrar as melhores soluções para os seus territórios, mas também para os outros.

foto O MIRANTE



Miguel Carrinho

As autarquias têm tido um papel absolutamente decisivo no desenvolvimento do país. Apesar da escassez dos meios de que dispõem, a verdade é que muitas das coisas que são importantes para a nossa vida são obra das autarquias. Dito isto, também considero que é importante, para determinadas matérias, ter uma perspectiva supramunicipal ou regional. Sem prejuízo do papel que as CIM têm vindo a desempenhar (em particular as da Lezíria e Médio Tejo, cujo trabalho tenho acompanhado mais de perto), considero que um nível de poder de âmbito regional pode trazer mais-valias.

Apesar de Portugal ser um país pequeno, a realidade do país é bastante heterogénea. Existem diferenças significativas entre regiões, quer ao nível económico, social ou cultural. Embora muitos problemas sejam comuns, as soluções para esses problemas têm de ser adaptadas à realidade de cada território. Nessa medida, a existência de um poder centralista, muitas das vezes distante e sem um conhecimento aprofundado das dinâmicas de cada região, tem-se revelado incapaz para encontrar as soluções de que precisamos.

Um nível de poder intermédio, com autonomia, meios e uma visão regional, pode ser o caminho para resolvermos muitos problemas. Mas considero absolutamente essencial que uma eventual reforma vá muito além da criação das regiões. É indispensável simplificar licenciamentos, procedimentos e processos, diminuir a burocracia e aproximar o Estado, nos seus diferentes níveis, dos cidadãos.

Nascido e criado na Chamusca, não poderia deixar de ter orgulho em ser ribatejano! Contudo, não creio que a questão identitária deva ser o aspecto principal quando pensamos na regionalização. É certo que as questões culturais e de identidade são importantes, mas considero que o essencial é olhar para as dinâmicas do território, para as suas especificidades, e a partir daí trabalhar para encontrar as melhores soluções. Por exemplo, a questão da habitação, sendo um problema nacional, não pode ter as mesmas soluções para Lisboa, Porto, Algarve ou Ribatejo. Porque cada uma destas realidades é distinta e carece de soluções adaptadas a cada situação.

É certo que as questões culturais e de identidade são importantes, mas considero que o essencial é olhar para as dinâmicas do território, para as suas especificidades, e a partir daí trabalhar para encontrar as melhores soluções.

O Ribatejo tem uma identidade bastante vincada no que se refere à festa brava. Touros, cavalos e tudo o que lhes está associado estão muito enraizados na nossa cultura. A agricultura, a agroindústria e o dinamismo do tecido empresarial regional são aspectos muito relevantes da nossa região.

Considero que uma das maiores debilidades tem sido a circunstância de estarmos simultaneamente próximos e distantes de Lisboa. Penso que a proximidade tem impedido o desenvolvimento de projectos e infraestruturas importantes para a região, visto estarmos "às portas" de Lisboa, estando ao mesmo tempo distantes da capital no que se refere à ausência de determinado tipo de oportunidades e também de algum distanciamento do poder central, apesar dos poucos quilómetros que nos separam.

O papel que O MIRANTE tem desempenhado merece todo o nosso reconhecimento. Sendo um jornal regional, a sua abrangência vai muito para além disso. Procura valorizar e destacar o que de bom se faz na região, fomentar a cultura regional e, ao mesmo tempo, escrutinar e criticar o que tem de ser criticado. É sem dúvida um bom exemplo no panorama da comunicação social, não apenas regional, mas nacional.

Interesso-me bastante por tudo o que tenha a ver com política. Acompanho de perto a actividade política local, não só porque gosto, mas também devido às funções que desempenho. Ouço, vejo e leio diariamente notícias, e aprecio também programas de análise política, quer nacional, quer internacional. A verdade é que o que se passa à nossa volta é fundamental para a nossa vida e, por conseguinte, acredito que um cidadão informado poderá tomar melhores decisões e contribuir para o sucesso da nossa vida colectiva.

Uma nota também para o movimento associativo da nossa região. são muitos milhares de mulheres e homens que dão tempo das suas vidas para ajudar a melhorar as vidas de outros, no sector social, cultura, desportivo ou outros.

A Águas do Ribatejo é um exemplo genuíno das vantagens da cooperação e coesão territorial. São sete municípios, com diferentes realidades, unidos para encontrar as melhores soluções para os seus territórios, mas também para os outros. A cooperação permite fazer mais com menos e, no fim do dia, todos ganham porque o investimento público é optimizado ●

Miguel Carrinho - *Director-geral da AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., 48 anos*







PUBLICIDADE



Há uma geração que nunca teve oportunidade de se pronunciar sobre a Regionalização

"Os nomes e os limites das regiões não são um detalhe, porque mexem com identidades e pertenças. Foi por aí que o processo de 1998 ficou fragilizado. Por isso o debate sobre os nomes e o mapa das regiões deve acontecer antes da votação."

foto O MIRANTE



Manuel Mourato

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?**
Sim, devemos voltar a fazer um referendo. A situação social e política de hoje é muito distinta da de 1998. Uma geração inteira nunca teve oportunidade de se pronunciar sobre o assunto. O país mudou, e mudaram as expectativas das pessoas em relação ao Estado. Mudou também a percepção de que a concentração de decisões e de recursos no litoral e em Lisboa agravou as assimetrias territoriais. Entretanto, as CCDR, as CIM e a transferência de competências para os municípios deram respostas parciais, mas sem a legitimidade democrática que só uma região eleita tem.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem e que a criação de regiões com autonomia, meios e poder de decisão poderia resolver o problema?**
Há muito de verdade nisso. Grande parte das decisões que afectam o nosso território, de investimento, de infra-estruturas e de serviços, é tomada longe de quem conhece a realidade. Os municípios do interior e do Médio Tejo em concreto, têm de fazer muitas vezes o papel de intermediários junto do poder central. Regiões com autonomia e meios próprios não resolveriam tudo, mas aproximariam a decisão de quem sofre as consequências.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem orgulho em ser ribatejano?**
Não sou ribatejano, mas vivo na Barquinha há muitos anos e por isso me considero também barquinhense, com muito orgulho. É um território com identidade própria, ligado ao Tejo, e a uma história de quem cá vive reconhece como sua. Defender essa identidade é defender o direito de decidirmos o nosso futuro sem pedir licença a quem está longe.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país? Qual são as nossas maiores riquezas e vantagens e quais as maiores debilidades?**
As nossas riquezas são o Tejo, o património, a localização central, a qualidade de vida e a capacidade de trabalho em rede entre autarquias e associações. As debilidades são a pequena escala demográfica, a dependência de decisões e de financiamento centrais, a falta de uma identidade administrativa clara (o Ribatejo está dividido entre várias estruturas e reporte a diferentes entidades, veja-se o caso do acesso aos fundos comunitários) e a dificuldade em fixar jovens qualificados.

O que tem faltado é conhecimento do território e presença no terreno: muitas decisões são tomadas a olhar para números e não para as pessoas. É importante também que os eleitos pelos nossos círculos prestem contas e defendam de facto os interesses locais.

● **Ter um governo próprio, eleito por nós, com competências próprias, na região onde habitamos, supera as questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, ou pode ser um obstáculo?**
O que verdadeiramente conta é a substância: competências, meios financeiros e legitimidade democrática. Mas os nomes e os limites das regiões não são um detalhe, porque mexem com identidades e pertenças, e foi também por aí que o processo de 1998 ficou fragilizado. Por isso o debate sobre os nomes e o mapa das regiões deve acontecer antes da votação. As pessoas têm de saber, no dia do referendo, exactamente o que estão a aprovar e a que região vão pertencer, sem que essa discussão fique para depois e se torne um pretexto para bloquear ou adiar a reforma.

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
Em parte, falta. Hoje, quando um problema ultrapassa a escala de um município e exige articulação com vários ministérios, o autarca tem de bater a muitas portas, e ninguém decide sozinho. As CIM ajudam muito, mas não têm legitimidade directa nem poder executivo próprio.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos?**
O que tem faltado é conhecimento do território e presença no terreno: muitas decisões são tomadas a olhar para números e não para as pessoas. É importante também que os eleitos pelos nossos círculos prestem contas e defendam de facto os interesses locais.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho?**
Reconheço o trabalho do jornal em dar voz aos municípios e às pessoas da região, tantas vezes ignoradas pelos meios nacionais. Acompanha de perto o que se passa no terreno e ajuda a criar sentido de pertença regional. Para melhorar, sugiro mais trabalho de análise e comparação entre concelhos, valorizar mais os pequenos concelhos e que dispõem de menores meios, dando a conhecer boas práticas dos municípios aos outros, e mais espaço a projectos de jovens e do movimento associativo.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local e já agora a mesma pergunta para a actividade política nacional e internacional ? E pela actividade associativa?**
Política local: 10. Política nacional: 8. Política internacional: 8. Actividade associativa: 10. Sou sócio de várias associações do concelho e fiz parte dos corpos sociais de algumas ●

Manuel Mourato - *Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, 59 anos*







Hoje vivemos num país muito mais centralizado do que há 25 anos

"Quando dependemos de direcções-gerais ou serviços centrais para decidir carreiras rodoviárias que ligam concelhos vizinhos, ou para resolver a carência de médicos em centros de saúde de pequena/média dimensão, os processos arrastam-se em burocracias infindáveis."

foto O MIRANTE



Carlos Alves

A descentralização e a autonomia regional, com meios, poder de decisão e capacidade orçamental, são fundamentais para inverter este ciclo. Não por birra territorial, mas por uma questão de eficiência. Proximidade é eficácia de gestão.

O que muitas vezes falta a quem exerce cargos na política nacional é a vivência contínua do terreno. Há uma tendência para fechar a actividade política no debate parlamentar ou na dinâmica partidária de Lisboa, esquecendo que as leis e os orçamentos têm impacto em realidades muito distintas. Falta ouvir mais os autarcas sem filtros partidários e passar mais tempo a conhecer as dinâmicas reais das empresas, das escolas e dos serviços essenciais no interior e nas zonas de transição como a nossa.

Portugal é Lisboa e o resto é paisagem, é uma frase é dura, mas reflecte o sentimento de quem gere municípios fora dos grandes centros metropolitanos. O problema do centralismo não é apenas orçamental, é sobretudo de percepção e prioridades: decide-se nos gabinetes ministeriais de Lisboa com base em métricas abstractas, sem o conhecimento das especificidades e do ecossistema do território. A descentralização e a autonomia regional, com meios, poder de decisão e capacidade orçamental, são fundamentais para inverter este ciclo. Não por birra territorial, mas por uma questão de eficiência. Proximidade é eficácia de gestão.

Mais do que discutir a calendarização de um novo referendo sobre a criação de regiões, a verdadeira urgência está em amadurecer o debate. E demonstrar às pessoas a utilidade prática da regionalização. O chumbo em 1998 mostrou que a população não aceita criar estruturas por mera teoria político-administrativa ou para expandir aparelhos políticos.

Hoje vivemos num país muito mais centralizado do que há 25 anos. O caminho deve passar, primeiro, por aprofundar de forma séria a descentralização, dotando as autarquias e as entidades intermunicipais de verdadeiras competências e recursos. Quando a população sentir no seu dia-a-dia que a proximidade na decisão resolve problemas que Lisboa arrasta há décadas, a criação de regiões administrativas surgirá com naturalidade e o referendo terá condições para ser aprovado.

O orgulho no Oeste e na nossa identidade territorial é total. Defender o nosso futuro não é uma postura defensiva; é uma afirmação de valor. Ser Oestino, e em particular arrudense, é ter a consciência de uma herança histórica, agrícola, cultural e humana ímpar. O direito a decidirmos o nosso futuro não é um privilégio, é uma necessidade de justiça territorial. Ninguém defenderá os interesses do Oeste e dos nossos concelhos com tanta paixão, conhecimento e empenho como aqueles que aqui vivem, trabalham e gerem as autarquias.

Temos muitas e variadas riquezas. A nossa localização estratégica (proximidade à capital, mas com identidade própria), a excelência da produção agrícola e vitivinícola (com destaque para a tradição e inovação no sector dos vinhos em Arruda), a riqueza do património histórico, ambiental e gastronómico, e um tecido social e empresarial resiliente e trabalhador.

As nossas debilidades são também diversas. As assimetrias na coesão territorial, a necessidade urgente de investir na rede de transportes públicos e acessibilidade e as dificuldades de retenção de jovens face à atracção exercida pelas grandes áreas metropolitanas vizinhas. Além disso, a falta de peso político regional organizado muitas vezes faz com que fiquemos para trás nos grandes investimentos estatais.

Sinto diariamente a falta de um poder intermédio entre as autarquias e o poder central. O poder autárquico local responde pela proximidade diária (escolas, vias locais, apoios sociais), enquanto o poder central deveria tratar da grande estratégia nacional. No meio, fica um "vazio" onde a coordenação intermunicipal e a escala regional deviam actuar. Um exemplo claro é o planeamento das redes de transportes públicos intermunicipais e a gestão da saúde. Quando dependemos de direcções-gerais ou serviços centrais para decidir carreiras rodoviárias que ligam concelhos vizinhos, ou para resolver a carência de médicos em centros de saúde de pequena/média dimensão, os processos arrastam-se em burocracias infindáveis.

O trabalho de O MIRANTE ao longo de quase quatro décadas é inestimável para a afirmação da identidade e do debate regional. A imprensa regional independente é um pilar da democracia local. O jornal tem sido capaz de romper as fronteiras concelhias e criar uma verdadeira opinião pública regional, fazendo com que o que acontece num município seja do interesse dos vizinhos.

Dou a máxima atenção à actividade política local. Um 10, numa escala de 1 a 10. E quase o mesmo em relação à actividade associativa. Um 9 em 10. Acompanho de perto e de forma crítica a actividade política nacional (8 em 10) porque é a esse nível que se definem os enquadramentos legais, orçamentais e estratégicos que condicionam a acção local e acompanho a actividade política internacional (7 em 10), especialmente no âmbito das políticas da União Europeia e fundos comunitários que afectam directamente o investimento municipal e o sector agrícola/industrial ●

Carlos Alves - *Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos*









PUBLICIDADE

UNIVERSIDADE
POLITÉCNICA DE SANTARÉM

SANTARÉM & RIO MAIOR

AGRÁRIA, DESPORTO, EDUCAÇÃO,
GESTÃO E TECNOLOGIA, SAÚDE

WWW.IPSANTAREM.PT



MONLIZ

EMPRESA DO ANO
Galardoada pelo jornal "O Mirante"

Frescura congelada,
do campo ao prato.

Há mais de 40 anos, no coração do Ribatejo, em Alpiarça, trabalhamos com rigor para levar até si produtos de qualidade, com sabor e confiança.



Descubra as nossas oportunidades

Zona Industrial Alpiarça
Santarém- Portugal

Quem é eleito tem de ouvir e prestar contas ao longo de todo o mandato

"O associativismo faz parte do meu percurso e conheço por dentro a dedicação que exige. Interessa-me muito essa capacidade de juntar pessoas, concretizar projectos e dar resposta às necessidades da comunidade."

foto O MIRANTE



Luís Miguel Albuquerque

O associativismo faz parte do meu percurso. Conheço por dentro a dedicação que exige manter uma associação a funcionar.

Sinto falta de uma capacidade de decisão regional mais forte. As comunidades intermunicipais e as comissões de coordenação e desenvolvimento regional já desempenham um papel importante. A questão é garantir capacidade para resolver problemas que ultrapassam os limites de um concelho.

Tenho muito orgulho em ser oureense. Ourém integrou a antiga província da Beira Litoral, e não a do Ribatejo, embora integre o distrito de Santarém. Hoje fazemos parte do Médio Tejo e partilhamos muitos desafios com os municípios vizinhos. Defender Ourém passa também por trabalhar com eles e a experiência na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo mostra a importância dessa cooperação. É por isso que valorizo uma maior capacidade de decisão regional, com respeito pela identidade de cada território e com resultados concretos para quem cá vive.

Temos património histórico e religioso, paisagens muito diferentes e uma actividade económica diversificada. A isso junta-se a capacidade de iniciativa das pessoas e uma forte vida associativa. E a situação é semelhante nos concelhos vizinhos. Se soubermos trabalhar em conjunto, podemos tirar mais partido do que cada um tem para oferecer.

É altura de retomar seriamente o debate sobre a Regionalização. Um novo referendo faz sentido se os portugueses tiverem uma proposta clara sobre a qual se pronunciar. Precisam de saber que competências teriam as regiões, como seriam financiadas e o que mudaria na relação com o Estado e com os municípios.

Temos hoje mais experiência sobre as dificuldades de decidir e actuar a partir dos territórios. Essa experiência deve ajudar a construir uma proposta que as pessoas compreendam e possam avaliar, conhecendo as suas vantagens, os seus custos e o que mudaria na prática.

Gostaria que esse debate se centrasse naquilo que pode melhorar a vida de quem cá vive. Para um autarca, ter mais capacidade de decisão significa poder responder melhor e assumir a responsabilidade pelos resultados. É com esse sentido de serviço que encaro esta discussão.

Não tomaria à letra a expressão Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Também não diria que a regionalização resolve, por si só, todas as dificuldades. Mas a experiência autárquica mostra como é importante ter capacidade de decisão perto dos problemas. A tempestade Kristin, que atingiu duramente Ourém, tornou essa necessidade particularmente evidente. Perante uma situação daquela gravidade, quem está no terreno conhece as necessidades mais urgentes e precisa de ter meios para agir.

As designações das regiões têm importância, porque as pessoas se reconhecem na história e na identidade dos territórios. Mas considero que a prioridade é sabermos o que um poder regional poderá decidir, com que recursos e perante quem responderá. Se o modelo trouxer melhores respostas, acredito que será possível encontrar entendimentos sobre os nomes. A delimitação das regiões deve respeitar as relações entre os municípios e garantir que os territórios mais pequenos também têm voz.

Os deputados eleitos pelo distrito de Santarém são meus interlocutores habituais. Gostaria que viessem mais vezes ao terreno, para conhecerem directamente as dificuldades dos municípios e ouvirem as pessoas. Uma visita a uma instituição ou uma conversa com quem tenta resolver um problema ajuda a perceber aquilo que um ofício nem sempre consegue transmitir. E a exigência vale também para nós, autarcas. Quem é eleito tem de continuar disponível para ouvir e prestar contas ao longo de todo o mandato.

O MIRANTE tem ajudado os leitores a conhecer o que acontece para além do seu concelho e a perceber que muitos desafios são comuns. Valorizo esse trabalho de proximidade e o escrutínio da vida pública. Iniciativas como as Personalidades do Ano também dão visibilidade a quem contribui para a região.

Gostaria de ver ainda maior atenção ao trabalho das associações, das instituições e dos municípios. Ao impacto que tem na vida das pessoas. Há projectos locais e trabalho de voluntariado que merecem ser conhecidos com maior profundidade. Acompanhar esse trabalho, ouvir quem dele beneficia e avaliar os resultados, com rigor e independência, pode ser também uma forma de servir os leitores.

Numa escala de 1 a 10 dou nota de interesse máximo à política local. É aquela que vivo todos os dias, em contacto com as pessoas e com os efeitos concretos das decisões que tomamos. A política internacional e nacional, andam entre o 5 e o 7. À actividade associativa atribuo um sólido 10.

O associativismo faz parte do meu percurso. Conheço por dentro a dedicação que exige manter uma associação a funcionar. Interessa-me muito essa capacidade de juntar pessoas, concretizar projectos e dar resposta às necessidades da comunidade ●

Luís Miguel Albuquerque - *Presidente da Câmara Municipal de Ourém, 59 anos*

UF
PÓVOA DE SANTA IRIA
FORTE DA CASA
Rua Raul Alves nº5 Póvoa de Santa Iria
Telefone: 219 540 670
Delegação: Rua Padre Américo nº2 A
Forte da Casa Telefone: 219 533 100

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALENQUER
SEDE: RUA DETRÁS DA MISERICÓRDIA, 8, VILA ALTA
932 559 593 (chamada rede móvel nacional) | 263 732 893 (chamada rede fixa nacional)
DELEGAÇÃO: RUA SACADURA CABRAL, 1, VILA BAIXA
938 126 665 (chamada rede móvel nacional) | 263 732 655 (chamada rede fixa nacional)
geral@freguesiaalenquer.pt



BENFICA DO RIBATEJO
R. Fonte Branca, 13
2080-344 Benfica do Ribatejo
Tel. 243 580 608 (rede fixa nacional)
TIM. 925 835 178 (rede móvel nacional)
geral@jf-benficadoribatejo.pt
www.jf-benficadoribatejo.pt

PUBLICIDADE

ecodeal

GESTÃO INTEGRAL DE RESÍDUOS
INDUSTRIAIS PERIGOSOS

SINERGIAS
SUSTENTÁVEIS

SERVIÇOS

- Gestão Integrada de resíduos perigosos e não perigosos;
- Recolha e transporte de resíduos;
- Intervenção em situações de emergência ambiental. Limpezas Industriais;
- Descontaminação de solos (in-situ e ex-situ);
- Serviços técnicos de gestão de resíduos especializados;
- Gestão de passivos ambientais;
- Acondicionamento e armazenagem de resíduos.



www.ecodeal.pt



Portugal tem realidades territoriais muito diversas e essa diversidade é uma das suas maiores riquezas

"O desenvolvimento de uma região não se mede apenas pelas suas infraestruturas, pelos seus indicadores económicos ou pela dimensão das suas instituições. Mede-se, acima de tudo, pela qualidade de vida que consegue proporcionar às pessoas."

foto O MIRANTE



Casimiro Ramos

A regionalização é uma matéria estruturante para a organização do país, que merece uma reflexão ponderada e um debate esclarecido. Em 1998, reconhecia vantagens num modelo de organização territorial que pudesse aproximar os centros de decisão das populações. Hoje, passadas quase três décadas, o país mudou significativamente, tal como evoluíram os modelos de governação e de articulação entre as diferentes entidades públicas. Por isso, tenho dúvidas se, de facto, acrescentaria algo ou se, por outro lado, desagregava o que já é pequeno.

Mais do que discutir o momento adequado para um novo referendo, é essencial perceber que benefícios a regionalização trazer aos cidadãos. Nomeadamente em matéria de eficiência, proximidade, coesão territorial e qualidade dos serviços públicos. Qualquer alteração desta natureza deve assentar numa avaliação rigorosa e num consenso social suficientemente alargado.

Portugal tem realidades territoriais muito diversas e essa diversidade constitui uma das suas maiores riquezas. É verdade que Lisboa e Porto concentram uma parte significativa da actividade económica e institucional, mas importa reconhecer o desenvolvimento e a crescente capacidade de afirmação de outros territórios. O Médio Tejo é um bom exemplo de uma região com identidade própria, recursos, competências e qualidade de vida, onde existem condições para viver, trabalhar e investir.

A questão fundamental não me parece ser apenas a localização dos centros de decisão. O essencial é assegurar que todos os territórios dispõem de oportunidades de desenvolvimento e de acesso equitativo aos serviços essenciais. Na saúde, essa preocupação traduz-se num objectivo muito concreto: garantir respostas de qualidade, próximas das populações, independentemente do lugar onde vivem.

Embora seja natural da região Oeste, cresci numa realidade geográfica e cultural profundamente ligada ao Ribatejo. As tradições, os hábitos e a forma de estar das suas gentes fazem parte da minha identidade e são uma herança que muito valorizo. Acredito que a afirmação de uma região vai muito além das suas fronteiras administrativas. Constrói-se através das pessoas, das instituições, da cultura, das tradições e da capacidade de preservar aquilo que nos distingue, mantendo simultaneamente uma atitude aberta e integradora.

Acredito que a afirmação de uma região vai muito além das suas fronteiras administrativas.

A experiência tem demonstrado a importância de uma articulação institucional próxima. Na ULS Médio Tejo, mantemos relações de cooperação com a tutela, os organismos da administração central e regional, os municípios e as restantes entidades do território, procurando encontrar as melhores soluções para responder às necessidades das populações. Na saúde, onde os desafios exigem frequentemente respostas articuladas, essa cooperação é particularmente importante.

Não me cabe avaliar o desempenho dos representantes eleitos. Cabe-me, isso sim, contribuir para que as decisões relacionadas com a saúde sejam sustentadas num conhecimento rigoroso das necessidades das populações e da realidade dos serviços. É esse o princípio que orienta a nossa relação com todos os interlocutores institucionais.

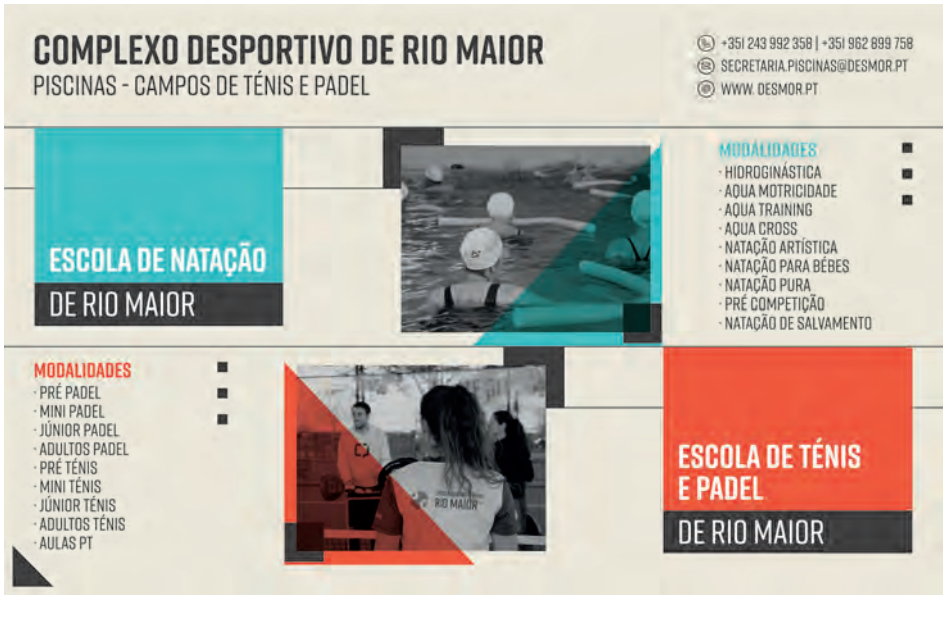
A maior força de O MIRANTE é o conhecimento do território, a proximidade com os leitores e a credibilidade do trabalho jornalístico. O jornal tem dado visibilidade às pessoas, às instituições e aos projectos que fazem a diferença na vida das comunidades, contribuindo simultaneamente para uma cidadania mais informada e participativa. Deixo, por isso, uma palavra de reconhecimento pelo seu percurso que tem acompanhado a história e a evolução da nossa região e votos de continuidade.

No exercício das minhas responsabilidades, considero indispensável acompanhar com atenção a realidade local, nacional e internacional. E acompanhar o trabalho desenvolvido pelo movimento associativo. As decisões públicas, as dinâmicas sociais e económicas e a participação das comunidades têm influência directa ou indirecta na vida das instituições e das populações que servimos.

Gostaria de deixar uma reflexão que considero particularmente importante. O desenvolvimento de uma região não se mede apenas pelas suas infraestruturas, pelos seus indicadores económicos ou pela dimensão das suas instituições. Mede-se, acima de tudo, pela qualidade de vida que consegue proporcionar às pessoas. Na saúde, esta realidade assume uma expressão muito concreta. O nosso compromisso, na ULS Médio Tejo, é continuar a trabalhar para que os cidadãos dos 11 concelhos que servimos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, assentes na proximidade, na humanização e na melhoria contínua das respostas ●

Casimiro Ramos - *Presidente do conselho de administração, 64 anos*







Os políticos têm dificuldade em dar respostas concretas às preocupações dos cidadãos

"Apesar de não acompanhar a política de forma muito regular, reconheço a sua importância nas decisões que afectam a nossa vida quotidiana e o desenvolvimento."

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
Concordo com essa ideia. Lisboa tem concentrado uma grande parte do poder político, dos serviços e das oportunidades de emprego. As regiões do interior enfrentam problemas como a falta de transportes, o despovoamento e a escassez de serviços públicos. A criação de regiões administrativas com autonomia, recursos financeiros e poder de decisão poderia ajudar a combater estas desigualdades.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Não sendo ribatejana, não posso dizer que tenha um sentimento de pertença ou orgulho regional da mesma forma que alguém que nasceu e cresceu no Ribatejo. No entanto, considero importante valorizar a identidade, a cultura, as tradições e as particularidades de cada região. E acredito que todas as regiões devem ter voz activa na defesa dos seus interesses e no direito a participar nas decisões sobre o seu futuro.

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?**
Sim, porque a realidade do país mudou desde 1998. A regionalização poderia aproximar as decisões políticas dos cidadãos, permitir uma melhor gestão dos recursos de cada região e contribuir para reduzir as desigualdades entre o litoral e o interior.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**

foto DR



Catarina Romão

O que torna o Ribatejo, único é a combinação entre a riqueza agrícola, o rio Tejo, as tradições e o património histórico e cultural. As maiores riquezas são os solos férteis, a produção de vinhos e azeites de qualidade, a gastronomia, a criação de cavalos e a cultura dos campinos. As nossas principais vantagens são o potencial agrícola, a capacidade de desenvolver a agro-indústria, o turismo e a logística, bem como a qualidade de vida e a identidade cultural.

● **E as nossas debilidades?**
São a falta de oportunidades de emprego qualificado em algumas zonas, o envelhecimento da população, o despovoamento de áreas rurais e a insuficiente valorização turística de alguns recursos. O maior desafio é transformar as riquezas que temos em mais desenvolvimento, emprego e melhores condições de vida, valorizando os recursos locais e dando à região mais capacidade para decidir o seu próprio futuro.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, seja para a Assembleia da República ou para as autarquias, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
O que tem faltado é, sobretudo, uma maior proximidade com as populações, uma escuta mais activa e um acompanhamento mais regular dos problemas concretos das regiões. Muitas vezes, as decisões são tomadas a nível central sem se conhecer suficientemente a realidade de cada território. E existe dificuldade em transformar as preocupações transmitidas pelos cidadãos em medidas concretas. Os políticos deveriam deslocar-se mais às localidades, ouvir as pessoas, contactar directamente com as instituições e acompanhar os problemas até à sua resolução. Não basta aparecerem durante as campanhas eleitorais.

● **Como avalia o trabalho de O MIRANTE? O que podemos melhorar?**
O MIRANTE pode continuar a ser uma ponte entre os territórios e as pessoas, contribuindo para que a região pense em conjunto e construa uma visão partilhada para o futuro. Um dos méritos do jornal é mostrar que os problemas de um município não terminam nas suas fronteiras e que muitos desafios, como os transportes, a saúde, a economia, o ambiente e a fixação de jovens, exigem soluções conjuntas. E tem tido um papel importante na fiscalização do poder político, dando voz aos cidadãos e promovendo o debate público.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, nacional e internacional? E pela actividade associativa?**
O meu interesse pela actividade política é relativamente reduzido. Numa escala de 1 a 10, atribuiria 4 à política local, 3 à política nacional, 3 à política internacional e 5 à actividade associativa. Apesar de não acompanhar a política de forma muito regular, reconheço a sua importância nas decisões que afectam a nossa vida quotidiana e o desenvolvimento. E as associações desempenham um papel fundamental na dinamização das comunidades e na resolução de problemas locais.

Catarina Romão - *Administrativa Borrego Leonor e Irmão, 29 anos*











PUBLICIDADE

Almeirim
natal 2026

COMPRAR NO COMÉRCIO TRADICIONAL DE ALMEIRIM

Mais do que nunca, é fundamental, proteger a economia local

Esta iniciativa do Município de Almeirim - em parceria com MovAlmeirim - tem por objetivo principal fomentar o comércio tradicional local no intuito de criar hábitos de consumo que privilegiem as dinâmicas empresariais locais, não apenas no contexto das épocas festivas mas, ao longo do ano.

Disponível a partir de **23 de Novembro**
Limitado a 3 vouchers *por contribuinte*

5 VAL€ O DOBRO

Troque o seu voucher
numa loja aderente
até **11 de janeiro /2027**

Procure este dístico

Limitado a 3 vouchers *por contribuinte*
Importante:
Deve **apresentar o NIF**, de cada contribuinte [cartão válido]

Economia e Turismo

Boas compras!

Almeirim
Câmara Municipal

Parceria MovAlmeirim

Campanha | 2026 | Ano VII

Ser regionalista no sentimento não obriga a ser regionalista na organização política do Estado

"O que muitas vezes falta é transformar o conhecimento dos problemas em decisões concretas e respostas atempadas. As populações não precisam apenas de representantes que conheçam as suas dificuldades. Precisam de responsáveis políticos capazes de encontrar soluções e de as concretizar."

foto O MIRANTE



Nelson Cunha

Não considero que um novo referendo à regionalização seja uma prioridade neste momento. A prioridade deve ser garantir que as decisões são tomadas com maior proximidade, rapidez e eficácia.

A minha posição é clara: sou favorável à descentralização, ao reforço do municipalismo e a uma administração pública mais próxima dos cidadãos. E também mais simples e mais eficiente. Portugal já dispõe de estruturas de coordenação territorial, como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), e de comunidades intermunicipais que asseguram a cooperação entre municípios.

Antes de discutirmos a criação de novas estruturas políticas, devemos avaliar como podemos melhorar o funcionamento das existentes. Temos de clarificar competências, simplificar procedimentos e garantir uma utilização eficiente dos recursos públicos. Não considero que um novo referendo à regionalização seja uma prioridade neste momento. A prioridade deve ser garantir que as decisões são tomadas com maior proximidade, rapidez e eficácia.

Reconheço que existe uma excessiva concentração de decisões na administração central. E essa realidade dificulta frequentemente a capacidade de resposta dos municípios. Mas combater o centralismo não significa necessariamente criar regiões administrativas. O desafio é garantir que as estruturas existentes, em articulação com os municípios e as comunidades intermunicipais, conseguem responder de forma cada vez mais célere e eficaz às necessidades dos territórios.

Defendo uma descentralização efectiva, com competências claras, maior autonomia municipal e financiamento adequado. Na educação, na saúde ou na protecção civil existem responsabilidades que podem ser exercidas com maior proximidade, desde que os municípios disponham dos meios necessários. É igualmente importante aproximar os serviços públicos das populações, facilitando o acesso e reduzindo procedimentos burocráticos. A descentralização deve significar menos burocracia, maior capacidade de decisão e melhores serviços, não apenas uma reorganização dos órgãos políticos.

Faço uma distinção muito clara entre identidade regional e regionalização administrativa. Defender o Ribatejo não exige necessariamente a criação de um governo regional. Exige valorizar o nosso património, preservar as nossas tradições, promover o desenvolvimento económico e garantir melhores condições de vida às populações. Ser regionalista no sentimento não obriga a ser regionalista na organização política do Estado.

O Ribatejo e o Médio Tejo possuem uma identidade cultural muito própria. Temos um património histórico e natural de enorme valor, tradições fortes e uma localização geográfica privilegiada. Temos o rio Tejo como elemento agregador, uma importante tradição agrícola, uma gastronomia característica e um património cultural que importa preservar e promover. O Entroncamento acrescenta a esta identidade uma característica muito particular: a ferrovia. Somos uma cidade que nasceu e cresceu com o caminho de ferro, e essa ligação constitui uma parte fundamental da nossa história e da nossa identidade.

A nossa localização no centro de importantes ligações ferroviárias e rodoviárias representa uma oportunidade. Para a mobilidade, a logística, a atracção de empresas e o desenvolvimento económico. Entre os principais desafios destaco o acesso à habitação, a necessidade de atrair investimento e emprego qualificado, a melhoria dos serviços públicos e a capacidade de acompanhar o crescimento dos territórios com infraestruturas adequadas. Temos vantagens competitivas que devem ser valorizadas. O desafio está em transformar essas potencialidades em melhores condições de vida para as populações.

Enquanto presidente da Câmara do Entroncamento, considero fundamental manter um relacionamento institucional construtivo. Mas os meus principais interlocutores são os cidadãos, as famílias, os trabalhadores, os empresários, as associações e as instituições do concelho. São estas pessoas que conhecem directamente os problemas do território e que nos transmitem diariamente as suas preocupações. Acredito que a política deve ser feita com proximidade, capacidade de escuta e sentido de responsabilidade.

A comunicação social regional desempenha um papel fundamental na vida democrática e na valorização dos territórios. O MIRANTE tem acompanhado, ao longo de décadas, a realidade das nossas comunidades, dando visibilidade a problemas, projectos, instituições e pessoas que nem sempre encontram o mesmo espaço nos órgãos de comunicação social nacionais. Esse trabalho de proximidade é importante porque contribui para uma população mais informada e para uma maior responsabilização dos decisores públicos.

De 1 a 10, o meu interesse pela actividade política local é 8. A política local merece naturalmente grande parte da minha atenção, pela responsabilidade que tenho enquanto presidente da câmara do Entroncamento e pela possibilidade de contribuir directamente para melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Nessa escala, o meu interesse pela actividade política nacional é 6 e no caso da política internacional, 4. Quanto ao meu interesse pela actividade associativa, é de 10 em 10. Considero que as associações são um dos pilares fundamentais das nossas comunidades. São espaços de participação, solidariedade, cultura, desporto e preservação da nossa identidade. O seu trabalho, muitas vezes voluntário, merece todo o nosso reconhecimento e apoio ●

Nelson Cunha
- Presidente da Câmara do Entroncamento







PUBLICIDADE



A centralidade é a nossa mais-valia e a proximidade com uma Europa cada vez mais global é efectiva

"Os nossos eleitos têm marcado presença, independentemente do formato formal ou informal e não tenho sentido respostas de circunstância ou alheamento da procura de soluções para os nossos problemas."

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias, a quem recorrer para encontrar soluções?**
Acho que as CCDR têm cumprido bem esse papel, não só ao nível do planeamento e gestão do território, mas sobretudo na capacidade de resposta às necessidades dos municípios, veja-se a articulação conseguida com o Governo e com os lesados no âmbito da tempestade Kristin.

● **Quem são os seus habituais interlocutores políticos e o que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
Não tenho sentido essa dificuldade que muitos insistem em continuar a apregoar. Os nossos eleitos têm marcado presença, independentemente do formato formal ou informal e não tenho sentido respostas de circunstância ou alheamento da procura de soluções para os nossos problemas.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
A proximidade é, sem dúvida, um dos principais argumentos a favor da regionalização. Todas as estratégias que permitam aproximar os cidadãos dos centros de decisão e de quem tem capacidade para agir e transformar a realidade local serão sempre positivas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da**

foto O MIRANTE



Pedro Manuel dos Santos Rosa

República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?
No meu entender, existem questões, sobretudo as mais disruptivas que não devem ser vencidas pelo cansaço. Primeiro, defendo que o processo de descentralização de competências deve ser objecto de uma reflexão mais aprofundada, uma vez que existem áreas, nomeadamente a Educação, em que a transferência de competências se tem revelado desvantajosa para os municípios, quer do ponto de vista

Defendo que o processo de descentralização de competências deve ser objecto de uma reflexão mais aprofundada

financeiro, quer ao nível da gestão dos recursos e das responsabilidades assumidas.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem orgulho em ser ribatejano?**
Se tivesse de hierarquizar a minha identidade, em primeiro lugar diria que sou sardoalense. Depois ribatejano e português. Desde sempre defendi o local onde me insiro e a terra que me viu nascer e crescer, mas por defeito da profissão que escolhi, sempre fui um cidadão, sem fronteiras. Sou da opinião que devemos defender a nossa identidade, porque no final do dia é isso que nos resta e que nos distingue dos demais. Essa identidade deve ser sempre um factor de diferenciação e de afirmação, nunca uma visão saudosista.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país? Qual são as nossas maiores riquezas e vantagens e quais as maiores debilidades?**
A centralidade é a nossa mais-valia e a proximidade com uma Europa cada vez mais global é efectiva. Portugal é um país pequeno de mais para falarmos em segmentação. Neste momento, importa que as "auto-estradas da mobilidade e do crescimento económico" projectadas para o nosso território se efectivem.

● **Ter um Governo próprio, eleito por nós, supera as questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, ou pode ser um obstáculo?**
Pessoalmente acho que são dois temas que não devem conflituar, sobretudo quando o possível desenho destas regiões não está definido. O que nos pode unir é muito mais do que aquilo que nos pode separar, veja-se o trabalho efectuado ao longo dos últimos anos e que culminou na criação da nova Nut II-Oeste e Vale do Tejo.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões. Como avalia esse nosso trabalho?**
Considero que o trabalho desenvolvido por O MIRANTE é bastante significativo do que se espera de um jornal regional, sobretudo pela proximidade, actualidade e pertinência dos assuntos reportados.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, nacional e internacional? E pela actividade associativa?**
Política local - 10; nacional - 9; internacional – 8. Quanto à actividade associativa, sou associativista de convicção, pelo que não há escala ●

Pedro Manuel dos Santos Rosa
- Presidente da Câmara Municipal de Sardoal, 49 anos











PUBLICIDADE





Temos uma localização privilegiada e um enorme potencial económico

foto DR



Helena Fidalgo

"Na criação de regiões, o mais importante é garantir competências, meios financeiros e capacidade de decisão. O nome é uma questão de identidade e deve ser debatido com respeito pela história e pelas populações."

● **Sente falta de um poder intermédio entre o Governo e as autarquias?**
Enquanto presidente de junta sinto, por vezes, que existe uma distância entre quem identifica os problemas no terreno e quem tem capacidade para decidir e financiar as soluções.

● **Quem são os seus interlocutores políticos e o que tem faltado aos eleitos para compreenderem melhor os problemas locais?**
Os meus interlocutores são, sobretudo, a câmara municipal, os serviços da administração central e os representantes políticos com quem procuramos encontrar soluções para a freguesia. Considero fundamental que os eleitos estejam mais presentes no território, ouçam as populações e conheçam directamente as dificuldades de quem está no terreno.

● **De 1 a 10, qual é o seu interesse pela política local, nacional, internacional e pela actividade associativa?**
Atribuo 10 à política local, porque é onde o impacto das decisões se sente mais directamente na vida das pessoas. À política nacional atribuo 9 e à internacional 8, porque todas influenciam o nosso quotidiano. À actividade associativa atribuo também 10, pelo papel fundamental que as associações desempenham na coesão social e na dinamização das nossas comunidades.

● **A criação de regiões com autonomia e poder de decisão pode resolver o problema de Portugal ser Lisboa e o resto paisagem?**
Pode contribuir significativamente. A concentração de decisões em Lisboa dificulta, muitas vezes, respostas adequadas às necessidades locais. Regiões com competências e meios próprios permitiriam uma distribuição mais equilibrada dos recursos e das oportunidades.

● **É altura de voltar a fazer um referendo sobre a regionalização?**
Portugal precisa de uma administração mais próxima das pessoas, capaz de tomar decisões ajustadas à realidade de cada território.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem orgulho em ser ribatejana?**
Tenho muito orgulho no Ribatejo e na sua identidade. Defendo uma região com história, cultura, tradições e capacidade económica, que merece ser valorizada.

● **O que nos torna únicos? Quais são as nossas riquezas e debilidades?**
O Ribatejo distingue-se pela sua identidade cultural, pela agricultura, pela gastronomia, pela tradição e pelo dinamismo das suas gentes. Temos uma localização privilegiada e um enorme potencial económico.

● **Ter um governo regional próprio supera a questão do nome da região ou pode ser um obstáculo?**
O mais importante é garantir competências, meios financeiros e capacidade de decisão. O nome é uma questão de identidade e deve ser debatido com respeito pela história e pelas populações.

● **Uma Assembleia Regional poderá funcionar melhor do que a Assembleia da República?**
Poderá ter maior proximidade aos cidadãos e um conhecimento mais directo das necessidades da região. Não se trata de substituir a Assembleia da República, mas de complementar o seu trabalho com decisões mais próximas da realidade regional.

● **Como avalia o trabalho de O MIRANTE na criação de pontes entre municípios e regiões? O que pode melhorar?**

A concentração de decisões em Lisboa dificulta, muitas vezes, respostas adequadas às necessidades locais. Regiões com competências e meios próprios permitiriam uma distribuição mais equilibrada dos recursos e das oportunidades.

O MIRANTE tem um papel muito importante na informação regional, dando visibilidade aos problemas, às iniciativas e às pessoas do nosso território. É essencial continuar a valorizar as comunidades locais, promover o debate sobre o futuro da região e dar voz às diferentes realidades do Ribatejo.

Helena Fidalgo
- Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim



A política deve estar ao serviço das pessoas, e não serem as pessoas a adaptar-se às decisões políticas

"Mais importante do que saber onde se tomam as decisões é garantir que estas sejam tomadas com conhecimento, responsabilidade e em benefício das populações."

foto DR



Violante Carvalho

Existe uma concentração significativa de poder político, económico e administrativo em Lisboa. Enquanto isso, muitas regiões continuam a enfrentar dificuldades na captação de investimento, na criação de emprego qualificado e no acesso a serviços essenciais. A criação de regiões administrativas, dotadas de verdadeira autonomia, competências bem definidas e recursos financeiros adequados, poderá contribuir para corrigir algumas destas desigualdades. O verdadeiro desafio não é retirar importância a Lisboa, mas garantir que o restante território tenha as mesmas oportunidades de crescer, investir e prosperar.

Passados 28 anos sobre o referendo de 1998, é oportuno voltar a discutir a regionalização em Portugal. A regionalização poderá representar uma oportunidade para aproximar as decisões das populações, promover o desenvolvimento económico regional e permitir uma gestão mais ajustada às necessidades de cada território. Contudo, enquanto contabilista e profissional ligada ao tecido empresarial, considero fundamental avaliar os custos e os benefícios desta reforma. Regionalizar não pode aumentar a despesa pública ou acrescentar burocracia à vida dos cidadãos e das empresas.

Tenho um enorme orgulho nas minhas raízes ribatejanas. Ser ribatejana é, para mim, muito mais do que uma questão geográfica. É uma identidade construída através das nossas tradições, da nossa cultura, das nossas gentes e, sobretudo, dos valores de trabalho, perseverança e solidariedade que caracterizam esta região. Tenho ainda mais orgulho nas pessoas que, diariamente, trabalham, investem e acreditam nesta terra. Defender a nossa identidade regional não significa fechar-nos ao país, mas sim valorizar aquilo que nos distingue e garantir que a nossa voz seja ouvida nas decisões que influenciam o desenvolvimento do território.

A designação das regiões tem um significado histórico, cultural e identitário que não deve ser ignorado. Contudo, entendo que a discussão sobre os nomes ou os limites territoriais não deve sobrepor-se ao verdadeiro objectivo da regionalização que é aproximar o poder de decisão dos cidadãos.

Deparo-me frequentemente com situações em que a burocracia, condiciona a actividade das empresas. Muitas vezes, os empresários não necessitam de apoios extraordinários, mas simplesmente de respostas claras, decisões atempadas e de uma administração pública que compreenda a realidade económica em que desenvolvem a sua actividade. Um poder intermédio poderá funcionar como um verdadeiro facilitador e não como mais um nível de burocracia.

A regionalização poderá representar uma oportunidade para aproximar as decisões das populações, promover o desenvolvimento económico regional e permitir uma gestão mais ajustada às necessidades de cada território.

Os meus interlocutores habituais são, sobretudo, os empresários, os trabalhadores. É através dessa proximidade que conheço muitas das dificuldades, preocupações e expectativas de quem trabalha, investe e procura construir o seu futuro. Muitas vezes, existe uma distância entre as decisões políticas e as suas consequências práticas. Uma medida que parece adequada no plano legislativo pode revelar-se complexa, dispendiosa ou difícil de aplicar no quotidiano de uma pequena empresa. A política deve estar ao serviço das pessoas, e não serem as pessoas a adaptar-se permanentemente às dificuldades criadas pelas decisões políticas.

A proximidade geográfica não é, por si só, garantia de uma melhor governação. Seria fundamental assegurar representantes competentes, responsáveis e verdadeiramente comprometidos com o interesse público, independentemente das suas orientações partidárias. Não faria sentido criar novas estruturas que se limitassem a reproduzir os problemas de funcionamento que tantas vezes são apontados às instituições públicas existentes.

Reconheço e valorizo o trabalho que O MIRANTE desenvolve na divulgação do tecido empresarial. Quer através de notícias, quer distinguindo o mérito, a dedicação e o percurso de quem, muitas vezes de forma discreta, contribui diariamente para a economia e para a sociedade. E agradeço a oportunidade que me deu, de participar nesta reflexão sobre o presente e o futuro da nossa região.

Acompanho com interesse a actividade política a todos os níveis. Estou muito atenta ao impacto que as decisões têm na vida dos cidadãos, na economia e no funcionamento das empresas. Quanto à actividade associativa, atribuo-lhe uma importância muito significativa, pois considero que as associações desempenham um papel fundamental na dinamização das comunidades, na representação de interesses e na promoção da solidariedade e do desenvolvimento local.

Violante Carvalho
- Contabilista certificada/economista, VC-Contabilidade, 59 anos







PUBLICIDADE

Santa Casa da Misericórdia de Santarém



sempre

a Cuidar

com alma e coração



SERVIÇO PÚBLICO

SERVIÇO OCASIONAL ESCOLAS

SERVIÇO OCASIONAL DIVERSOS

SERVIÇO TURISMO

COMBOIO DE FÁTIMA

Há + de 100 anos a ligar pessoas na região

alugueres.torresnovas@rodotejo.pt | alugueres.santarem@rodotejo.pt | alugueres@rodoviariadooeste.pt | alugueres.leiria@rodotejo.pt | alugueres.pombal@rodotejo.pt

GRUPO TEJO | MÉDIO TEJO | LEZÍRIA TEJO | RODOVIÁRIA DO OESTE | RODOVIÁRIA DO LIS

O poder central conhece os problemas e as propostas das autarquias, mas não decide ou demora muito a decidir

foto O MIRANTE



Silvino Lúcio

"Temos de ser capazes de aproximar as decisões das pessoas e de garantir que todos os territórios tenham condições para se desenvolver. Portugal não pode continuar a ser pensado apenas a partir dos grandes centros urbanos."

As autarquias identificam os problemas e apresentam propostas soluções, mas ficam dependentes de decisões que demoram demasiado tempo a tomar.

Os meus interlocutores políticos, para além dos responsáveis autárquicos, são o Governo, e os organismos da administração central. O problema não é falta de conhecimento dos problemas dos territórios, mas sim a dificuldade em dar resposta ao elevado número de pedidos e solicitações que chegam ao poder central. As autarquias identificam os problemas e apresentam propostas soluções, mas ficam dependentes de decisões que demoram demasiado tempo a tomar. É precisamente por isso que defendo uma maior proximidade entre quem decide e quem vive diariamente essas dificuldades.

Actualmente existem várias entidades da administração desconcentradas. Dou como exemplos as CCDR, o ICNF ou a Agência Portuguesa do Ambiente. Mas nem sempre é fácil chegar a essas entidades, obter esclarecimentos ou conseguir decisões com a rapidez que os problemas exigem. Um verdadeiro poder regional, devidamente dotado de competências e meios, poderia contribuir para simplificar procedimentos, melhorar a articulação institucional e tornar a administração pública mais próxima e eficaz.

Está na altura de voltarmos a discutir a regionalização e de dar novamente aos portugueses a oportunidade de se pronunciarem. A experiência de outros países demonstra que a existência de regiões administrativas pode trazer vantagens significativas para as populações. Sobretudo ao nível da proximidade das decisões, da capacidade de resposta e de uma distribuição mais equilibrada dos recursos.

Um dos principais problemas do nosso país continua a ser a excessiva centralização das decisões. A regionalização permitiria aproximar o poder político dos cidadãos, tornando as decisões mais ajustadas às especificidades de cada região. Não acredito que seja a solução para todos os problemas, mas estou convicto de que seria um passo importante para termos um país mais equilibrado e com maior igualdade de oportunidades entre territórios.

A maior riqueza do Ribatejo são as suas pessoas. A capacidade de trabalho, a autenticidade, o espírito de entreajuda e a ligação às nossas raízes são características que muito valorizo nas nossas gentes. Temos um território com enormes potencialidades, desde a agricultura à indústria, passando pela cultura, pelo património, pela gastronomia e pela nossa localização geográfica, que nos coloca numa posição privilegiada no contexto nacional. Mas também temos debilidades que não podemos ignorar. Uma das principais é precisamente o afastamento relativamente aos centros de decisão.

As questões relacionadas com a identidade e a designação das regiões têm a sua importância. Mas considero que não devem sobrepor-se àquilo que é verdadeiramente essencial: criar estruturas de decisão mais próximas das populações e com capacidade efectiva para responder aos seus problemas. Mais importante do que o nome que damos a uma região é aquilo que essa região pode fazer pelas pessoas que nela vivem.

O MIRANTE tem desempenhado um papel importante na divulgação da realidade dos nossos territórios. Dando voz às populações, às instituições e aos acontecimentos que marcam a vida das nossas comunidades. A importância da comunicação social regional reside em acompanhar de perto aquilo que acontece fora dos grandes centros de decisão e contribui para aproximar os diferentes municípios e as suas populações.

O interesse pela política local está no topo das minhas preocupações. Sou autarca e seria estranho que assim não fosse. É uma actividade à qual dedico grande parte da minha vida. Acompanho também com muito interesse a política nacional, porque as decisões tomadas a esse nível têm consequências directas na vida das autarquias e dos cidadãos. E não posso ficar indiferente quanto à política internacional, porque vivemos numa realidade cada vez mais interligada.

Outro dos meus interesses prende-se com a actividade associativa. Conheço bem a importância que as associações e colectividades têm na vida das nossas terras. São fundamentais para preservar tradições, promover a cultura e o desporto, dinamizar as comunidades e fortalecer os laços entre as pessoas. O trabalho que desenvolvem, muitas vezes com recursos limitados e assente no voluntariado, merece todo o nosso reconhecimento ●

Silvino Lúcio - *Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, 67 anos*









Dar a conhecer diferentes experiências e soluções ajuda municípios e comunidades a aprender uns com os outros

"Defender a nossa identidade não significa fechar-nos ao país ou ao mundo. Significa valorizar aquilo que temos, fazer ouvir a nossa voz e participar nas decisões que influenciam o futuro do nosso território."

foto O MIRANTE



Helena Neves

Tenho sentido muitas vezes a necessidade de uma articulação mais simples entre as diferentes entidades. E de decisões tomadas mais perto dos problemas. Os municípios são, muitas vezes, a primeira porta a que as pessoas recorrem, mesmo quando a solução depende de outras entidades. Mais do que novas estruturas, importa garantir que consequem trabalhar em conjunto, com responsabilidades claras, meios adequados e capacidade para tomar decisões em tempo útil. O que as pessoas esperam são respostas aos seus problemas, independentemente da entidade a quem compete encontrá-las.

É fundamental ouvir as instituições, as empresas, as associações e, sobretudo, as pessoas. Para compreender os problemas e as necessidades das populações, é preciso estar próximo, ouvir, conhecer a realidade e manter um diálogo aberto, mesmo quando existem opiniões diferentes. Mais do que fazer críticas generalizadas a quem exerce funções políticas, considero importante reforçar a cooperação entre instituições, acompanhar os processos e assumir responsabilidades.

Faz sentido voltar a consultar os portugueses, desde que essa decisão seja precedida de um debate sério, participado e esclarecedor. Antes de avançarmos, é fundamental saber que regiões se propõem, que competências terão, como serão financiadas e de que forma se articularão com os municípios e com as estruturas já existentes. Não se trata de criar mais uma estrutura administrativa, mas de avaliar se este modelo permite decisões mais próximas, respostas mais eficazes e maior coesão territorial. Só com essa clareza fará sentido pedir aos portugueses que se pronunciem novamente.

Portugal não se esgota em Lisboa. Temos territórios com identidades, necessidades e potencialidades muito diferentes, que nem sempre encontram nas decisões centralizadas uma resposta ajustada à sua realidade. Dar maior capacidade de decisão aos territórios pode ajudar a corrigir desequilíbrios e a aproveitar melhor os seus recursos. Mas a regionalização, por si só, não resolve os problemas.

O Ribatejo distingue-se pela sua ligação ao Tejo, à lezíria, à agricultura e a uma identidade cultural muito própria. Temos uma enorme riqueza natural, capacidade produtiva, gastronomia, tradições e uma localização que nos proporciona importantes oportunidades de desenvolvimento. Salvaterra de Magos é um bom exemplo dessa diversidade. Temos a Falcoaria Real, a aldeia avieira do Escaroupim, os Concheiros de Muge, os bordados e as tradições de Glória do Ribatejo, a gastronomia ligada ao rio e um movimento associativo que desempenha um papel fundamental na vida das nossas freguesias.

Defender a nossa identidade não significa fechar-nos ao país ou ao mundo. Significa valorizar aquilo que temos, fazer ouvir a nossa voz e participar nas decisões que influenciam o futuro do nosso território. O orgulho nas nossas raízes deve também traduzir-se na vontade de construir um futuro melhor, com mais oportunidades e melhores condições de vida para quem aqui vive e para as novas gerações.

O nome e os limites de uma região não são questões menores. Envolvem história, identidade e sentimentos de pertença que devem ser respeitados. Mas considero que o debate não deve ficar centrado apenas nas designações. É importante perceber o que uma região administrativa poderá efectivamente fazer, que competências terá, quais os recursos disponíveis e como se articulará com o Estado e com os municípios. Qualquer alteração à organização administrativa do país deve contribuir para melhorar os serviços públicos, aproximar as decisões das pessoas e respeitar a autonomia municipal.

A política local ocupa naturalmente um lugar muito importante na minha vida. É aqui que estamos mais próximos das pessoas e onde sentimos directamente o impacto das decisões que tomamos. Acompanho também a política nacional e internacional, porque aquilo que acontece para além do nosso concelho tem muitas vezes consequências na vida das nossas comunidades. O associativismo tem igualmente um lugar muito especial para mim. Conheço de perto o trabalho desenvolvido pelas associações e o papel fundamental que desempenham na cultura, no desporto, na solidariedade e na vida das nossas freguesias.

O MIRANTE tem contribuído para dar visibilidade às pessoas, às instituições, aos projectos e aos problemas dos nossos concelhos. Esse papel é tanto mais relevante quanto mais rigoroso, plural e independente for o trabalho desenvolvido. É importante continuar a aprofundar temas que dizem respeito a toda a região, como a mobilidade, a saúde, o ambiente e a valorização do património. Dar a conhecer diferentes experiências e soluções pode também ajudar os municípios e as comunidades a aprender uns com os outros ●

Helena Neves - *Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos*









PUBLICIDADE

GALME

GALVANIZAÇÃO E METALIZAÇÃO, LDA.

- GALVANIZAÇÃO A QUENTE -

Desde 1979

Galvanizamos até 8 mts

Factores Críticos de Sucesso

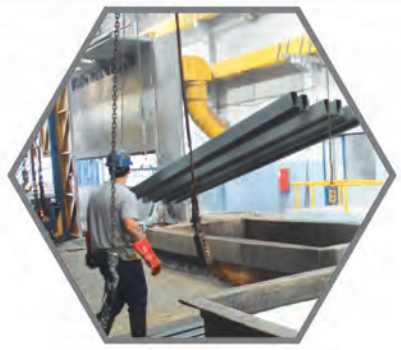
Preço

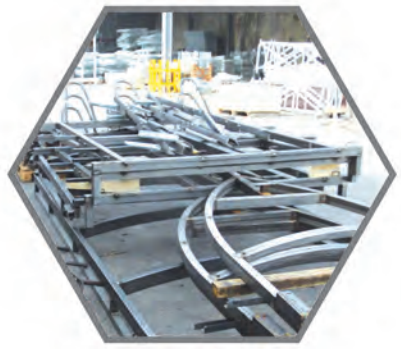
Prazo de Entrega

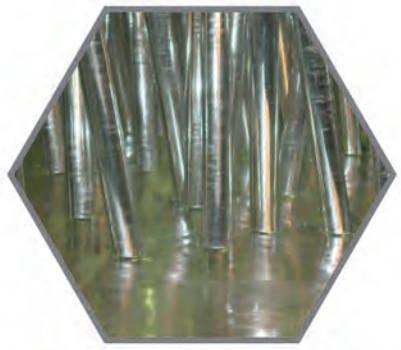
Qualidade da Galvanização

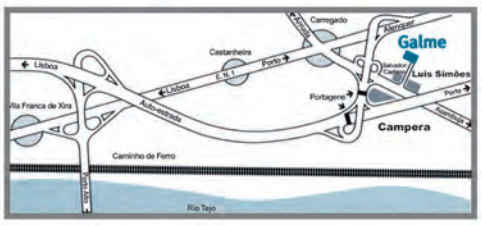
Emissão de Protocolo de Qualidade











Rua Principal, nº 62, Torre - 2580-512 CARREGADO

Telf.: 263 850 130

(Chamada para a rede fixa nacional)

E-mail: galme@sapo.pt - www.galme.pt

Latitude: 39,033358 (39° 2' 0,089" N)

Longitude: -8,969392 (8° 58' 9,811" W)

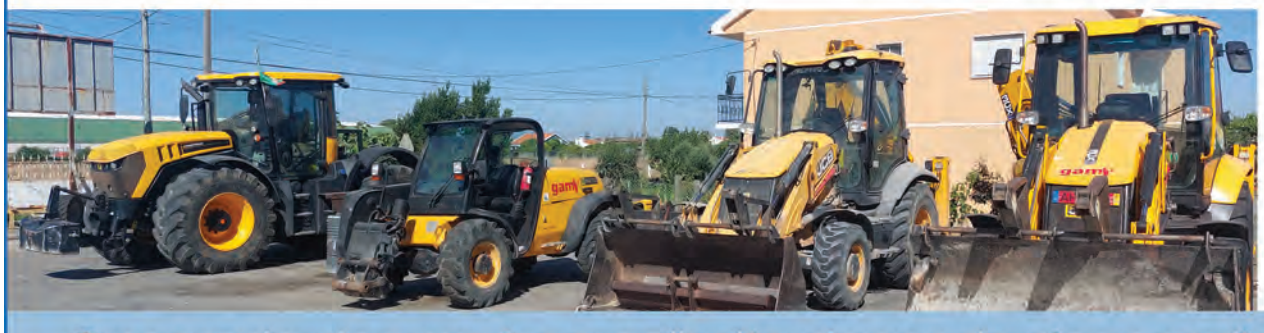
PME líder'23

PME líder'24

BENAmáquina

A reparar o seu negócio desde 1994





LOMBARDINI

KOHLER ENGINES

JCB

Perkins

O segredo de uma boa colheita depende das condições do seu equipamento.
Evite surpresas desagradáveis que lhe podem custar tempo. E tempo é dinheiro!

Já revisionou o seu equipamento? Está pronto para a colheita?

A campanha está a chegar com a **BENAMÁQUINA**, proporcionando-lhe um serviço de qualidade a preços imbatíveis. **Informe-se e marque já a sua revisão/reparação.**

Se está a considerar trocar ou comprar equipamento novo, não hesite em consultar as nossas ofertas.

Sesmaria do Colaço e Lagoa da Amentela, Caminho 3, Armazém A

2130-231 Benavente | geral@benamaquina.com | 263 516 641 (chamada para a rede fixa nacional)

Apoiar as empresas que já existem é tão importante como atrair novos investimentos

Muitas decisões que afectam as empresas estão demasiado afastadas da realidade local. Questões relacionadas com licenciamentos, infraestruturas, formação profissional e apoios ao investimento nem sempre têm respostas tão rápidas como seria desejável.

foto DR



Teresa Rosário

As autarquias também deveriam prestar maior atenção às dificuldades reportadas pelas empresas. Principalmente quando estão em causa situações que podem condicionar o normal funcionamento da actividade ou colocar em risco a segurança das instalações, dos trabalhadores e dos clientes. As empresas precisam de sentir que, quando identificam e comunicam um problema, há uma resposta atempada e um verdadeiro acompanhamento por parte das entidades responsáveis.

Os nossos representantes políticos deveriam estar mais próximos das empresas, conhecer melhor as dificuldades do dia-a-dia e ouvir quem cria emprego e contribui para a economia da região. Gostaria de salientar que o papel das autarquias não deve limitar-se à criação de condições para atrair novas empresas, mas também passar por apoiar e acompanhar aquelas que já estão instaladas, investem e criam postos de trabalho no concelho.

Não basta ouvir as preocupações; é necessário acompanhar as situações e procurar soluções. Muitas vezes, aquilo de que as empresas precisam não são novos apoios ou promessas, mas sim maior proximidade, menos burocracia e capacidade de resposta. Acredito que apoiar as empresas que já existem é tão importante como atrair novos investimentos para a região.

Passaram quase 30 anos desde o referendo sobre a regionalização e a realidade do país é outra. Mas mantêm-se as desigualdades entre regiões, sobretudo no acesso a serviços, infraestruturas e investimento. Está na altura de voltarmos a discutir este assunto, mas de forma séria e esclarecida. A regionalização só fará sentido se trouxer maior proximidade às populações, decisões mais rápidas e uma melhor utilização dos recursos públicos, sem criar mais burocracia ou encargos desnecessários.

Há regiões, com enorme potencial económico, nem sempre recebem a atenção que merecem. O Ribatejo é um exemplo disso. Temos empresas dinâmicas, agricultura, indústria e uma localização privilegiada, mas nem sempre sentimos que as nossas necessidades são devidamente consideradas. A regionalização poderia ajudar a corrigir estas desigualdades, desde que existisse uma verdadeira transferência de competências e recursos financeiros.

Muitas vezes, aquilo de que as empresas precisam não são novos apoios ou promessas, mas sim maior proximidade, menos burocracia e capacidade de resposta. Acredito que apoiar as empresas que já existem é tão importante como atrair novos investimentos para a região.

O Ribatejo faz parte das minhas raízes, da minha identidade e da história da nossa empresa. A Ribatubos nasceu em Santarém, em 1997, fruto do espírito empreendedor e da dedicação da minha família, e continua a crescer nesta terra. Acredito que devemos defender as nossas tradições, a nossa cultura e, sobretudo, o direito de participar nas decisões que influenciam o futuro da nossa região.

A par das muitas capacidades e vantagens, temos debilidades que queremos resolver. Não nos basta a localização geográfica privilegiada; os bons acessos rodoviários; um sector agrícola forte; um tecido empresarial dinâmico, com capacidade de crescimento e inovação e o espírito trabalhador e empreendedor das nossas gentes. Preocupam-me situações como, por exemplo, o estado de degradação do centro histórico de Santarém, que deveria ser um dos principais cartões de visita da nossa cidade. Considero que é urgente existir uma estratégia de requalificação e revitalização, eficaz.

Num processo de regionalização, o mais importante não é o nome da região. O que deve ser considerado e aquilo que essa região poderá fazer pelas pessoas e pelas empresas. Não devemos perder tempo em discussões sobre designações quando existem problemas concretos por resolver. O essencial é garantir que um eventual governo regional tenha competências bem definidas, autonomia financeira e capacidade de decisão, mas também responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos.

Com o seu trabalho, O MIRANTE tem contribuído para valorizar o Ribatejo. Tem desempenhado um papel muito importante na divulgação da realidade da região, dando voz às populações, às instituições e às empresas. Tem chamado a atenção para problemas que, muitas vezes, não têm visibilidade na comunicação social nacional. Gostaria de ver uma aposta cada vez maior na divulgação das empresas da região, especialmente das pequenas e médias empresas familiares, que representam uma parte importante da nossa economia, criam emprego e contribuem diariamente para o desenvolvimento local.

Numa escala de 1 a 10, o meu interesse pela política local e nacional, situa-se no 8. Pela política internacional 7 e, 9, em relação ao acompanhamento da actividade associativa. Valorizo especialmente a actividade associativa, porque acredito que as instituições e as empresas também têm uma responsabilidade social e devem contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade onde estão inseridas.

Teresa Rosário - *Gerente/directora financeira - Ribatubos - Tubagens e Acessórios Ldª, 57 anos*







PUBLICIDADE

38.ª FEIRA DO LIVRO de Constância

24 a 29 novembro
Cineteatro Municipal de Constância **2026**



DIA 24 TERÇA-FEIRA

10H15 | SESSÃO DE ABERTURA
Público-alvo: Público em geral

10H30 | ENCONTRO COM A ESCRITORA
Entre Letras com... Susana Velho
Público-alvo: Secundário e profissional

15H00 | PEÇA DE TEATRO
"Guia de matemática para totós", pela Companhia "Gato Escaldado"
Público-alvo: 3.º Ciclo

DIA 25 QUARTA-FEIRA

10H00 E 11H00 | PEÇA DE TEATRO
"Um sapato especial", pela Companhia "Cativar Teatro para a Infância"
Público-alvo: Pré-escolar

DIA 26 QUINTA-FEIRA

10H00 E 11H00 | PEÇA DE TEATRO
"Os guardiões da natureza", pela Companhia "AtrapalhArte - Produções Artísticas"
Público-alvo: 1.º ciclo

15H00 | PEÇA DE TEATRO
"Peripécias na História de Portugal", pela Companhia "AtrapalhArte - Produções Artísticas"
Público-alvo: 2.º ciclo

DIA 27 SEXTA-FEIRA

15H00 | PEÇA DE TEATRO
"Rábulas de Teatro Cómico Entre Rios", pela Companhia "Teatro de Santa Margarida - Ermidas e Brumas"
Público-alvo: Público em geral

18H00 | ENCONTRO COM O ESCRITOR
Na feira com... Ricardo Lopes
Público-alvo: Público em geral

DIA 28 SÁBADO

16H00 | ENCONTRO COM O ESCRITOR
Dois dedos de conversa com... José Eduardo Agualusa
Público-alvo: Público em geral / Clubes de leitura da região

DIA 29 DOMINGO

15H00 | PEÇA DE TEATRO
"Um conto de Natal", pela Companhia "Cativar Teatro para a Infância"
Público-alvo: Público em geral / famílias

HORÁRIO
2.ª A 6.ª FEIRA: 10H00 > 18H00
SÁBADO E DOMINGO: 14H00 > 18H00

NOTA: APESAR DA INDICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, OS ESPETÁCULOS SÃO ABERTOS À COMUNIDADE EM GERAL.

Constância Município · promobooks · pedime Médio Tejo · CENTRO 2030 Os Fundos Europeus mais próximos de si. · Portugal 2030 · Cofinanciado pela União Europeia

Falta-nos investimento público estruturante que depende de decisões nacionais

"A regionalização não deve ser vista como uma forma de criar mais estruturas políticas ou administrativas, mas como uma oportunidade de reformar o Estado e torná-lo mais eficiente, próximo e justo."

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?**
Deve voltar a cumprir-se o referendo constitucional sobre a regionalização, quando o país estiver preparado para o modelo administrativo das regiões. Primeiro deve existir todo um trabalho preparatório, para que a larga maioria dos portugueses se consciencialize das vantagens que o modelo administrativo das regiões, tem para a coesão territorial e para o desenvolvimento equilibrado do país e das suas regiões.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem e que a criação de regiões com autonomia, meios e poder de decisão poderia resolver o problema? Tem esse entendimento?**
Desenvolvemo-nos muito nos últimos 50 anos, por a acção das autarquias e isso foi motivado pelo conhecimento exacto das necessidades dos territórios e das suas comunidades, mas também pela capacidade de executar e do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e pô-los ao serviço do território de todos os que deles necessitam. Aproximar os centros de decisão dos territórios e das comunidades, e direccionar as políticas públicas para o desenvolvimento das regiões em que se inserem, é algo que a regionalização pode fazer.

● **Como está a sua costela regionalista?**

foto O MIRANTE



Nuno José Azevedo

Tem orgulho em ser ribatejano e tem vontade de defender esta identidade e o direito a decidirmos o nosso futuro?
Tenho muito orgulho nas minhas raízes ribatejanas e na identidade desta região. O Ribatejo tem uma história, uma cultura, tradições e características económicas e sociais muito próprias. Ser regionalista não significa fechar-nos sobre nós próprios, significa reconhecer o valor do nosso território e defender que temos capacidade e legitimidade para participar nas decisões sobre o futuro da nossa região.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
Temos a lezíria, a charneca, o montado, a agricultura, a pecuária, a cultura tauromáquica e equestre e as nossas tradições. Temos uma localização estratégica e um enorme potencial económico e turístico. A nossa maior

Ser regionalista não significa fechar-nos sobre nós próprios, significa reconhecer o valor do nosso território.

debilidade continua a ser a falta de investimento público estruturante, que continua a depender de decisões nacionais, onde o poder está centralizado.

● **A escolha de nomes para as regiões, pode ser um obstáculo à sua concretização?**
A arquitectura do modelo administrativo, certamente que encontrará formas de ultrapassar as dificuldades que se possam colocar ao processo, contudo devem ser respeitadas a identidade, história e cultura de cada uma das regiões.

● **Na sua actividade habitual, sente falta de um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias?**
Enquanto presidente de câmara, sinto muitas vezes que falta um nível de decisão intermédio, com competências e recursos próprios, que permita dar respostas mais rápidas e ajustadas à realidade. Basta pensar nas dificuldades que os municípios enfrentam em matérias como a segurança, ou as acessibilidades, por exemplo. Uma estrutura regional com capacidade de decisão poderia aligeirar processos, encurtar prazos e ajudar a ultrapassar dificuldades.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
É importante que os políticos no exercício de cargos nacionais, no Governo, na Assembleia da República, ou outros, tenham um maior conhecimento das realidades concretas e dos problemas com que se debatem, as regiões fora dos grandes centros urbanos.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho?**
A comunicação social regional é fundamental para dar voz aos territórios que nem sempre têm a atenção que merecem a nível nacional. O MIRANTE deve continuar esse trabalho de divulgação dos nossos problemas; das nossas potencialidades e do trabalho desenvolvido pelos municípios, instituições e empresas, promovendo o debate e dando espaço a diferentes perspectivas, ajudando a construir uma identidade regional mais forte.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade política local, pela actividade política nacional e internacional e pela actividade associativa?**
Tenho o máximo respeito e consideração pela actividade política local, porque é aquela onde é sentida de forma mais directa o impacto das decisões, na vida das pessoas. A actividade política nacional e internacional, são determinantes para definir as políticas públicas e as condições de desenvolvimento dos países e dos territórios, e a actividade associativa representa aquilo que de melhor cada comunidade tem ●

Nuno José Azevedo - *Presidente da Câmara Municipal de Coruche, 55 anos*







PUBLICIDADE

VCS
CORRETORES DE SEGUROS

A sua vida.
O seu negócio.
A nossa dedicação.

Seguros para particulares e empresas.

Acompanhamento próximo, em cada decisão.

www.verspieren.pt | 217 220 100
Chamada para a rede fixa nacional.

Clínica do Coração Santarém

Cardiologistas
Dra. Luz Pitta Esteves Pires
Dr. Vítor Paulo Baltazar Martins

Consultas de Cardiologia
HTA, Arritmologia, Nutrição
Check-up Cardiovascular

Exames de Cardiologia
- ECG (incluindo ao domicilio)
- Ecocardiograma – Estudo Completo
- Doppler cardíaco
- Provas de esforço
- Holter 24h
- Detector eventos
- MAPA 24h
(Acordos com várias entidades e seguradoras)

Clínica do Coração Santarém
AQUI TRATAMOS O SEU CORAÇÃO
MARCAÇÕES: 243 329 107 / 243 323 563 / 243094232
(chamadas para a rede fixa nacional)
Rua Pedro de Santarém, 48-1º Dto – 2000-223 Santarém – Dias Úteis: 9h-20h
ccoracaosantarem@sapo.pt clinicadocoracao-santarem.pt



Dacia Bigster a partir de 24 550€*
Carro do Ano 2026 Troféu Volante de Cristal

*PVPR (preço de venda ao público recomendado) Dacia Bigster essential mild hybrid-G 140 para Portugal Continental incluindo impostos e excluindo despesas. Para mais informações quanto ao PVP final do veículo, contacte o seu concessionário Dacia. Emissões de CO_2 (g/km): 114 GPL / 130 gasolina. Consumo em ciclo combinado WLTP (l/100 km): 7,0 GPL / 5,7 gasolina.

ROQUES VT

Santarém
Estrada Municipal 114, Edifício Roques Vale do Tejo - Zona Industrial, 2005-002 Várzea Santarém
Tel: 243 305 001 ¹

Vila Franca de Xira
Rua Real Fábrica de Atanados, Lote4 - Zona Industrial, 2600-067 Vila Franca de Xira
Tel: 263 285 400 ¹

Torres Novas
Rua da Várzea 33 Rc dto 2350-433 Torres Novas
Tel: 249 812 035 ¹

¹ chamada para a rede fixa nacional

roquesvt.pt

AMI 8775 | Intermediário de Crédito Autorizado pelo Banco de Portugal
Registado sob o nº 0003922

QualiDomus
Casas com Qualidade



Há 17 anos a criar negócios de qualidade.

- Intermediação Imobiliária;
- Mediação de Seguros ramo Vida (Habitação, Risco e Saúde), garantindo os melhores preços do mercado;
- Intermediação de Crédito Hipotecário.

Experiência, confiança e qualidade.

Venha fazer parte da nossa equipa!

Rua Luis Falcão de Sommer Nº 34, 2330-176 Entroncamento
www.Qualidomus.pt | 249 727 197

Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra

- ERPI (LAR)
- Unidade de Demência
- Centro de Dia
- Apoio Domiciliário
- Apoio Social à Comunidade

CONTINUAR SOLIDÁRIO,
INOVAR PARA CUMPRIR A MISSÃO.



Rua Salvador Marques, 22 - 2600-488 Alhandra T. 219 518 110
(rede fixa nacional)
www.misericordialhandra.pt

Se forem criadas regiões justifica-se a redução do número de deputados na Assembleia da República

"Penso que a questão do nome para as regiões não será um problema, desde que haja uma boa coordenação e saudável entendimento entre as partes intervenientes no processo."

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa. É altura de voltar a fazer outro referendo?**
Como não foi aprovada no referendo de 1998 e tendo em conta que a realidade dos nossos dias já é outra, deve ser feito outro referendo, mas com as respectivas regiões administrativas bem estudadas, estruturadas e definidas.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem e que a criação de regiões com autonomia, meios e poder de decisão poderia resolver o problema? Tem esse entendimento?**
Regiões com autonomia, meios e poder de decisão, terão uma maior probabilidade e possibilidade para resolver problemas, uma vez que existirá um melhor conhecimento directo dos mesmos. E acabaria por ser uma desburocratização, de tudo o que assistimos no momento em quase todos os domínios da nossa vida. Penso que seria uma mais-valia para o desenvolvimento global do nosso país, pois Portugal não é só Lisboa!

● **Como está a sua costela regionalista?**

foto O MIRANTE



Ana Gaspar

Sou ribatejana e tenho orgulho nisso! Defendo esta identidade (foi aqui que nasci e cresci) e penso que devemos ter o direito e o dever de decidirmos o nosso futuro, com a certeza de que o nosso contributo seria bem maior a nível nacional.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
O Ribatejo é uma região bastante diversificada não só ao nível da cultura,

Penso que seria uma mais-valia para o desenvolvimento global do nosso país, pois Portugal não é só Lisboa!

mas também da economia. A agricultura, a agro-pecuária, a indústria, a prestação de serviços e o turismo, são actividades económicas que aqui conseguem vingar.

● **A escolha dos nomes para as regiões, pode ser um obstáculo à sua concretização?**
Ter um governo próprio, eleito por nós, com competências próprias na região onde habitamos, é o mais importante. Penso que a questão do nome para as regiões não será um problema, desde que haja uma boa coordenação e saudável entendimento entre as partes intervenientes no processo.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
O que tem faltado aos interlocutores políticos que elegemos (embora não todos), é formação e alguma vocação para o exercício do cargo que ocupam. Muitos são académicos e não fizeram qualquer formação profissional no terreno, o que acaba por os distanciar da visão real dos problemas existentes.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho?**
O MIRANTE através do seu trabalho, tem prestado um bom contributo na divulgação e aproximação entre municípios e regiões. Bem-haja por isso e assim continue.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade politica local e já agora a mesma pergunta para a actividade politica nacional e internacional ? E pela actividade associativa?**
De 1 a 10, dou 8 à actividade politica local, nacional e internacional e 9 à actividade associativa.

● **O que gostaria de acrescentar?**
A regionalização, não deverá sobrecarregar financeiramente as despesas correntes, nomeadamente em despesas com pessoal. Deve haver, pelo contrário, uma melhor aplicação em despesas de investimento necessárias. Penso que esta questão, antes de ser eventualmente colocada a referendo, carece de rigorosos estudos de análise, para evitar um acréscimo de despesas correntes. A redução do número de deputados na Assembleia da República, por exemplo, dos actuais 230 para um máximo de 144 a180, justifica-se, após a criação das regiões ●

Ana Gaspar - *Directora do Colégio Jardinita em Alcanede, 58 anos*



Considero muito positiva a criação da nova região Oeste e Vale do Tejo

"Defendo a adopção de círculos uninominais, que permitam aos eleitores escolher directamente quem os representa e reforcem a responsabilidade dos eleitos na defesa dos interesses de quem os elegeu."

foto O MIRANTE



Maria Salomé Rafael

● **Como está a sua costela regionalista?**
Tenho muito orgulho na minha identidade ribatejana e acredito que ninguém conhece melhor os problemas, as potencialidades e as necessidades de uma região do que quem nela vive e trabalha. Por isso, sou a favor de uma reforma do sistema político que permita escolher os representantes pela sua competência, pelo conhecimento do território e pela ligação às populações, e não apenas em função das escolhas dos aparelhos partidários. Defendo a adopção de círculos uninominais, que permitam aos eleitores escolher directamente quem os representa e reforcem a responsabilidade dos eleitos na defesa dos interesses de quem os elegeu.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
O Ribatejo tem uma localização estratégica, uma forte ligação ao rio Tejo, uma identidade cultural muito própria e uma diversidade económica que constitui uma grande vantagem. Temos agricultura, indústria, logística, comércio, serviços e um tecido empresarial com potencial de crescimento. Considero muito positiva a criação da nova região Oeste e Vale do Tejo. É uma oportunidade para ultrapassarmos divisões administrativas, reforçar a cooperação entre as comunidades intermunicipais do Oeste, da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo e construir uma estratégia de desenvolvimento com maior dimensão e capacidade de afirmação.

● **Quais são as nossas maiores debilidades?**
Temos alguns constrangimentos que não podemos ignorar. As acessibilidades são um exemplo evidente: as pontes de Coruche e da Chamusca, o estado da EN118 e as limitações da rede ferroviária continuam a condicionar a mobilidade das pessoas e a competitividade das empresas. Temos recursos, localização e potencial económico. O desafio é conseguir trabalhar em conjunto, melhorar as infra-estruturas e transformar essas vantagens em oportunidades concretas para toda a região.

● **É altura de voltar a fazer outro referendo à criação de regiões administrativas?**
No passado, fui uma grande entusiasta da regionalização e continuo a defender uma maior descentralização do poder e das decisões. Considero que os territórios devem ter uma voz mais activa na definição das políticas que influenciam o seu desenvolvimento. No entanto, julgo que devemos olhar para o actual modelo administrativo e perceber como podemos aproveitar melhor as estruturas que já existem, antes de avançarmos para a criação de novas entidades.

É importante termos uma comunicação social regional que conheça o território, que dê voz aos seus protagonistas e que coloque os problemas e as oportunidades da região na agenda pública

● **A criação das regiões administrativas não é essencial para garantir a descentralização do poder?**
Mais importante do que criar estruturas é garantir que existe uma verdadeira estratégia regional, construída em conjunto pelos municípios, com objectivos comuns e capacidade de influenciar as decisões nacionais. Precisamos de pensar o território como um todo e não apenas a partir dos interesses individuais de cada concelho.

● **Se as regiões vierem a ser criadas, o que podemos esperar de uma futura assembleia de uma região? Poderá funcionar melhor do que a Assembleia da República?**
Penso que não devemos colocar a questão nesses termos. São órgãos com funções e responsabilidades diferentes. O que considero importante é que os territórios tenham representantes com legitimidade e capacidade para defender as suas prioridades e acompanhar as decisões que têm impacto no seu desenvolvimento. A descentralização só faz sentido se significar mais proximidade, maior responsabilização e capacidade efectiva de decisão. Não se trata de criar mais um nível político, mas de garantir que as regiões têm uma participação real na definição do seu futuro.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse trabalho?**
Considero que O MIRANTE tem tido um papel muito positivo na valorização da região, dando visibilidade aos seus municípios, instituições, empresas e pessoas. É importante termos uma comunicação social regional que conheça o território, que dê voz aos seus protagonistas e que coloque os problemas e as oportunidades da região na agenda pública ●

Maria Salomé Rafael - *Presidente do conselho de administração da Escola Profissional do Vale do Tejo*







"Faltam-nos eleitos mais interessados nos cidadãos do que nos partidos"

Para Manuel Paulo, da Macrofal, a Regionalização deve avançar porque o desenvolvimento equilibrado do país exige que todas as regiões tenham condições para participar activamente na construção do seu próprio futuro.

foto O MIRANTE



Manuel Paulo

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?**
Hoje existem desafios diferentes, mas temos maior maturidade institucional e uma consciência mais clara das assimetrias territoriais. Faz sentido voltar a ouvir os portugueses sobre um modelo que pode contribuir mais de perto para necessidades de cada região.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. As regiões poderiam alterar isso?**
A expressão é antiga, mas o seu efeito continua a fazer-se sentir. Embora a regionalização não viesse resolver todos os problemas, poderia permitir uma definição mais eficaz de prioridades locais, por serem decididas por quem conhece o território, as suas necessidades e o seu potencial.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem vontade de defender esta identidade e o direito a decidirmos o nosso futuro?**
Tenho orgulho nas minhas raízes ribatejanas e em tudo aquilo que caracteriza a região, desde as comunidades locais, a história, a cultura, e a agricultura. Mas este orgulho não me impede de olhar para fora e defender também o aproveitamento do que se faz bem noutras regiões.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
O que nos torna únicos são as nossas tradições e a nossa história. Quanto às nossas riquezas, são a localização estratégica e o acesso aos grandes eixos logísticos; a capacidade agrícola; a indústria agro-alimentar; os recursos ligados à água; as terras férteis da lezíria; o montado e a charneca, sem esquecer a pedra calcária.

Mas continuamos a ter debilidades relacionadas com a falta de mão-de-obra especializada, a perda de população jovem, problemas de mobilidade, insuficiência nos serviços públicos, e pouca capacidade de influência política, quando comparada com as áreas metropolitanas.

● **Ter um governo próprio, eleito por nós, com competências próprias, na região onde habitamos, supera as questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, ou isso pode ser um obstáculo?**
Penso que o essencial não será o nome das regiões, mas sim as competências e a capacidade de decisão que lhe forem atribuídas. Ter um governo eleito e autónomo supera em substância a escolha do nome, mas o nome pode tornar-se um obstáculo se ferir a identidade local e tiver rejeição popular.

O que nos torna únicos são as nossas tradições e a nossa história.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
O que falta aos políticos e às entidades públicas é o sentido de missão que lhes permita ter uma visão de longo prazo, abandonando os interesses partidários e apostando em soluções para o futuro e competitividade do país, a simplificação da vida das pessoas e mais qualidade de vida.

● **Uma Assembleia de uma futura região poderá funcionar melhor que a Assembleia da República?**
Seriam coisas diferentes, mas a eficácia na discussão e resolução de problemas regionais, acredito que seria mais adequada. Além de mais próximas dos cidadãos, estas Assembleias teriam membros mais focados nos desafios e necessidades do território representado.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões. Como avalia esse nosso trabalho?**
O MIRANTE tem desempenhado o seu papel na valorização dos temas regionais, e na divulgação das iniciativas dos municípios. Esse trabalho aproxima as várias comunidades do Ribatejo, e num contexto em que a informação tende a concentrar-se nos grandes centros urbanos, ganha ainda mais importância. Continuar a promover o debate sobre desenvolvimento regional, competitividade económica e fixação de população, será um bom contributo.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela política local, nacional, internacional e actividade associativa?**
Numa escala de 1 a 10, diria que o meu interesse pela política local e nacional será 8, pela internacional, 7, e pela actividade associativa,6. Embora considere que o associativismo tem um impacto muito directo na vida das comunidades, ainda ocupo a maior parte do tempo na minha actividade profissional ●

Manuel Paulo - *Sócio-Gerente e Direcção Técnica – Macrofal, Ldª, 65 anos*











PUBLICIDADE

São Silvestre corrida 26

torresnovas município

19 DEZ. 19H

INSCRIÇÕES

WWW.CM-TORRESNOVAS.PT

DESPORTO@CM-TORRESNOVAS.PT · 249839170

Natal 2026 em Torres Novas

programação especial

27 nov – 11 jan

www.cm-torresnovas.pt

programa completo

animação itinerante
comércio · feiras
música · teatro
passagem de ano

facebook.com/municipiodetorresnovas
instagram.com/municipiodetorresnovas

Barquinha município

visit Barquinha

À MESA COM AZEITE'26

07NOV → 06DEZ

VN BARQUINHA

RESTAURANTES ADERENTES
ALMOUROL • FRAGATA •
LORETO • REMO •
RECANTO DA BARQUINHA •
RIBEIRINHO • STOP •
TASQUINHA DA ADÉLIA •
TRINDADE

www.cm-vnbarquinha.pt

Temos de ser exigentes com os políticos, mas dar-lhes tempo para fazerem o seu trabalho

"Gerir um Centro de Alto Rendimento Desportivo considerado uma referência em Portugal e por muitos parceiros dos cinco continentes, é motivo de orgulho para uma empresa de Rio Maior, que tem essa raiz ribatejana."

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
Temos que manter a exigência para com quem elegemos, mas dar o tempo necessário para que os eleitos possam fazer o seu trabalho. Acontece que cada vez somos mais impacientes, cada vez temos menos tolerância uns com os outros e, por força de razão, com quem elegemos. O nosso tempo não é compatível com o tempo necessário para que os eleitos possam fazer por merecer a confiança que depositámos em si. Mas os eleitos também têm que ser mais exigentes consigo e não se deslumbrarem com o cargo que ocupam.

● **Na sua actividade habitual, sente que nos falta um poder intermédio, entre o poder central e as autarquias? Tem algum exemplo de uma situação que tenha vivido?**
A tempestade Kristin de Janeiro último demonstrou que os municípios são uma linha de intervenção rápida e competente para resolver o inesperado. Há, contudo, níveis de intervenção que carecem de uma abordagem supra municipal, como ficou demonstrado nessa altura. O tempo de actuação é um ponto chave quando tantas pessoas precisam de ser ajudadas para que possam restabelecer rapidamente as suas vidas, após se perderem casas, se ver as estradas de proximidade abatidas, se ficar sem telecomunicações, água e electricidade.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem Tem esse entendimento?**
Essa ideia faz escola no facto de grande parte das estruturas governamentais e organismos do Estado estarem concentradas na capital. É perfeitamente compatível que a capital de um país possa ter a força institucional e representativa de uma cidade que é isso mesmo, capital de um país, e que este não se ressinta

foto O MIRANTE



Miguel Pacheco

dessa centralidade, pois tem mecanismos que protegem o desenvolvimento do restante território. Esses mecanismos podem estar integrados num modelo descentralizado que possa vir a ser equacionado no futuro.

● **A criação de regiões administrativas está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve ser aprovada em referendo nacional. No primeiro referendo, em 1998 não foi aprovada. É altura de voltar a fazer outro?**
É sobretudo altura de promover uma discussão pública alargada sobre o tema com o objectivo de cada português se sentir devidamente elucidado e, caso um dia seja chamado a se pronunciar em referendo, o faça de forma esclarecida. A opção por modelos de descentralização na organização do Estado é por princípio uma boa opção, no entanto a descentralização por si só não representa necessariamente um contributo para o desenvolvimento do país.

● **Como está a sua costela regionalista? Tem orgulho em ser ribatejano?**
A DESMOR é uma empresa municipal que celebrou 25 anos em 2025 e continua a sua trajectória de se afirmar no contexto nacional, mas fruto da sua

A opção por modelos de descentralização na organização do Estado é por princípio uma boa opção, no entanto a descentralização por si só não representa necessariamente um contributo para o desenvolvimento do país.

actividade, tem uma dimensão cada vez mais internacional. Gerir um Centro de Alto Rendimento Desportivo considerado uma referência em Portugal e por muitos parceiros dos cinco continentes, é motivo de orgulho para uma empresa de Rio Maior, que tem essa raiz ribatejana.

● **Ter um Governo próprio, eleito por nós, com competências próprias, na região onde habitamos, supera as questões relacionadas com possíveis nomes para as regiões, ou pode ser um obstáculo?**
Os processos eleitorais transparentes e participativos são um garante democrático. Se um dia se colocar a ideia de um Governo próprio da região, só fará sentido se o mesmo for eleito pela população do território, tal como acontece com as eleições autárquicas.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia esse nosso trabalho? O que podemos melhorar?**
O MIRANTE está na linha da frente de uma informação que foca a globalidade de uma região, dando a conhecer o que se faz em cada um dos concelhos. É importante que esse papel de serviço público perdure para que cada um dos residentes deste maravilhoso "pedaço" de Portugal possa manter a sua identidade.

● **De 1 a 10 qual é o seu interesse pela actividade politica local e já agora a mesma pergunta para a actividade política nacional e internacional? E pela actividade associativa?**
Acompanho de perto a actividade política local e nacional e cada vez com mais preocupação a actividade política internacional. Portugal é um país seguro, onde se consegue viver com tranquilidade e qualidade de vida, sobretudo quando se opta por sair das grandes cidades. Ainda assim continua a haver pessoas que não conseguem ter uma vida com um mínimo de dignidade e isso deve merecer a maior atenção nas políticas públicas dos nossos governos locais e nacional ●

Miguel Pacheco
- Presidente do conselho de administração da DESMOR, EM, SA, 54 anos





A política nunca foi o meu forte e actualmente ando muito desligada das discussões políticas

foto O MIRANTE



Vânia Costa

No referendo sobre a regionalização, o que importa mais são os resultados práticos, mas o nome das regiões e as capitais podem gerar problemas. O nome mexe com o orgulho de algumas pessoas e podem surgir rivalidade entre cidades.

● **É altura de voltar a fazer outro referendo sobre a criação de regiões administrativas?**
Já passaram quase 30 anos desde 1998 e o país precisa das regiões para desenvolver o interior e aproximar as decisões das populações. Mas Portugal tem problemas mais urgentes para resolver, como os da saúde ou da habitação, e criar regiões pode aumentar os gastos do Estado.

● **Sempre existiu a ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Tem esse entendimento?**
A ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem reflecte o forte centralismo do país, mas as opiniões sobre as vantagens das regiões dividem-se. Tudo tem a ver com regiões que dão poder e dinheiro e a necessidade de desenvolver o interior, criar emprego e aproximar as decisões das pessoas.

● **Como está a sua costela regionalista?**
Tenho orgulho e gosto em ser ribatejana, e temos de ter vontade em defender as nossas raízes e o direito de decidirmos o nosso futuro, para estarmos bem connosco próprios.

● **O que nos torna únicos e nos distingue de outras regiões do país?**
O que nos distingue das outras regiões são as nossas tradições e hábitos. As maiores riquezas que temos na nossa região são as nossas tradições. Gosto muito das touradas, dou valor ao rancho folclórico e à Feira dos Santos, por exemplo, que tenho muita pena de já não ser como antigamente, com muitas tasquinhas e animações. A nossa região também é bem conhecida pela Capital do Vinho e com isso vem a gastronomia, uma vez que se completam.

A ideia de que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem reflecte o forte centralismo do país, mas as opiniões sobre as vantagens das regiões dividem-se.

● **A escolha dos nomes para as regiões, pode ser um obstáculo à sua criação?**
No referendo sobre a regionalização, o que importa mais são os resultados práticos, mas o nome das regiões e as capitais podem gerar problemas. O nome mexe com o orgulho de algumas pessoas e podem surgir rivalidade entre cidades.

● **O que tem faltado às pessoas que elegemos para cargos políticos, seja para a Assembleia da República ou para as autarquias, para perceberem melhor os nossos problemas e anseios?**
Neste momento, para mim, na Assembleia da República, está a faltar muita coerência entre as nossas tradições, hábitos e principalmente a nossa cultura. A política nunca foi o meu forte e actualmente ando muito desligada das discussões políticas, mas sempre gostei de ouvir o Marcelo Rebelo de Sousa e o Miguel de Sousa Tavares.

● **Uma assembleia de uma futura região poderá funcionar melhor que a Assembleia da República?**
Sim, uma Assembleia Regional pode funcionar melhor para os assuntos locais, porque está mais perto das pessoas e conhece melhor a realidade da sua terra.

● **O MIRANTE tem tentado, ao longo dos seus 39 anos de publicação, criar pontes entre municípios e regiões, através do seu trabalho? Como avalia o nosso trabalho?**
Os jornais regionais tendem a aproximar ainda mais as comunidades, e O MIRANTE tem feito um excelente trabalho e utilizado bem as ferramentas de multimédia actuais (as redes sociais, site…)

Vânia Costa - *Gerente do Restaurante A Cernelha - Cartaxo, 41 anos*

Junta de Freguesia de Granho
Rua Alexandre Herculano nº 15 - Granho
geral@jf-granho.pt
966411905
(Chamada para rede móvel nacional)
243589127
(Chamada para rede fixa nacional)

Fabricamos janelas e portas em PVC e estores
FRAMEPLAST
JANELAS E PORTAS EM PVC
Rua do Trabalhador, 10 Loja 3 Alverca
Contacto 913980801
(chamada para a rede móvel nacional)

ECOLEZÍRIA®
Recolha & Tratamento de Resíduos Urbanos
A Rua é a Casa de Todos!


Os nossos serviços
A Ecolezíria assegura a gestão integrada dos resíduos, contribuindo para a sustentabilidade dos nossos municipios e comunidades.
Recolha de Resíduos
Serviço de recolha de resíduos urbanos, com foco na eficiência, segurança e proximidade à população.
Recolha Seletiva
Separar hoje é amanhã. Damos uma nova vida aos materiais.
Resíduos Orgânicos e Compostagem
Promovemos a compostagem doméstica e comunitária, reduzindo a quantidade de resíduos em aterro.
Educação Ambiental
Sensibilizamos e envolvemos a comunidade na construção de hábitos mais sustentáveis.
Gestão e Monitorização
Acompanhamos e reportamos os dados de resíduos, garantindo transparência e cumprimento ambiental.
Qualidade, Ambiente e Segurança
Trabalhamos com rigor e responsabilidade, implementando sistemas de gestão que garantem melhoria contínua.
Soluções Sustentáveis
Mais do que um serviço, assumimos o compromisso de um futuro mais limpo, verde e responsável.
Resíduos com futuro!
Mais sustentabilidade | Mais comunidades limpas | Mais economia circular | Um território melhor para todos

PUBLICIDADE

rsth RESITEJO®



Estamos a Modernizar e a Reconverter Instalações de Tratamento

dotando o SGRU com instalações de Valorização Orgânica que permitam a compostagem de Biorresíduos recolhidos seletivamente e a proceder à selagem ambientalmente adequada da Célula 1 do Aterro Sanitário.



ALENTEJO 2030

PORTUGAL 2030

Cofinanciado pela União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

PUBLICIDADE

MELHOR BANCO PARA AS PME

Um prémio nunca vem só.

O que a Euromoney premiou, a Global Finance confirmou.

Dois prémios que reconhecem o trabalho construído diariamente com as PME, assente na proximidade, na confiança, no conhecimento profundo do tecido empresarial e em soluções pensadas para apoiar cada negócio a crescer e a inovar.



EUROMONEY AWARDS FOR EXCELLENCE 2026 PORTUGAL BEST BANK FOR SMES

BEST SME BANK AWARD 2027 GLOBAL FINANCE

Estes prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.

PUB | NOVO BANCO, S.A. | Registo nº7 no BdP

novobanco EMPRESAS

PUBLICIDADE

TRIVALOR

SERVIMOS BEM-ESTAR

trivalor.pt

A missão da **Trivalor** é servir bem-estar e prestar serviços de valor acrescentado aos seus clientes, dando um contributo positivo para o desenvolvimento social, económico e ambiental da sociedade portuguesa.
Com 50 anos de atividade, a **Trivalor SGPS, S.A.** é uma holding de capital 100% nacional que atua no segmento de Business & Facility Services.
Impactamos diariamente a vida de mais de 1 milhão de portugueses. Conte também com **Trivalor**, para que se possa focar naquilo que é realmente importante para a sua atividade.

Trivalor, Líder na Prestação de Serviços em Outsourcing.

TRIVALOR SERVIÇOS · gertal · itau · Sogenove · cafés FEB Desde 1944 · STRONG CHARON SOLUÇÕES DE SEGURANÇA · iberlim · ticket · STEAM CONSULTING · B2B